

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LILIANA APARECIDA DE LIMA

**OS IMPACTOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO
SOBRE A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR DE
ENSINO SUPERIOR PRIVADO DE CAMPINAS**

CAMPINAS

2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Liliana Aparecida de Lima

**OS IMPACTOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO SOBRE A
SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO
DE CAMPINAS**

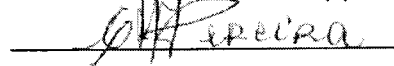
•

ORIENTADORA: PROFa.DRa. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Faculdade de Educação da Universidade
Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em
Educação, na área de concentração de **Ensino e Práticas Culturais**

Este exemplar corresponde à versão final da Tese
defendida pela aluna Liliana Aparecida de Lima
e orientada pela Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira

Assinatura do Orientador (a)




Prof. Dr. Darlo Florentini
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
Faculdade de Educação - Unicamp
Matrícula: 21552-0

Campinas

2012

Unidade FE
T/UNICAMP

Cutter L628i
V. 1
Tombo BC 100096
Proc. 16-94-13
C D
Preço R\$ 17,90
Data 28/06/13
Cód. tit. 905938

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

L628i

Lima, Líliliana Aparecida de, 1964-

Os impactos das condições de trabalho sobre a
subjetividade do professor de ensino superior privado de
Campinas / Líliliana Aparecida de Lima. – Campinas, SP: [s.n.],
2012.

Orientador: Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Condições de trabalho. 2. Subjetividade. 3. Professores.
4. Ensino superior. 5. Trabalho docente. 6. Precarização. 7.
Fenomenologia. I. Pereira, Elisabete Monteiro de Aguiar, 1949-
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

12-212/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: The impact of working conditions on the subjectivity of professors
of private higher education in Campinas, São Paulo

Palavras-chave em inglês:

Working conditions

Subjectivity

Teachers

Higher education

Teaching

Precariousness

Phenomenology

Ensino e Práticas Culturais

Área de concentração:

Titulação: Doutora em Educação

Banca examinadora:

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira (Orientadora)

Reginaldo Alberto Meloni

Márcia Hespanhol Bernardo

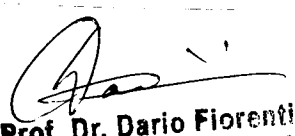
Luis Enrique Aguilar

Jose Roberto Montes Heloani

Data da defesa: 28-11-2012

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: liliana@mpc.com.br


Prof. Dr. Dario Fiorentini
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
Faculdade de Educação - Unicamp
Matrícula: 21582-0

2013 14 f05

fe

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**OS IMPACTOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO SOBRE A
SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO
DE CAMPINAS**

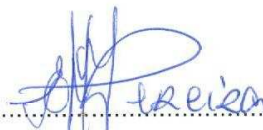
Autora : Liliana Aparecida de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida
por **Liliana Aparecida de Lima** e aprovada pela Comissão
Julgadora

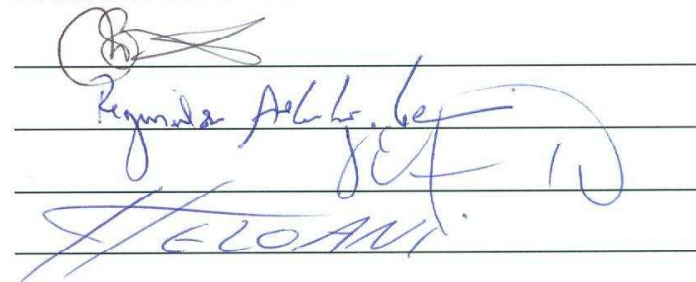
Data: 28/11/2012

Assinatura:.....



Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:



Regina A. L. L. G.
J. C. F. 10
F. L. O. A. N. I.

2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Augusto César Petta, que sempre estimulou os meus estudos acadêmicos e políticos.

A você meu amigo, o meu muito obrigado por me acompanhar nesta vitoriosa caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Elisabete Pereira, que com sua atenção e rigor, proporcionou que eu pudesse melhorar a forma de expressar minhas ideias a cada orientação.

A Marise Lima, que acompanhou o trabalho durante e após a qualificação, revisando comigo as sugestões feitas pela banca examinadora.

Ao Carmelo Limoli, que principalmente nesta fase final da tese, possibilitou a tranquilidade necessária para que eu concluísse este trabalho.

A Dalvinha, que revisou a tradução do resumo para o inglês.

Aos professores e professoras que participaram desta pesquisa que, ao responderem as perguntas do questionário, forneceram informações preciosas sobre suas vidas pessoais e profissionais.

RESUMO

A expansão do ensino superior privado no Brasil avança rapidamente e a desregulamentação, financeirização e desnacionalização tem marcado fortemente este crescimento acelerado com grandes fusões entre instituições educacionais que seguem construindo conglomerados com participação na bolsa de valores, o que reforça o crescimento de uma concepção mercadológica do ensino privado no país. Esta concepção mercantil determina muitas das condições de trabalho dos professores nestas instituições e, conseqüentemente, estas condições de trabalho impactam a subjetividade destes professores. O presente estudo propõe como objetivo geral, pesquisar junto aos/as professores do Ensino Superior Privado, sindicalizados ao Sindicato dos Professores da Rede Privada de Ensino de Campinas e Região, como as suas subjetividades são impactadas e se manifestam a partir de determinadas condições de trabalho a que estão submetidos nas IES Privadas. Por 'impacto' adota-se a definição de ser uma "influência decisiva dos acontecimentos no decurso da história". O estudo apresenta uma contextualização da expansão do Ensino Superior Privado no Brasil; reúne vários autores que versam sobre a subjetividade em uma concepção sócio-histórica e marxista, tanto do ponto de vista da Psicologia quanto da Sociologia. Foram sujeitos da pesquisa 29 professores que responderam a um questionário com perguntas abertas e fechadas. Os dados coletados foram compreendidos a partir do método fenomenológico de Amedeo Giorgi e a discussão foi realizada a partir de uma análise qualitativa.. Os dados revelam que 88% dos professores se dizem estressados, seguido do tempo que o trabalho retira de lazer, de convívio com a família e com os amigos com 76%; surgem as manifestações de adoecimento em mais da metade dos/as pesquisados/as com 52% e o medo de perder o emprego acomete 52% dos professores. Apesar disso, 68% dos professores não mudariam de profissão. Evidencia-se, portanto, através da análise de impacto sobre a subjetividade destes professores que as condições de trabalho vivenciadas pelos mesmos impactam negativamente as suas subjetividades tornando-as subjetividades precarizadas.

Termos de indexação: Condições de Trabalho. Subjetividade do Professor/a. Ensino Superior Privado. Precarização do Trabalho Docente. Impactos na Subjetividade. Fenomenologia.

ABSTRACT

LIMA, Líliliana Aparecida de. *The Impact of Working Conditions on the Subjectivity of Professors of Private Higher Education (universities) in Campinas, Sao Paulo*. Doctorate in Educa – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educa, Programa de Ps-Gradua em Educa, 2012.

The private universities in Brazil are nowadays in a fast wave of development, therefore there are no financing, rules and nationalization. It grows with lack of infrastructure. Some universities have joined forces with others educational parties and there is a furor of building big campus, huge buildings and having these institutions even being able to negotiated at the stock market, reinforcing the idea that private education is becoming a business rather than a matter of teaching and learning. This commercial conception rules and dictates the way professors should teach and manage duties incurring in a confront sometimes with the ideals of teaching as a profession. This study proposed general objective research, together with as teachers of Private Higher Education, the Teachers Union unionized Private Network for Teaching and Campinas Region, as their subjectivities are impacted and manifest from certain working conditions they are submitted in private HEIs. By 'impact' adopts the definition of being a "decisive influence events in the course of history." The study presents a context of expansion of Private Higher Education in Brazil, brings together several authors that deal with the subjectivity in a socio-historical conception and Marxist, both from the point of view of Psychology as of Sociology. A questionnaire was proposed with open questions and closed ones and presented to 29 professors. The data collected was understood/ analyzed under Amedeo Giorgi method – phenomenological; a discussion also was proposed under a view of a qualitative analysis. The result of this study shows that 88% of the professors say they are stressed; followed by 76% of complains about little time with family, friends and lack of outside leisure; 52% of the professors – more than half of them will show some kind of illness and finally 52% of them are afraid of losing their job. Nevertheless, 68% stated they would not change profession. It demonstrates therefore, that the working conditions experienced by the professors to negatively impact their subjectivities becoming precarious.

Key words: Working Conditions. Subjectivity of Professor. Private Higher Education. Precarious the working professor. Impacts on Subjectivity. Phenomenology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
 CAPÍTULO I	
A Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil e sua Conjuntura Atual...	27
 CAPÍTULO II	
Considerações sobre Subjetividade.....	43
2.1. A Subjetividade na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica.....	44
2.2. A Subjetividade na perspectiva da Sociologia do Trabalho.....	48
2.3. A “Captura da Subjetividade”.....	50
2.4. Trabalho e Subjetividade.....	55
 CAPÍTULO III	
Procedimentos Metodológicos:.....	59
 CAPÍTULO IV	
Compreensão Fenomenológica dos depoimentos dos/as professores/as.....	67
 CAPÍTULO V	
Análise Fenomenológica dos Resultados.....	103
5.1. Caracterização dos participantes da pesquisa.....	103
5.2. Análise Fenomenológica dos resultados e suas articulações teóricas.....	106
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 129
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 139
 ANEXOS.....	 145
 ANEXO A	
Aprovação do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Médicas.....	147
 ANEXO B	
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	151
 ANEXO C	
Questionário.....	153

Introdução

Enquanto professora de uma Instituição de Ensino Superior Privada no interior do Estado de São Paulo e participante ativa dos debates que envolvem o tema da atual situação por que passa a educação superior em nosso país, tenho pensado mais intensamente sobre as condições de trabalho dos professores do ensino superior em geral e, mais especificamente, sobre as condições de trabalho dos professores do ensino superior privado.

Em conversas com meus pares sobre o nosso papel de professores, compartilhamos, freqüentemente a idéia de como as condições de trabalho interferem em nosso cotidiano como sujeitos e como educadores, tanto dentro quanto fora da sala de aula.

Este cotidiano é a “vida de todos os dias e de todos os homens (...) “um espaço de resistência e possibilidade transformadora”. (CARVALHO e CARVALHO 2007, p.14)

Nossas conversas abrigam diversos temas, tais como: as realizações acadêmicas que conquistamos, os projetos pedagógicos desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, as pesquisas realizadas ou em realização, as estratégias de aulas criadas e re-criadas para um ensino de maior qualidade e envolvimento tanto por parte dos alunos quanto por parte dos professores, as condições de trabalho que nos engendram desfavoravelmente e que se alteram conforme os interesses que estão colocados pela administração superior da Universidade, debilidades de espaço físico, precários e escassos recursos pedagógicos, excesso de trabalho etc.

Há momentos em que compartilhamos nossas frustrações, desalentos, nossos adoecimentos constantes (tanto físicos quanto emocionais), dificuldades, desmotivações, falta de criatividade para produzirmos aulas renovadas, rebaixamento de reflexões críticas (tanto entre os professores quanto entre os alunos), falta de autonomia no exercício da docência, relatórios de pesquisas recusados, elevadas pressões para realizarmos publicações nos meios científicos, a forte presença do assédio moral, falta de espaços mais democráticos na instituição para decisões compartilhadas, dentre outros questionamentos.

Essas conversas acontecem na sala dos professores, no fumódromo¹, na cantina, no refeitório, enfim, nos poucos momentos em que estamos juntos entre um intervalo e outro das aulas, uma vez que a maioria do corpo docente da Universidade na qual trabalho é horista².

São estes mesmos colegas de ofício que me contam diversas passagens sobre a história da Universidade, uma vez que mencionam com um certo orgulho e com razão, que muito contribuíram para construí-la, dedicaram muito tempo de suas vidas, muita luta para fazer valer a democracia interna, muitas horas de suas vidas pessoais dedicadas ao trabalho e à Instituição.

O levantamento na literatura aponta para diversos autores³ que estudam as condições de trabalho vividas pelos professores; estas pesquisas se referem tanto aos professores das escolas públicas quanto das escolas privadas e abrangem os vários níveis de ensino (da educação infantil ao ensino superior).

Há contribuições que se referem às condições de trabalho vividas pelos professores em escolas no Brasil e na América Latina (Oliveira, 2003) e em nosso estudo veremos que, muitas das transformações erigidas no campo da educação se sustentam a partir de uma concepção de Estado mínimo preconizada pela política neoliberal adotada pelo Brasil na década de 1990.

Oliveira et. al.⁴(s/d) aponta para as reformas educacionais ocorridas na década de 1990 no Brasil e na América Latina (Oliveira, 2003), impondo aos professores, tanto das redes pública quanto privada de ensino, arrocho salarial, trabalho intensificado e sobrecarga advinda de crescentes demandas de trabalho que muitas vezes, no caso das escolas públicas, “ultrapassam o que é prescrito como atividade

¹ Fumódromo é um termo criado entre nós, que se refere ao local que utilizamos para fumar sem prejudicar os colegas com a fumaça.

² Contrato de trabalho por hora/aula (tempo parcial), é comum nas Instituições de Ensino Superior Privadas, não é uma realidade apenas na Universidade em que trabalho. Jornadas de trabalho integrais, as denominadas 40 horas, são contratos mais freqüentes para os professores que ministram aulas nos programas de pós-graduação stritu sensu.

³ Para citar alguns exemplos temos CARVALHO, C. da C. Trabalho docente nas Instituições Privadas e Ensino Superior – Expressão da Precarização do Trabalho Assalariado. Disponível em: <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/carvalho.pdf>. Acesso em 03 de Julho de 2011 e SGUISSARDI, V. e SILVA, JR. J.R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo, Xamã: 2009.

⁴ Artigo de Dalila Andrade Oliveira et. al. Não foi possível identificar a data de sua publicação. Disponível em <http://www.redeestrado.org/web/archivos/publicaciones/10.pdf>. Acesso em 24 de Outubro de 2011.

docente (cuidar da nutrição, higiene e saúde dos alunos).” (OLIVEIRA et. al, s/d, p. 8).

Os autores mencionam a auto-intensificação do trabalho do professor que, na tentativa de responder às exigências externas ao seu trabalho, e não conseguindo (muitas demandas estão além de suas possibilidades), entram em

(...) sofrimento, insatisfação, doença, frustração e fadiga. (...) Enfim, na medida em que o professor compromete-se com o objeto de seu trabalho, ele pode se frustrar e sofrer. Assim, o professor, ao desenvolver seu trabalho de forma coerente com o contexto onde se insere, pode ser penalizado. (OLIVEIRA et. al, s/d, p. 10-11).

Lima (2000) em sua dissertação de mestrado, Condições de Trabalho e Saúde dos Professores Sindicalizados de Ensino Fundamental e Médio da Rede Privada de Campinas, defendida no programa de Saúde Coletiva da UNICAMP, realiza um levantamento na literatura que aponta para o sofrimento físico e psíquico dos professores em geral.

Em Agosto de 2006, no 5º Congresso dos Professores de Campinas e Região cujo tema foi **“Educação e Trabalho: desafios dos profissionais que educam”**, Lima expõe as seguintes considerações:

“As profundas alterações sociais atingem sobremaneira a função docente e dificuldades impostas aos professores provocam “mal – estar – docente”, sendo inúmeros os indicadores que revelam as variações no trabalho docente e a crise porque passam na atualidade. Dentre estes indicadores, destacam-se, entre outros: aumento das exigências em relação ao professor, mudanças na relação professor-aluno, desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola a partir das novas tecnologias, alteração de expectativas em relação ao sistema de ensino, desvalorização social do professor e exigência cada vez maior de equipamentos e materiais ausentes na escola e inacessíveis ao professor.

Estas transformações desencadeiam desgaste físico e mental, prejudicando a saúde e também se constituindo em motivo importante de decepção, desmotivação e, muitas vezes, de abandono da profissão.”

Identifico que vários colegas de profissão constantemente estão tristes, angustiados, desmotivados, comentam estar menos criativos em suas aulas, com

suas perspectivas profissionais sendo revisadas e repensadas; em vários momentos temos notícias de nossos colegas professores que apresentam notificações de licenças médicas bem como o desenvolvimento de doenças ocupacionais.

Quanto às doenças ocupacionais nos professores, Freire (2010), em artigo que investiga a relação entre reestruturação produtiva, assédio moral e a incidência da síndrome de burnout⁵ em professores e seus impactos jurídicos e sociológicos, identifica que as alterações no processo de organização do trabalho em geral (reestruturação produtiva no modo de gestão toyotista⁶) e do trabalho dos professores em particular, impõem um maior controle das funções docentes por parte das instituições de ensino.

Para a autora,

Essas novas condições de trabalho podem propiciar a prática do assédio moral, um processo de violência psicológica contra o professor, que ameaça seus direitos humanos fundamentais. Logo, com esse rígido controle sobre seu trabalho somado às exaustivas jornadas de trabalho crescem as taxas de absenteísmo docente, cujas causas são, dentre outras, a síndrome de burnout. Estima-se que 15% dos professores sofrem dessa síndrome – um transtorno relacionado ao trabalho, causado por estresse laboral crônico – cujos sintomas são: a baixa realização profissional, a exaustão emocional, e a despersonalização, que aparece na forma de endurecimento afetivo e falta de empatia (FREIRE, 2010, p. 1).

Heloani (2004, p. 2) também se refere à reestruturação produtiva que impõe precariedades ao trabalho, reduzindo benefícios historicamente conquistados pelos trabalhadores, intensificação dos contratos de trabalho por tempo determinado, terceirizações, ameaças aos trabalhadores, dentre elas, “a humilhação no trabalho, ou o assédio moral, que sempre existiu historicamente falando, nas mais diferentes formas”.

⁵ Burnout (do inglês, significa “queimar-se”). Esta síndrome está constituída pelos sintomas de despersonalização, insatisfação com o trabalho e sensação de esgotamento que acarreta a perda de motivação e desinteresse pelo trabalho.

⁶ Sobre o Toyotismo estaremos desenvolvendo mais adiante neste trabalho.

Em seu artigo, Heloani (2004) realiza um percurso histórico do assédio moral enquanto objeto de pesquisa⁷ e caracteriza o assédio moral pela

(...) intencionalidade; consiste na constante e deliberada desqualificação da vítima, seguida de sua conseqüente fragilização, com o intuito de neutralizá-la em termos de poder. Esse enfraquecimento psíquico pode levar o indivíduo vitimizado a uma paulatina despersonalização. Sem dúvida, trata-se de um processo disciplinador em que se procura anular a vontade daquele que, para o agressor, se apresenta como ameaça (HELOANI, 2004, p. 5).

Os estudos desenvolvidos por Heloani (op.cit.) apontam que o assédio moral já é referido para várias atividades profissionais, não somente válido para os trabalhadores de empresas e/ou indústrias sem qualificações; hoje o assédio moral é identificado entre os médicos, professores de todos os níveis de ensino (educação infantil, ensinos fundamental, médio e superior), funcionários do setor público e privado, somente para mencionar alguns exemplos.

Interessante notar que Heloani (op.cit.) indica alternativas que podem ser empregadas para se coibir o assédio moral, que passa pelos códigos de ética das empresas e “a criação de espaços públicos ou espaços de discussão⁸, como um local que poderia existir dentro das empresas, onde os membros da organização pudessem expor seus problemas, angústias e expectativas”, facilitando o entendimento de seus sofrimentos no trabalho e ainda completa que “De fato, a saída está na organização do coletivo para que possamos transformar súditos em cidadãos”. (HELOANI, 2004, p.7).

Sato e Bernardo (2005), no que se refere à Saúde do trabalhador, identificam que os problemas de saúde mental e trabalho da década de 1980 ainda persistem. As autoras acima citadas desenvolvem suas reflexões a partir de um serviço público de Saúde do Trabalhador, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) da cidade de Campinas. O artigo passa pelo enfoque da saúde mental vista pela

⁷ Primeiramente na Suécia com o psicólogo do trabalho Heyns Leymann em 1996; após dois anos com a psiquiatra e psicanalista Marie-France Hirigoyen (França) que popularizou o termo e no Brasil, com a notável pesquisa de Margarida Barreto com trabalhadores da região da grande São Paulo. Heloani cita ainda a pesquisadora Maria Ester de Freitas neste campo de pesquisa.

⁸ Heloani cita Christophe Dejours como sendo o idealizador desta idéia de espaço público ou espaço de discussão.

assistência ao trabalhador, pelo espectro da saúde mental e trabalho na perspectiva dos sindicatos, pela vigilância em saúde e atualizam o leitor na questão da saúde mental e trabalho no contexto do ano de 2005.

Dentre as várias constatações, chama a atenção à baixa notificação de problemas de saúde mental no Centro de Referência, o que não indica que estes problemas não existam, mas

parecem mostrar a persistência da dificuldade por parte de todos os envolvidos – empresas, profissionais de saúde e peritos do INSS – em reconhecer o trabalho como causador de problemas de saúde mental, o que, conseqüentemente, reduz a busca de ajuda em serviços de referência, como os CRSTs (SATO e BERNARDO, 2005, p. 872).

No tocante ao desgaste e adoecimento emocionais relacionados ao trabalho dos professores, Codo (1999), ao referir-se à síndrome da desistência (burnout) fala de “(...) um profissional encalacrado entre o que pode fazer e o que efetivamente consegue fazer, entre o céu de possibilidades e o inferno dos limites estruturais, entre a vitória e a frustração” (CODO, 1999, p. 13).

Landini (2008), ao abordar o significado e o sentido do trabalho docente, aponta para as contradições no trabalho e sua relação com os quadros de adoecimento psíquico e considera que

as formas de organização do trabalho na modernidade, marcadas pela racionalização, fragmentação de tarefas e rotinização do trabalho, põem em ativo um processo que passa pela ruptura entre trabalho como expressão da realização humana e trabalho como mercadoria. (LANDINI, 2008, p. 144).

Reis e Sguissardi (2009) se referem à reestruturação produtiva pela qual passou o capitalismo e as conseqüências desta reestruturação para o trabalho em geral e para o trabalho dos professores das universidades.

A pesquisa realizada por eles, com professores pesquisadores de Instituições Federais de Ensino (IFES), no que se refere à intensificação e a delimitação das fronteiras do trabalho docente, indica que há a invasão do lar pelas tarefas

universitárias, afetando as relações familiares e interferindo no cotidiano da vida pessoal.

De volta à experiência de convívio com os professores que trabalham na mesma instituição educacional em que trabalho, penso que as histórias que estes professores compartilham não podem ficar nos corredores, na cantina, no restaurante, no estacionamento, nos ouvidos de poucos amigos. Estas vivências precisam se somar às demais pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no campo da Educação, da Psicologia, da Sociologia e de tantas outras áreas de saber interessadas nas condições de trabalho dos professores em geral.

Nessa direção, contaremos com os diversos estudos existentes sobre a temática das condições de trabalho dos professores, sobre a intensificação e a precarização do trabalho docente, sobre o produtivismo acadêmico, sobre o tempo pessoal e de trabalho, saúde e resistência dos professores (REIS e SGUISSARDI, 2009).

Estes estudos, embora se refiram ao trabalho intensificado nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), podem lançar ampliações e aprofundamentos às reflexões sobre os professores pertencentes às IES Privadas e seu fazer cotidiano.⁹

No que se refere aos professores pesquisadores das IFES, Reis e Sguissardi (2009, p. 52) nos dizem,

(...) os professores pesquisadores atuam na docência, pesquisa e extensão, dão aulas na graduação e na pós-graduação, preparam aulas, corrigem provas, atendem seus alunos; fazem suas pesquisas, relatórios de pesquisa, artigos e livros para publicação; orientam e, como se verá adiante, em face de sua condição salarial, buscam complemento prestando serviços num tempo e espaço comprimidos, com graves consequências para sua saúde, para suas relações familiares, em razão da jornada de trabalho extra em casa e nos finais de semana (...).

⁹ O Ministério da Educação e Cultura (MEC), define que as Instituições de Ensino Superior são classificadas da seguinte forma: Públicas (Federais, Estaduais e Municipais) e Privadas (Comunitárias, Confessionais, Filantrópicas e Particulares). Esta caracterização possui uma íntima relação com a forma de financiamento que cada instituição possui para se manter no cenário da Educação Superior.

Além das questões relativas a saúde dos professores, os mesmos autores (op. cit.), desenvolvem reflexões sobre a intensificação e precarização do trabalho do professor das universidades federais do sudeste, entre os anos de 1997 a 2004.

Os dados dão conta de que o crescimento das Instituições de Ensino Superior Privadas (IES) foi de 95% e o das IES particulares com fins lucrativos foi de 175%; já o crescimento das IES Públicas na região, neste mesmo período, foi de 5,8%.

Os estudos de Reis e Sguissardi (2009, p. 74) indicam que houve uma acelerada desregulação e expansão das IES e um

processo de mercantilização da Região Sudeste e no país. Pode-se, portanto, avançar que parece residir nesse processo o pano de fundo das mudanças que se verificam quanto à intensidade e à mudança da qualidade do trabalho dos professores universitários.

O censo do Ministério da Educação e Cultura (MEC, 2010) também confirma esta proliferação das IES Privadas e os dados desta expansão serão apresentados mais adiante.

Na sociedade atual, este quadro de Mercantilização da Educação Superior Privada (processo intensificado em 1990), provoca as transformações sofridas pela educação no contexto neoliberal e impõe reestruturações nas condições de trabalho dos professores neste “mercado” da Educação Superior Privada.

Este quadro se evidencia, segundo Tiradentes (2010, p.29), pesquisadora da FIOCRUZ,

(...) a perda do papel da Educação Superior na produção e difusão da ciência em suas mais elevadas manifestações, produz a perda do sentido do trabalho e da existência do trabalhador da educação, compromete a qualidade da formação humana e danos aos trabalhadores envolvidos, como agravos à saúde física, psíquica e emocional, instabilidade, ruptura dos laços sócio-afetivos, perda das condições de subsistência e/ou de tempo livre.

A partir deste cenário, a precarização atual do trabalho do professor se intensifica em função das condições históricas, sociais, políticas e econômicas que impõem a “flexibilização” das condições de trabalho a que estão submetidos os

professores da Educação Privada em geral e para o estudo em questão, mais especificamente para os professores de Ensino Superior Privado.

Até o momento vimos indicando a relação existente entre as condições de trabalho e as manifestações dos/as professores/as a partir desta relação; nesta direção, esta pesquisa busca identificar como a subjetividade dos/as professores/as sofre os seus impactos a partir das condições de trabalho experienciadas por eles/as.

Considero relevante esclarecer que para este estudo estamos adotando a expressão 'impacto' significando uma *"influência decisiva dos acontecimentos no decurso da história"*¹⁰.

Considerando o atual contexto em que se encontram as Instituições de Educação Superior Privadas de Ensino, esta pesquisa estabelece como objetivo geral pesquisar, junto a professores do Ensino Superior Privado, sindicalizados ao Sindicato dos Professores da Rede Privada de Ensino de Campinas e Região, como as suas subjetividades se manifestam a partir de determinadas condições de trabalho a que estão submetidos/as nas IES Privadas.

Este trabalho está estruturado de forma a que no primeiro capítulo é abordada a Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil e a atual conjuntura desta modalidade de ensino no país.

O capítulo dois está destinado ao tema da subjetividade, e aborda a concepção de subjetividade que sustenta as reflexões aqui desenvolvidas, avança para a subjetividade do ponto de vista Psicológico e mais especificamente a perspectiva Sócio-Histórica em Psicologia; aborda a subjetividade do ponto de vista Sociológico a partir dos conceitos de "captura da subjetividade"¹¹ e precarização da subjetividade¹² para se compreender melhor a relação Trabalho e Subjetividade, relação que se altera em função das formas de organização do trabalho impostas pelo modo de produção capitalista.

¹⁰ Dicionário Aurélio online

¹¹ Conceito desenvolvido pelo sociólogo Giovanni Alves - professor da UNESP de Marília, em seu livro **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007.

¹² Conceito desenvolvido pela socióloga do trabalho Danièle Linhart – professora da Universidade Paris X – Nanterre.

O terceiro capítulo explicita os procedimentos metodológicos que norteiam esta pesquisa de natureza qualitativa que se assenta na utilização do método fenomenológico de Amedeo Giorgi (1985).

O quarto capítulo destina-se a apresentar a Compreensão Fenomenológica dos depoimentos dos/as professores/as.

O capítulo cinco está dedicado à Análise Fenomenológica dos resultados expressos no estudo e em seguida apresentamos as Considerações finais da pesquisadora.

Após as referências bibliográficas estão os anexos, onde o leitor encontra a autorização do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Médicas¹³ da UNICAMP para a realização do estudo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi fornecido aos participantes da pesquisa e o questionário elaborado para ser respondido pelos participantes.

Considerando que o leitor está localizado em relação às preocupações e aos questionamentos que orientam esta pesquisa, ou seja, a suposição de que as condições de trabalho dos professores das IES Privadas impactam a subjetividade dos mesmos e a necessidade de explicitar como esta subjetividade se manifesta em seu cotidiano, passo a apresentação da conjuntura atual em que a expansão do ensino superior privado no Brasil se desenvolve.

¹³ O projeto apresentado ao Comitê de Ética da FCM – UNICAMP está intitulado: "A Reestruturação Produtiva e seus Impactos nas Condições de Trabalho e Subjetividade do Professor da Educação Superior Privada".

Capítulo I: A Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil e sua Conjuntura Atual

O Ministério da Educação lançou oficialmente a Conferência Nacional de Educação – CONAE, realizada em Brasília, em abril de 2010. O tema do encontro – A Construção de um Sistema Nacional Articulado de Ensino, reuniu cerca de três mil participantes que aprovaram novas diretrizes para o setor educacional brasileiro e que fundamentarão a criação de um novo Plano Nacional de Educação - PNE – PL 8035/10, que será implementado no período de 2011 e 2020.¹⁴

Para Goergen (2010, p. 907),

A exitosa iniciativa da CONAE (2010), a par de ter-se constituído num marco histórico para a educação brasileira na contemporaneidade, representa, ela mesma, o reconhecimento das enormes dívidas sociais do Estado com relação à educação da população brasileira.

Os eixos temáticos da CONAE 2010 foram 1-Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional; 2-Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação; 3-Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar; 4-Formação e Valorização dos Profissionais da Educação; 5-Financiamento da Educação e Controle Social; 6-Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

O PNE (2011 - 2020) estabelece 20 metas para serem alcançadas pelo país até 2020 e estão elencadas a seguir.

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Meta 2: Criar mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental.

¹⁴ O PNE está no Senado Federal e será votado em 2013. A partir de sua aprovação o período de 10 anos começa sua contagem.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

Meta 7: Atingir as médias nacionais para o Ideb já previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Meta 11: Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores. 7 estratégias.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. 9 estratégias.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Meta 17: Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Meta 20: Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País.

A partir da concepção que sustenta o PNE e das metas estabelecidas, pode-se verificar que o PNE é uma política que deve se consolidar como uma política de Estado e para que a educação e as instituições educativas cumpram sua função social, é necessário que seja assegurada

(...) a educação inclusiva; a diversidade cultural; a gestão democrática e o desenvolvimento social; a organização e institucionalização de um Sistema Nacional de Educação, que promova de forma articulada, em todo o país, o regime de colaboração; o financiamento e acompanhamento e o controle social da educação; a formação e valorização dos/das trabalhadores/as da educação (CONAE, 2010, p. 13).

As medidas que constam do PNE abrangem tanto as instituições públicas quanto as instituições privadas de ensino, cuja existência encontra-se amparada na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96) e quanto a esta abrangência, o documento define que,

(...) as instituições do setor privado, por fazerem parte do Sistema Nacional de Educação, subordinam-se ao conjunto de normas gerais de educação e devem se harmonizar com as políticas públicas, que têm como eixo o direito à educação, e acatar a autorização e avaliação desenvolvidas pelo poder público. Dessa forma, no que diz respeito ao setor privado, o Estado deve normatizar, controlar e fiscalizar todas as instituições, sob os parâmetros e exigências aplicadas ao setor público (CONAE, 2010, p. 31).

Goergen (2010, p. 910 - 911) nos diz que

A CONAE defende a gestão democrática da educação, tanto pública quanto privada, como um pressuposto fundamental da educação de qualidade”. (...) Por isso , a CONAE destaca a “qualidade social” que, além dos aspectos da aquisição de conhecimento e habilidades, implica, também, uma “formação sólida, crítica, criativa, ética e solidária (CONAE, 2010, p. 48).

Em relação ao ensino superior, ele ainda é para poucos (elitista) e não possibilita o acesso como deveria (excludente). Se, por um lado, a expansão do ensino superior aconteceu nas duas últimas décadas e isto pode indicar mais instituições, mais vagas e mais oportunidades para quem quer o ensino superior, por outro lado, verifica-se que esta expansão “ainda está longe de atingir os parâmetros de uma real democratização, sobretudo, porque tal expansão se deu, como vimos antes, pela via da privatização, ou seja, do ensino pago e da oferta sem qualidade” (GOERGEN, 2010, p. 912).

Na CONAE (2010), está prevista a reserva de vagas para os estudantes das escolas públicas e a manutenção da proporcionalidade entre os negros e os indígenas; a desigualdade social é um dado objetivo em nosso país e é necessário ampliar o número de vagas para a população mais carente.

É preciso ampliar, ainda mais, a criação de instituições e a oferta de vagas na educação superior, priorizando setores carentes da população, historicamente excluídos, e as regiões distantes dos grandes centros urbanos. Para garantir, efetivamente, o direito à educação superior obstaculizado pela falta de vagas e, em certos setores, pela enorme desigualdade social, exige-se a atenção e a ação permanentes do Estado, reconhecendo a educação superior de qualidade como um bem público, direito de todos e, portanto, dever do Estado (GOERGEN, 2010, p. 913).

A partir desta concepção da educação como um bem público, um direito de todos e dever do Estado, é que se torna necessária a existência efetiva de um Sistema Nacional articulado de Educação e de um Plano Nacional de Educação que garantam uma educação inclusiva, democrática e de qualidade para todos.

Portanto, o PNE, estabelecido por lei em 2010 traça metas de acesso e qualidade da educação pública que devem ser atingidas pelos governos federal, municipais e estaduais.

Quanto ao financiamento das metas estabelecidas pelo PNE, considera-se fundamental a destinação de recursos às atividades de ensino, pesquisa e extensão; aos projetos de permanência dos alunos nas instituições, ampliação e fortalecimento do PROUNI¹⁵ e do REUNI¹⁶ etc.

Além do Ministério da Educação, diversas entidades da sociedade civil participaram da organização da CONAE, ocorrida a partir de algumas etapas preparatórias até chegar à plenária final do evento, com vistas a traçar o plano de ação e metas para a educação brasileira.

¹⁵ Programa Universidade para Todos cuja finalidade é a de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderirem ao Programa. Sobre o PROUNI, acessar o site do MEC: <http://prouniportal.mec.gov.br/>

¹⁶ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. As ações prevêm, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Para Goergen (2010, p. 915),

A realização da Conferência Nacional de Educação transformou-se num marco auspicioso, animador e paradigmático dessa luta. É a primeira vez no Brasil e, salvo melhor juízo, também na América Latina que se prepara um Sistema Nacional de Educação a partir das bases. Ou seja, com a participação de todos os/as cidadãos/ãs interessados/as, escolas, universidades, ONGS, secretarias municipais e estaduais de Educação, sociedades científicas, sindicatos, representações estudantis e ao mesmo tempo, com o efetivo apoio do Ministério da Educação.

A inclusão do Setor Privado de Ensino no Sistema Articulado de Educação, regido pelos mesmos critérios de qualidade e democracia é uma grande promessa para a educação brasileira. Caberá ao Fórum Nacional de Educação¹⁷ convocar e coordenar as próximas edições da CONAE, acompanhar a tramitação do novo PNE (2011-2020) no Congresso Nacional e implementar as deliberações da CONAE (tanto as decisões atuais como as futuras deliberações das demais edições da CONAE).

Segundo Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE, legítima entidade representante do setor privado de ensino, “a política educacional no Brasil é deslocada de um projeto de desenvolvimento nacional.” (PEIXOTO, 2010, p.8). Com o neoliberalismo¹⁸ no Brasil, estabeleceu-se a liberalização da educação privada e acrescenta a coordenadora da CONTEE. (Idem, 2010, p. 8).

¹⁷ A primeira reunião do Fórum Nacional de Educação ocorreu nos dias 18 e 19 de Agosto de 2011 e constituiu-se um espaço inédito de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação (CONAE). O evento reuniu autoridades, especialistas, integrantes do Fórum, servidores e convidados e teve como objetivo discutir o Projeto de Lei 8035/10, que trata do Plano Nacional de Educação, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

¹⁸ A partir da década de 1980 o neoliberalismo se impôs internacionalmente como modelo global do capitalismo. Para os neoliberais, a crise do capitalismo é de responsabilidade das políticas de proteção social que incluem as leis trabalhistas. Fernando Henrique Cardoso (FHC) prometeu acabar com a era Vargas; retirar do Estado o papel regulador do mercado; flexibilizar a legislação trabalhista no país e favorecer a livre negociação. FHC encarnou o ideário neoliberal e atrelou o Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Entre as consequências dessa liberalização, vemos atualmente a venda de ações de instituições de ensino superior na bolsa de valores, ou seja, a educação superior brasileira vem sendo transformada em negócio de capital aberto, para o lucro de investidores nacionais e internacionais,

ressaltando a importância de intensificar a luta contra a mercantilização e desnacionalização da educação no Brasil.

Santos (2010, p. 104), ao debater sobre a regulação do setor universitário privado aponta para decisões políticas importantes que devem ser assumidas, uma vez que o setor educacional privado enquanto produtor de serviços é diversificado em seus propósitos, seja porque,

(...) alguns produtores de serviços são mais antigos, enquanto outros, na maioria, surgiram nas duas últimas décadas. Alguns têm objetivos cooperativos ou solidários, não lucrativos, enquanto a esmagadora maioria busca fins lucrativos. Alguns são verdadeiras universidades, a maioria não o é e, nos casos piores, são meras fabriquetas de diplomas-lixo. Algumas são universidades com excelência em áreas de pós-graduação e pesquisa e enquanto outras chegam a estar sob suspeita de serem fachadas para lavagem de dinheiro ou tráfico de armas.

A notícia divulgada na edição 157 da Revista do Ensino Superior (revista do Sindicato das Mantenedoras – SEMESP)¹⁹, intitulada: **De frente para a globalização**, dá conta de informar sobre o interesse crescente das universidades estrangeiras pelo ensino superior brasileiro; diz a notícia:

Desde o começo do ano, nomes de fazer tremer qualquer gestor educacional têm anunciado interesse no mercado tupiniquim: Harvard, Stanford, Universidade do Leste de Londres, Universidade do Sul da Califórnia e Universidade Estadual de Ohio são apenas alguns exemplos de instituições internacionais que pretendem abrir escritório no Brasil ou que estão fazendo tours em terras brasileiras em busca de interessados em seus currículos. Se o número de ingressantes permanece estável, como mostram os últimos dados do Censo da Educação Superior, a disputa por novos alunos tende a ficar ainda mais acirrada do que nos últimos anos. E agora com nomes de destaque nos principais rankings internacionais.

¹⁹ Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.uol.com.br/>. Acesso em 23 de Outubro de 2011.

Contrária à direção de desnacionalização e desregulação, a Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), participou recentemente (28/09/11), através de sua coordenadora geral Madalena Guasco Peixoto, na CPI do Ensino Superior Privado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.²⁰

Frente aos deputados estaduais ficou constatada a presença de conglomerados econômicos em franca expansão²¹ e os problemas pelos quais passa qualidade da educação no país que fica ameaçada por este processo de desnacionalização das instituições privadas no Brasil.

(...) O capital especulativo quer valorizar suas ações no mercado financeiro para dar lucro aos seus acionistas. Não estão preocupados com a melhoria dos quadros brasileiros. Pior que isso, quando desnacionalizado, o capital não se importará com o crescimento de nenhuma nação soberana (PEIXOTO, 2010).

Para as relações de trabalho e a organização dos professores, este processo de formação de conglomerados e a desnacionalização, segundo Peixoto (2010) é extremamente problemático e traz conseqüências, como por exemplo “Muitas vezes o professor dá aula em Mato Grosso do Sul, mas se reporta ao RH da instituição sediada em São Paulo.”

Oyama (2011) aborda a questão da educação na bolsa de valores e apresenta alguns dados relevantes para compreendermos a formação de verdadeiros oligopólios. A primeira instituição a negociar papéis da bolsa de valores (em 2007) foi a Anhanguera Educacional. A segunda foi a Kroton Educacional (Minas Gerais), a terceira foi a Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro) e a quarta foi a SEB – Sistema Educacional Brasileiro (COC de São Paulo).

²⁰ Disponível em: <http://www.contee.org.br>. Acesso em 23 de Outubro de 2011 e publicado em 03 de Outubro de 2011.

²¹ Recentemente (1º semestre de 2011), apenas para citar um exemplo da formação de conglomerados educacionais, temos notícias que a Anhanguera Educacional comprou a Uniban Brasil.

A evolução patrimonial e as capitalizações destas empresas educacionais nas operações da bolsa de valores foi estimada em milhões de reais. Segundo Oyama (2011, p. 8),

É oportuno lembrar que a monopolização também é uma das características essenciais do capitalismo contemporâneo. Portanto, é previsível que o mesmo aconteça com o setor da educação privada, pois a centralização e a concentração do capital são tendências inerentes ao sistema, num processo em que empresas mais poderosas se apropriam daquelas com menor capacidade de sobrevivência no mercado. Assim, tudo indica que a educação vai se tornar um negócio cada vez mais centralizado, concentrado e internacionalizado.

Resende (2010), cita algumas das estratégias das IES Particulares para enfrentarem os desafios do modelo de educação capitalista e que foram observadas através de inserções feitas pelo autor nos meios acadêmicos, são elas: redução sistemática do quadro de colaboradores (pautada pela reestruturação produtiva), substituição de professores em progressão da carreira adiantada e com maiores vencimentos, preferência pelos professores horistas (garante-se o número mínimo de mestres e/ou doutores para atender as exigências do MEC), desqualificação dos professores, diminuição da carga horária dos professores, racionalização de turmas feita sem critério, abertura do capital da instituição para acionistas em bolsa de valores e valorização dos aspectos individualistas (meritocracia).

Sintonizada a estas questões, entre os dias 16 e 18 de Agosto de 2011, foi lançada a Carta de Campinas²² durante a realização do Seminário de Avaliação e Políticas Públicas Educacionais, ocorrido na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, apontando as preocupações com o presente momento educacional brasileiro, no tocante às políticas públicas de responsabilização, meritocracia e privatização em curso.

²² Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/CartadeCampinas.pdf>. Acesso em 23 de Outubro de 2011 e Publicado em 16 de Setembro de 2011.

Verificamos que há intensa movimentação política, tanto por aqueles que defendem as privatizações em curso e a formação de conglomerados educacionais, quanto por aqueles que lutam incessantemente para resistir a essa ofensiva do capital na educação. Ocorre que todo esse processo tem história como veremos a seguir.

O crescimento das Instituições de Educação Superior Privadas no país ocorre sistematicamente a partir da década de 1990 e com o empenho dos grandes empresários do ensino, cuja concepção é a de que a educação é uma mercadoria e que, portanto, pode ser explorada pelo capital.

Segundo Santos (2010, p. 106), “No Brasil, o primeiro impulso ao setor universitário privado deu-se na ditadura, na década de 1970. Mas a verdadeira expansão e consolidação do mercado educacional ocorreram no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002).”

A política liberalizante de Fernando Henrique Cardoso (FHC) já havia sido iniciada por Fernando Collor de Mello, bastava agora, inserir, mais intensamente, o país na “inexorável” globalização neoliberal. O ministro da Educação do governo de FHC, Paulo Renato Souza tratou de aplicar a cartilha neoliberal na educação que também sofreu os impactos da chamada “era FHC”.

Segundo Pochmann e Borges (2002, p. 10),

(...) todos concordam que o resultado final foi um grande desastre. Nestes oito anos, o Brasil regrediu quase um século nas relações de trabalho. Os milhões de desempregados, de brasileiros que subsistem no mercado informal, de precarizados e dos que perderam seus parques direitos sentiram na carne os efeitos desta política. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirma em seus relatórios o retrocesso vivenciado no país, onde hoje predominam “condições indecentes de trabalho”.

Nesta concepção, as Universidades ficam desapropriadas de seu papel de desenvolver pesquisa e formação humanista para transformarem-se em produtoras de mão – de – obra com qualificações para o mercado de trabalho.

Para Sguissardi (2004, p. 33), atualmente, na universidade brasileira, “ocorre uma contraditória superposição de modelos universitários e, simultaneamente, o

trânsito para uma universidade – “pública” e “privada” – neoprofissional, heterônoma e competitiva”.

A proposta neoliberal dos anos de 1990 com a reforma do Estado explicita, gradativamente, o modelo de Universidade exigida pelos ajustes econômicos impostos não só ao Brasil, mas aos países da América Latina em geral.

(...) (a universidade) adquire melhores contornos conceituais e de organização a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), da Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9394/96), da Lei das Fundações (Lei nº 8958/94), da Legislação (diversas medidas provisórias, leis, decretos) sobre os Fundos Setoriais e do conjunto de PEC's (Proposta de Emenda Constitucional), decretos, portarias, projetos de lei (da Autonomia, da Inovação Tecnológica, entre outras) etc. que visaram configurar as novas relações entre Estado, Sociedade (empresas) e Universidade. Enfim, o novo modelo de universidade no Brasil (SGUISSARDI, 2004, p.34).

Saviani (2010) realiza um resgate histórico da expansão do ensino superior no Brasil e aponta que, nesta trajetória histórica, é possível que se identifiquem mudanças e continuidades.

É essa a situação que estamos vivendo hoje quando vicejam os mais diferentes tipos de instituições universitárias oferecendo cursos os mais variados em estreita simbiose com os mecanismos de mercado. Aprofunda-se, assim, a tendência a tratar a educação superior como mercadoria entregue aos cuidados de empresas de ensino que recorrem a capitais internacionais com ações negociadas na Bolsa de Valores. (SAVIANI, 2010, p.11).

Os dados do Censo da Educação Superior de 2009, divulgado no dia 13 de janeiro de 2010 pelo Ministério da Educação (MEC, 2010), registrou que o Brasil possui 2.314 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo que 89,4% são privadas e 10,6% públicas.

Há um total de 307.815 professores no ensino superior do país, sendo 36% mestres e 27% doutores. Nas instituições públicas, 75% dos professores são mestres e doutores e nas privadas esta proporção é de 55% (MEC, 2010).

Segundo os dados do relatório (MEC, 2010) o professor da instituição privada é em geral jovem, com média de 34 anos, com mestrado e recebe por

hora/aula. Já o docente da instituição pública tem em média 44 anos, é doutor, o regime de trabalho é o de período integral e o sexo predominante nos dois setores é o masculino.

O Censo da Educação Superior divulgado em 07 de Novembro de 2011 pelo Ministério da Educação e Cultura, indica que considerando a última década (2001 – 2010), a expansão de matrículas no ensino superior foi de 110%²³ sendo que, em 2010, são de 74,2% nas IES Privadas e de 25,8% nas IES Públicas, como mostra a tabela abaixo:

Número de matrículas em cursos de graduação											
Ano	Total	Públicas								Privadas	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
2001	3.036.113	944.584	31,1	504.797	16,6	360.537	11,9	79.250	2,6	2.091.529	68,9
2002	3.520.627	1.085.977	30,8	543.598	15,4	437.927	12,4	104.452	3	2.434.650	69,2
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	583.633	14,8	465.978	11,8	126.563	3,2	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	592.705	14	489.529	11,6	132.083	3,1	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	595.327	13	514.726	11,3	136.651	3	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	607.180	12,4	502.826	10,3	141.359	2,9	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	641.094	12,2	550.089	10,5	143.994	2,7	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	698.319	12	710.175	12,2	144.459	2,5	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	839.397	14,1	566.204	9,5	118.263	2	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	938.656	14,7	601.112	9,4	103.530	1,6	4.736.001	74,2
Fonte: Censo da Educação Superior 2010/MEC											

²³ Segundo o ministério, um dos fatores que explicam o crescimento é o aumento da oferta de cursos à distância e tecnológicos --a modalidade à distância representou 15% do total em 2010.

O censo revela que os alunos de graduação estão mais jovens²⁴, preferem estudar à noite e as mulheres compõem a maioria entre os alunos. Entre 2000 e 2010, as matrículas presenciais noturnas passam de 56% para 63% do total. Considerando apenas as instituições privadas, as matrículas noturnas corresponderam a 73% em 2010.

As Universidades são as mais procuradas, sendo que a maior parte das matrículas, em 2010, continuou concentrada nas universidades (54,3%), seguida das faculdades (31,2%) e dos centros universitários (14,5%).

Percentualmente, ao longo do período, há uma diminuição do número de matrículas das universidades e o aumento do número de faculdades e dos centros universitários; as faculdades compõem o maior número de instituições na educação superior.

Verifica-se a expansão preponderante das IES Privadas neste período, porém, as instituições federais de educação superior (IFES) apresentaram o maior crescimento percentual anual do número de matrículas. De 2009 para 2010 houve aumento de 11,8% no número de matrículas nas IFES, quase o dobro do aumento das instituições de ensino superior privadas.

No que se refere ao regime de trabalho dos professores nas IES Públicas e IES Privadas no período entre 2002 e 2010, observa-se que há o predomínio de professores em tempo integral nas IES Públicas e o predomínio de professores horistas nas IES Privadas.

No período compreendido entre 2001 – 2010, verifica-se que em 2001, o maior número de professores possuíam até a especialização, em seguida estavam os professores com título de mestrado e em menor número os professores doutores.

Em 2006 houve o crescimento do número de especialistas, mestres e doutores, porém, mantendo a mesma proporção em relação ao ano de 2001, ou seja, o maior número de professores com até especialização, seguido dos mestres e depois os doutores.

²⁴ Média de idade nos cursos presenciais de 26 anos.

Já em 2010, temos um crescimento de mestres, seguidos pelos especialistas (que cresceram menos do que em 2006) e um aumento significativo de doutores, porém, ainda em terceiro lugar em termos de crescimento.

A existência das Instituições de Ensino Superior Privadas encontra-se amparada na legislação do país e são classificadas em:

1. Instituições Privadas com fins lucrativos ou Particulares em sentido Estrito. São instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Sua vocação social é exclusivamente empresarial e economicista.

2. Instituições Privadas sem fins lucrativos e que podem ser, quanto a sua vocação social:

2.1. Comunitárias: Incorporam em seus colegiados representantes da comunidade. Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

2.2. Confessionais: Constituídas por motivação confessional ou ideológica. Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

2.3. Filantrópicas: Aquelas cuja mantenedora, sem fins lucrativos, obteve junto ao Conselho Nacional de Assistência Social o Certificado de Assistência Social. São as instituições de educação ou de assistência social que prestam os serviços para os quais foram instituídas e as colocam à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

Nesse sentido, a suposição é de que as condições de trabalho dos professores são diferenciadas, dependendo do tipo de Instituição de Ensino Superior Privada no tocante a sua vocação, autonomia, financiamento, avaliação, regulação, organização, gestão, modelos de carreira docente, contratação dos docentes, titulação exigida, jornada de trabalho, além da própria produção de conhecimento e concepção de ensino, pesquisa e extensão.

Supõe-se também que esta diversidade de condições de trabalho que os professores do Ensino Superior Privado vivenciam, geram impactos em suas

subjetividades e se manifestam de diferentes formas em como estes professores se percebem como sujeitos trabalhadores da Educação.

Frente a estas condições, compreende-se a importância em conhecer como estes professores das Instituições de Ensino Superior Privadas na atualidade percebem suas experiências cotidianas, como vivenciam o processo de trabalho nestas instituições, como desenvolvem este papel sócio-educativo, que significado (s) atribuem ao seu fazer enquanto professores.

Tudo o que foi exposto até o momento justifica o interesse em conhecer o cotidiano do professor do Ensino Superior Privado, como as condições de trabalho interferem em seu papel profissional e como se constitui e se manifesta a sua subjetividade a partir destas condições de trabalho.

Por ser a questão da construção da subjetividade desses docentes um dos aspectos de maior interesse neste trabalho, abordaremos a seguir a conceituação e o contexto que interfere na sua constituição.

Capítulo II: Considerações sobre Subjetividade

Para abordar o tema da subjetividade, assumiremos as contribuições de estudiosos da concepção da Psicologia Sócio-Histórica assentada na Psicologia Histórico-Cultural de Lev Semionovitch Vigotski (1896-1934), que tem no marxismo e no materialismo histórico-dialético, a filosofia, teoria e método que a fundamenta (BOCK, 2007).

Contaremos também com as reflexões de Alves (2007) desenvolvidas pela Sociologia do Trabalho que apontam para as relações existentes entre as transformações do mundo do trabalho e a constituição da subjetividade, alvo de “capturas” diferenciadas se considerarmos as diferentes formas de desenvolvimento histórico da organização social e da vida produtiva.

Ainda no campo da Sociologia do Trabalho, traremos as contribuições de Linhart (2011) que discorre sobre a relação da subjetividade e o trabalho e a precarização desta subjetividade.

A subjetividade não pode ser estudada desvinculada da sociedade, ou seja, ela expressa um determinado tempo histórico e deve-se considerar o desenvolvimento das relações de produção deste determinado tempo histórico.

Neste sentido, compreende-se que se o mundo do trabalho, historicamente se organiza e se transforma, as subjetividades produzidas a partir de uma determinada forma de organização social e do trabalho também se transformam.

Não nos deteremos nas subjetivações constituídas a partir dos modelos Taylorista e Fordista de produção e centraremos nossas análises na constituição da subjetividade do trabalhador para responder ao modelo Toyotista, atualmente predominante na produção do capital. Este modelo engendra variadas estratégias de “captura” da subjetividade e ao longo do desenvolvimento do tema abordaremos estas questões.

Cabe salientar que estaremos preservando as aspas quando mencionamos “captura” da subjetividade, para sermos fiéis à forma como Alves (2007) desenvolve este conceito ao qual nos deteremos ao longo de nossas reflexões sobre subjetividade.

2.1. A Subjetividade na perspectiva da Psicologia Sócio- Histórica

Destacamos alguns autores que estudam o tema da subjetividade a partir da concepção teórica da Psicologia Sócio-Histórica.

O termo Subjetividade tem sido utilizado amplamente e pode ser compreendido de diferentes formas a depender da concepção que embasa a sua definição. Segundo Furtado e Rey (2002, p. 7-8),

Entretanto, é impressionante como o termo se expandiu a partir da década de 70, talvez impulsionado por autores como Félix Guattari e Gilles Deleuze e pelo campo denominado por alguns como pós-moderno, que inclui de maneira genérica autores como Foucault, Lyotard, Baudrillard entre outros. É provável que a discussão aberta por autores freudo-marxistas tenha sido a principal fonte de divulgação do termo subjetividade em tempos recentes depois o termo foi encampado pela Psicanálise e hoje é usado indistintamente não somente pela psicologia, mas por historiadores, filósofos, cientistas sociais e muitos outros. Nós o encontramos nos cadernos culturais e resenhas literárias da imprensa diária, nos encontros científicos, nas ruas.

Não raro ouvimos as pessoas se referirem à subjetividade como sinônimo de aspectos internos e emocionais dos indivíduos; outras vezes reduzem a subjetividade ao pensamento tão somente; seja por um caminho, ou por outro, o termo subjetividade tem sido usado, algumas vezes, como sendo o contrário de objetividade. O que não é concreto (objetivo) está no campo do abstrato (subjetivo) como resultado do psiquismo humano cujos sujeitos produzem variados conteúdos.

Para Furtado (2007, p. 87), “o termo subjetividade tem sido usado para definir todo fenômeno humano que escapa a concretude da objetividade”. Afirma que a realidade é um fenômeno multideterminado, incluindo uma dinâmica objetiva (a base econômica concreta) e também a subjetiva (valores).

Para os que compreendem que subjetividade e objetividade são processos opostos, Lane (2002) aponta para a questão da relação dialética existente entre subjetividade e objetividade. A dialética compreende a luta e unidade dos contrários e essa luta é de contradições e tensões; tese e sua antítese serão superadas por uma síntese, cuja qualidade é diferente tanto da tese quanto da antítese.

Sendo assim, a partir desta concepção, o ser humano é a síntese entre o particular e o universal, entre o individual e o coletivo, entre o subjetivo e o objetivo, uma vez que assumimos este ser humano como um ser sócio-histórico, produto e produtor de sua vida material e da sociedade.

Para Bock (2007), há concepções psicológicas que compreendem o fenômeno psicológico apartado da realidade na qual o sujeito está inserido, visão não compartilhada por Vigotski, que compreende que a subjetividade se constitui na relação dialética com o mundo material e social, o qual só existe através da atividade humana e é, a partir deste movimento, que se desenvolve a consciência de si e a consciência social.

Neste sentido, compreende-se que a subjetividade do indivíduo é constituída pelas transformações históricas, sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e científicas.

Para Gonçalves (2007a), o sujeito, na relação com o outro e, através da atividade humana, produz e apreende significados, atribui sentidos pessoais sobre estes significados. É um ser social, histórico e ativo na relação de produção da objetividade e da subjetividade, cujas características são as de um sujeito racional, sensível, intuitivo, imaginativo, criativo, participativo e comprometido com uma prática social.

Rey (2005) afirma que a cultura gera subjetividade e é denominada por ele de “Subjetividade Social”.

A subjetividade é uma dimensão presente em todos os fenômenos da cultura, da sociedade e do homem (...) [estando] constituída tanto no sujeito individual, como nos espaços sociais em que este vive, sendo ambos constituintes da subjetividade. O caráter relacional e institucional da vida humana implica a configuração subjetiva não apenas do sujeito e de seus diversos momentos interativos, mas também dos espaços sociais em que essas relações são produzidas. Os diferentes espaços de uma sociedade concreta estão estreitamente relacionados entre si em suas implicações subjetivas. É nesse nível de organização da subjetividade que denominamos subjetividade social.

A subjetividade social apresenta-se nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços que vivemos etc. e está atravessada pelos discursos e produções de sentidos que configuram sua organização subjetiva.

Cada uma das formas de expressão da subjetividade social expressa a síntese, em nível simbólico e de sentido subjetivo, do conjunto de aspectos objetivos, macro e micro, que se articulam no funcionamento social. Esses são os mesmos elementos que se articulam na formação da subjetividade individual, com a diferença que os processos de sentido nesse nível estão constituídos, de maneira diferenciada, pelos aspectos singulares da história das pessoas concretas. (REY, 2005, p. 22-24).

Neste sentido, a subjetividade é um sistema complexo, que se produz simultaneamente nas dimensões social e individual (dois espaços de constituição mútua e um composto pelo outro), cuja origem é histórico-social, não se limita às vivências presentes tão somente, mas se entrelaça com a história do sujeito. Este processo de constituição do sujeito é dinâmico, interativo, interno e externo, intrapsíquico e interpssíquico e onde significados e sentidos são produzidos entre os sujeitos e a subjetividade social.

Temos, portanto, que deste processo resulta um movimento de subjetivação do social (que poderá ter relevância para o desenvolvimento do sujeito) e de objetivação da subjetividade (que poderá ter relevância para o social e cultural) em um movimento dialético.

A categoria *Sujeito*, produto de múltiplas determinações, articulará as relações indissolúveis entre a subjetividade individual e social, esta última, compreendida como a gênese da subjetividade individual, ou seja, a subjetividade social antecede o surgimento do sujeito psicológico produzido em espaços sociais construídos historicamente.

Rey (2003) aponta a categoria sentido subjetivo como responsável pela criatividade, versatilidade, diversidade de expressões psíquicas historicamente construídas, ou seja, as criações humanas produzem sentido.

Para Vigotski (2000), uma análise de sentidos mais profunda sobre os sujeitos deve levar em consideração unidade dos processos afetivos e intelectuais.

O homem para Vigotski é um ser histórico, diferencia-se das demais espécies pela sua capacidade de transformar a natureza por meio de seu trabalho e esta relação homem-mundo é mediada pelos instrumentos de mediação cultural, de forma dialética.

Neste sentido, o conceito de atividade, cuja expressão maior é o trabalho, trata da principal mediação nas relações que os sujeitos estabelecem com o mundo objetivo. O surgimento da consciência está relacionado com a atividade prática humana. A consciência é um aspecto da atividade laboral.

A partir desta concepção de homem, a psique humana é compreendida, dialeticamente, levando-se em consideração os processos cognitivo, afetivo, social e individual.

Para Aguiar e Ozella (2006), significados (conteúdos instituídos e compartilhados pelos sujeitos) e sentidos compõem uma unidade contraditória do simbólico e do emocional e para compreender o sujeito, parte-se dos significados sociais (internalizados) para se chegar aos sentidos (mais profundos e atingidos afetiva e cognitivamente) e que a compreensão dos significados e dos sentidos é importante para a compreensão do pensamento e da linguagem.

O homem se desenvolveu a partir de ferramentas que criou e da linguagem para transmitir aos demais seres humanos a utilidade destas ferramentas com vistas a garantir sua sobrevivência. Estas relações são mediadas pelos grupos e instituições dos quais os indivíduos participam e por onde circulam as emoções, o pensamento e a linguagem.

Segundo Lane (2002, p.12),

Indivíduo e sociedade são inseparáveis segundo a dialética, pois o particular contém em si, o universal; deste modo, se desejarmos conhecer cientificamente o ser humano, é necessário considerá-lo dentro do contexto histórico, inserido em um processo constante de subjetivação/objetivação.

Nosso organismo é estimulado a todo momento: percebemos, sentimos, reagimos, refletimos e agimos, objetivando a nossa subjetividade, que por sua vez se transforma, num processo constante, de metamorfose, isto se não nos deixarmos cristalizar por papéis desempenhados sem uma reflexão crítica.

A autora reafirma que a consciência, atividade, afetividade e identidade são as “categorias básicas do psiquismo” que sustentam a Psicologia Sócio-Histórica e que realizam, a partir das relações sociais que se estabelecem através dos grupos sociais que o indivíduo participa, a objetivação de sua subjetividade em um movimento ininterrupto.

2.2. A Subjetividade na perspectiva da Sociologia do Trabalho

Alves (2007, p. 5) desenvolve um amplo estudo sobre o mundo do trabalho em que aponta que “o toyotismo é o momento predominante” da reestruturação produtiva que ocorre sob a mundialização do capital.”

O toyotismo tem sua origem no Japão (1950), mas é no decorrer da década de 1980, momento da crise estrutural do capital e de sua mundialização, que o toyotismo se universaliza e se torna o momento predominante após a crise (1970) do regime de acumulação fordista.

Alves nos diz (2007, p. 164-165),

(...) diremos que o toyotismo não é meramente “modelo japonês” ou “japonismo”. (...) O que denominamos de toyotismo implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica na adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o just-in-time/kanban ou kaizen, que pressupõem, por outro lado, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento pró-ativo do operário ou empregado (como salientamos, o nexo essencial do toyotismo, que implica a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital). (...) Entretanto, o que consideramos como cerne essencial do toyotismo é a busca do “engajamento estimulado” do trabalho, principalmente do trabalhador central, o assalariado ‘estável’.

Segundo o autor, o novo complexo de reestruturação produtiva surge no interior da III Revolução Industrial e diz respeito tanto às inovações sociais interiores quanto exteriores ao capitalismo.

As inovações interiores possuem três dimensões assim identificadas: inovações organizacionais, inovações tecnológicas (microeletrônicas, informacionais e em rede) e inovações sócio-metabólicas (desenvolvimento do sócio-metabolismo da barbárie).

As inovações exteriores à produção capitalista se apresentam como sendo as inovações econômicas e geo-econômicas, as inovações político-institucionais e as inovações culturais.

Estas inovações do toyotismo não se restringem apenas ao local de trabalho empresarial, elas se estendem à vida social dos homens (sócio-metabolismo), repercutem na organização do tempo de trabalho e no tempo de vida (intensificação do trabalho e o tempo livre é uma extensão da empresa), cria novas formas de subjetivação, novos elementos ideológicos e emocionais.

Para a realização deste trabalho trataremos das inovações sociais internas ao capitalismo que é onde o autor localiza a subjetividade e a sua respectiva “captura”.

Alves (2007) considera que as inovações sócio-metabólicas são propiciadoras do que ele denomina de “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital e para problematizar a temática da subjetividade recorre à Psicanálise e suas categorias próprias de análise (pré-consciente, consciente e inconsciente) e afirma:

Salientamos a importância de colocar o termo captura entre aspas para que possamos salientar seu significado problemático. Buscamos explicitar o que entendemos por “subjetividade”. Através da utilização do léxico freudiano, explicamos a categoria de subjetividade como sendo constituída pelas instâncias psíquicas da pré-consciência, consciência e do inconsciente. (...) Na verdade, sob o capitalismo manipulatório, é cada vez mais importante dissecarmos as teias de controle e dominação do capital não apenas no plano político – sociológico, mas psicossocial. (ALVES 2007, p. 5-6).

Ressalta ainda que o corpo é parte constitutiva da subjetividade e sob a regência do toyotismo há o que ele denomina de “compressão psicocorporal” enquanto expressão de uma nova relação mente-corpo (tráfico mente – corpo) e aponta o estresse como a doença universal do toyotismo.

Estaremos desenvolvendo mais amplamente as ideias expostas acima no intuito de contribuir para uma reflexão sobre as transformações objetivas e subjetivas do mundo do trabalho, ampliando para pensar as condições objetivas de trabalho dos professores do ensino superior privado, como estas condições impactam na subjetividade destes professores e como esta subjetividade se expressa na vida destes sujeitos sócio-historicamente compreendidos neste estudo.

2.3. A “Captura” da Subjetividade²⁵

Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, a flexibilização de pagamento (remuneração), terceirização, produção enxuta, grupos de trabalho (team work), vestir a camisa da empresa, ser chamado de colaborador, são exemplos de técnicas de manipulação gerencial cujo alvo são as crenças e os valores dos trabalhadores.

No tocante à subjetividade do trabalhador no processo de produção capitalista,

Tanto o fordismo/taylorismo, como o toyotismo, são partes da Segunda Revolução Industrial (a utilização “científica da matéria viva, o trabalho vivo”), todos eles, em maior ou menor proporção, estariam preocupados com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista (ALVES, 2007, p. 170).

A produção enxuta imposta pelo toyotismo e a introdução das novas e sofisticadas tecnologias (complexas e de alto custo), exigem um trabalhador que corresponda ao aumento da produtividade, que esteja disposto a cooperar com a produção (comprometimento do trabalho vivo), agora mais racionalizada e com alto grau de intensificação do trabalho.

Psicologicamente o toyotismo atua na articulação entre a coerção capitalista e o consentimento do trabalhador. “Se o fordismo não conseguiu incorporar à racionalidade capitalista na produção as variáveis psicológicas do comportamento operário, o toyotismo o fez com desenvoltura.” (ALVES, 2007, p. 174).

Segundo Alves (2007), é intrínseco ao capitalismo os momentos de barbárie e atualmente vivemos a barbárie social, com suas contradições sociais intensas e seu sócio-metabolismo da barbárie, expresso pelo desemprego²⁶ em massa e pela

²⁵ Segundo José Roberto Montes Heloani, professor pesquisador da Faculdade de Educação da UNICAMP, a expressão captura da subjetividade sugere um sequestro da subjetividade sem brechas para o seu resgate. Heloani propõe a expressão manipulação da subjetividade. Para este estudo manteremos a opção pela expressão captura da subjetividade.

²⁶ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego ou de desocupação no Brasil é determinada mensalmente pela Pesquisa Mensal do Emprego. Os números da pesquisa em questão são determinados a partir de estudos feitos a cada mês com a População Economicamente Ativa (PEA) das seis maiores regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife).

precarização do trabalho que atinge a objetividade e a subjetividade de classe trabalhadora e que não se restringe apenas ao local de trabalho mas se estende também para outros contextos sócio–reprodutivos.

Alves (op. cit.) acrescenta que na "captura" da subjetividade há um movimento de resistências e lutas e enquanto inovação sócio-metabólica tende a estressar tanto corporal/ fisicamente quanto psicologicamente o sujeito, que poderá expressar seu sofrimento psíquico produzindo doenças e manifestando sintomas diversos.

A “captura” da subjetividade ocorre a partir das mediações da produção do capital que se expressam através de novas formas de pagamento ao trabalhador assalariado (PLR – Participação nos Lucros e Resultados, salário por antiguidade no trabalho, bônus de produtividade, sistema de avaliação de desempenho, dentre outros mecanismos); do trabalho em equipe (todos do time de trabalho comprometidos e engajados no processo de produção) e do medo do desemprego assentado na constituição do precário mundo do trabalho (renúncia aos direitos sociais e trabalhistas, consentimentos espúrios da sua força de trabalho, presa fácil de manipulações da subjetividade).

Novos coletivos de trabalho surgem nas empresas (inovação geracional) que substituem

os coletivos compostos por trabalhadores e trabalhadoras de determinada faixa etária com determinado acervo de experiências de vida e de luta de classes, portadores de determinados valores morais e sociais. As inovações geracionais são uma forma de inovação sócio-metabólica (ALVES, 2007, p.207).

Estes jovens empregados possuem novas experiências de vida, novos valores sociais, morais, novas expectativas e utopias de mercado; são jovens que já pertencem ao toyotismo sistêmico da década de 2000 (no final da década de 1970 há a geração imersa no fordismo – taylorismo e no final da década de 1980 e

A maior taxa de desemprego registrada foi a do mês de abril de 2004 (13,1%) e a menor foi a de dezembro de 2011 (4,7%). Somente duas vezes, em 2006 e 2009, a taxa subiu em relação ao ano anterior. Depois de sucessivas altas devido à crise econômica, o desemprego no Brasil voltou a decrescer. Maiores detalhes sobre a série histórica das taxas de desemprego no Brasil encontram-se no site <http://www.ibge.gov.br>

adentrando na década de 1990 a geração de trabalhadores com as marcas do toyotismo inconcluso). (ALVES, 2007).

Diante deste contexto de profundas e intensas transformações no mundo do trabalho (precarização e fluidez), este sujeito da era toyotista que está imerso em contradições profissionais e pessoais, encontra-se diante do desafio de dar respostas à esta ideologia posta (um novo homem produtivo).

As exigências da produção capitalista são elevadas, sugam a alma humana, cobiçam as mentes e corações dos trabalhadores; a existência humana (entendida como corpo e mente) está em estado permanente de alerta, tem-se o campo propício ao surgimento de doenças existenciais tais como depressão, angústia, síndromes do pânico, crises de ansiedade, irritação, raiva, agressividade, apenas para citar algumas destas manifestações e doenças psicossomáticas (distúrbios gástricos, insônia, dores físicas muitas vezes generalizadas – fibromialgias, dentre outras).

Inconscientemente (psicanaliticamente falando) o sujeito é levado a SER MAIS e para isto precisa TER MAIS, desejar sonhar mais (sonhos que são mais individuais), consumir mais, desejar mais mercadorias que possuem seus valores-fetiches (desejos de mercado), desejar ser autônomo, um grande engodo do capital. Alves (2007).

A intensificação do ritmo do trabalho, a racionalização e a superexploração do mesmo impactam, em maior ou menor grau, a subjetividade do sujeito; o sofrimento encontra lugar para se manifestar, atinge também o corpo com níveis de extrema exaustão (tanto física quanto emocional – LER e estresse são exemplos destas ocorrências), são as subjetividades precárias ou em desefetivação.

Para Alves (2007), o estresse (que atinge corpo e mente) é o sintoma das novas condições de produção do capital neste momento predominante do toyotismo. Ressalta que o termo stress (do inglês – esforço, tensão) surge no processo taylorista-fordista de produção do capital e que nesta época os agentes estressores (reais ou imaginários) eram menores e que agora, no toyotismo, há uma produção de agentes estressores novos e em maior quantidade. Como exemplo de um poderoso agente estressor atual, temos o medo do desemprego que mobiliza, em demasia, a subjetividade do trabalhador.

Para Linhart (2011, p. 150)²⁷, ao referir-se às penosidades do trabalho diz que,

As penosidades sempre fizeram parte do mundo do trabalho, pois este se caracteriza pelas restrições que ele impõe aos indivíduos e necessariamente constitui veículo de desacordos, dificuldades que ressoam em todas as dimensões da existência. Mas, bem contemporaneamente, a temática das penosidades tomou força e entra em ressonância com o tema onipresente do sofrimento no trabalho. O trabalho tende a ser associado à idéia de mal – estar e de uma possibilidade tão presente de dano psicológico que pode até conduzir ao suicídio, ou pelo menos à depressão.

Em pesquisas realizadas entre 2007 a 2010 com vendedores de um grande shopping center, com representantes comerciais e condutores de trem de uma grande empresa de transportes e com professores do ensino médio, Linhart (2011, p. 150) identificou que os trabalhadores pesquisados denominam de penosidades no trabalho,

(...) as dificuldades com as quais não conseguem lidar ou que não conseguem dominar, que surgem como estranhas à sua profissão, que encontram origem em lógicas profissionais diferentes das que os motivam, que se inscrevem em outro registro de valores, que não lhes parecem equitativamente divididas e às quais esses indivíduos não conseguem mais atribuir sentido. São penosidades, porque lhes parecem injustificadas, quer elas firam sua identidade profissional ou sua autoimagem, quer sejam vividas como um não reconhecimento das suas necessidades de fazer um trabalho de qualidade, verdadeiramente profissional.

A pesquisadora aponta que em uma organização de trabalho no modelo toyotista, os trabalhadores sentem-se mais temerosos e até, em vários momentos, incapazes de se oporem e resistirem aos desígnios das exigências das condições de trabalho impostas a eles. Linhart (2011, p. 152) denomina esta situação vivida pelos trabalhadores de

²⁷ Danièle Linhart é socióloga do trabalho e realiza pesquisas sobre as transformações na organização e gestão do trabalho na empresa moderna. Sua coletânea, *A desmedida do Capital*, foi publicada no Brasil em 2007.

precariedade subjetiva para que os trabalhadores não se sintam à vontade no trabalho nem entre eles, para que não possam desenvolver redes de cumplicidade e de apoio com os colegas (...) a fim de que se sintam sempre com a corda esticada e fiquem mais receptivos às injunções que visam aumentar a rentabilidade de seu trabalho.

Em relação ao tema da subjetividade, Linhart (op.cit.) comenta que a Sociologia teve que entrar neste debate que até então era de domínio da Psicologia, porém, quando se fala em subjetividade no trabalho, à mobilização da subjetividade dos trabalhadores para garantir bons desempenhos no trabalho (presente de forma diferenciada nas organizações do trabalho taylorista²⁸ e fordista), tem-se um objeto de pesquisa importante para os sociólogos do trabalho.

Linhart (2011, 158) interpreta os casos de suicídio divulgados em 2010 na Renault e na France Telecom (empresas francesas) como uma resultante da “precarização dos assalariados estáveis que se opera por meio de uma fragilização de sua subjetividade e que faz parte das intenções gerenciais.”

Os trabalhadores em todos os níveis (supervisores, gerentes etc) são exigidos em suas habilidades para aprenderem e reaprenderem o tempo todo, uma vez que as velozes mudanças no trabalho fazem parte de uma política que objetiva que o trabalhador tenha que dominar sua atividade.

Os trabalhadores são exigidos para executarem suas tarefas sempre no máximo de suas forças e possibilidades e a busca pela superação são intensificadas e sem descanso, assim poderão ser mais fáceis de controlar, dominar, não possuem tempo para se articularem em coletivos solidários, de resistirem, de se articularem para se contrapor ao estabelecido, há o medo do desemprego e a insegurança ativa a competição e o controle entre eles mesmos em seus locais de trabalho, afinal, os “times de trabalho” precisam ser eficientes e o trabalho de um, se deficitário, poderá comprometer o rendimento do “time”.

²⁸ Linhart cita Desbrousses e Peloille (Lyon, 1975) que dizem que nas situações de trabalho mais taylorizadas, “se a alma está aprisionada, ela é exigida o tempo todo”

Segundo Linhart (op.cit), os assalariados não veem seus esforços serem reconhecidos, sentem-se angustiados, desamparados, abandonados e não encontram acolhida para os sofrimentos gerados pelas tensões organizacionais e por objetivos contraditórios dentro das empresas.

Para Heloani e Capitão (2003), o trabalho, nestes moldes atuais, com esse nível de exigência, tanto objetiva quanto subjetiva, tem o poder de tornar o homem um vassalo e de ferir seu psiquismo, sobretudo diante os sentimentos de impotência e de desvalorização permanentes.

Segundo os autores (2003,p. 103),

Se o homem passa a maior parte de seu tempo trabalhando, suas relações pessoais fora de casa deveriam ter um valor afetivo de extrema importância. No entanto, as relações de companheirismo e de amizade no trabalho não se concretizam, pois elas são passageiras, imediatas, competitivas e as ligações afetivas, os vínculos não podem estabelecer-se, já que com cada alteração rompem-se os laços, perdem-se as pessoas e daí, além do castigo do desemprego, há a solidão, a perda irreparável.

2.4. Trabalho e Subjetividade

Diante do que até o momento foi exposto, confirma-se que o conceito de trabalho (categoria de análise no materialismo histórico e dialético) é central nas perspectivas teóricas marxistas assumidas neste trabalho, que é a da Psicologia Sócio-Histórica e da Sociologia do Trabalho²⁹ representada por Giovanni Alves.

Cada época histórica traz uma forma de organização da sociedade e é pelo trabalho (atividade humana vital), que o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens, cria as condições necessárias para a produção, reprodução e transformação da vida humana.

Em decorrência do trabalho, o homem se relaciona com os outros homens (sociabilidade), ocorre a divisão de tarefas, desenvolve-se a linguagem, a consciência.

²⁹ Linhart não é marxista embora suas reflexões muitas vezes fazem supor que há uma aproximação com o marxismo.

Antes de tudo, o trabalho é um processo que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.

Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos - a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho.

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes à do tecelão, a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2008, p. 211).

Através do trabalho o homem não só modifica a natureza em função de suas necessidades, mas garante a existência da vida individual e social, permite que as aquisições da evolução sejam transmitidas às gerações vindouras.

O trabalho é uma atividade consciente de transformação do mundo e neste processo o homem desenvolve a capacidade de simbolizar, utilizar signos constituindo o campo da cultura.

Porém o modo de produção apresenta suas contradições, uma vez que no sistema de produção capitalista, a alienação configura-se na relação homem-trabalho; o homem se torna uma ferramenta utilizada pelo capital para sua exploração, reduziu-se física e espiritualmente a uma máquina, quanto mais produz, menos pode possuir, o produto do seu trabalho não lhe pertence e, para consumir, intensifica seu trabalho.

Lane (1994) aponta para a dupla dimensão do trabalho, que pode tanto ser criativo quanto pode ser rotineiro e repetitivo (alienado); quando a repetição e a rotina

se instalam, podem afetar psicologicamente o trabalhador, pode alienar mentalmente e fazer o sofrimento psíquico se manifestar.

Martins (2007) afirma que, no sistema de produção capitalista, o trabalho sem sentido favorece a constituição de uma subjetividade cindida (clivada), retirando a possibilidade do trabalhador de viver, integralmente, o desenvolvimento de suas capacidades individuais, de sua subjetividade, de manifestar-se livre e espontaneamente.

Considerando a fundamentação teórica que sustenta a concepção de subjetividade adotada para a realização desta pesquisa,³⁰ o desafio será o de identificar os impactos das condições de trabalho sobre a subjetividade do professor do ensino superior privado.

Como visto, o quadro atual de mercantilização das Instituições de Educação Superior Privadas (IES) traz profundas alterações nos processos de trabalho vividos por seus professores.

Há registros em artigos, dissertações, teses, livros bem como através de relatos em congressos, encontros, seminários e colóquios variados³¹, que os professores que trabalham em IES privadas vivem os impactos da reestruturação produtiva imposta pelo modelo toyotista de produção do capital.

Esta reestruturação produtiva se revela, objetivamente, através das condições de trabalho precarizadas, da intensificação do trabalho do professor, pela falta de tempo destinado aos afazeres docentes, pela presença de novos coletivos de trabalhadores (os novos mestres e doutores são contratados para substituírem os professores mais antigos na instituição e foram demitidos, desempenhando as mesmas funções e ganhando salários mais baixos), através das formas de contratação e ingresso dos professores, mediante a implantação de carreiras docentes que são construídas destruindo a isonomia salarial entre os professores, pelas avaliações de produtividade, pela gestão coercitiva, através da implantação de novas tecnologias etc.

³⁰ Foram reunidos vários autores que tratam do tema da subjetividade sob a ótica do materialismo histórico e dialético e é a partir desta aproximação que a pesquisa se desenvolveu.

³¹ Várias referências bibliográficas estão sendo utilizadas para a fundamentação teórica desenvolvida neste trabalho.

Do ponto de vista subjetivo, a presença do medo do desemprego favorece consentimentos trabalhistas historicamente conquistados, alienação do trabalho do professor (pela repetição, pela rotina, pela falta de autonomia para criar os conteúdos das disciplinas que muitas vezes são determinados pela própria instituição, etc.), dessocialização (falta de tempo para o lazer, família, amigos) e desefetivação (realização de um trabalho que muitas vezes não faz sentido para o próprio professor), sintomas de exaustão emocional e física (estresse, angústia, depressão, ansiedade, irritabilidade, etc.).

Parto da suposição de que os impactos das condições de trabalho sobre a subjetividade do trabalhador- professor não operam da mesma maneira em cada um, até porque, mesmo pertencendo a uma mesma instituição de ensino, os professores possuem inserções diferenciadas em seu processo de trabalho e são subjetividades singulares. Sendo assim, poderemos evidenciar com este estudo, as diferentes manifestações da subjetividade destes sujeitos que também são singulares.

A partir das condições objetivas para a realização da pesquisa, para a identificação dos participantes e para a coleta de dados, o recorte realizado define como sujeitos deste estudo os professores do ensino superior privado sindicalizados ao Sindicato dos Professores da Rede Privada de Ensino de Campinas e Região – Sinpro Campinas.

Neste sentido, pode-se supor que os professores que são sindicalizados, ao receberem os informativos do sindicato (boletins impressos e eletrônicos, agendas anuais com os direitos trabalhistas impressos, cadernos de convenção coletiva de trabalho, convocações para participarem de assembléias, congressos, atividades políticas, sindicais, culturais etc.), mantém um certo nível de informação sobre as lutas desenvolvidas no seio da categoria e de suas precárias condições de trabalho; mesmo assim, não se pode afirmar que estes professores estão mais conscientes das condições de trabalho que os engendram e, portanto, mais blindados aos impactos destas relações de trabalho em suas subjetividades.

Capítulo III: Procedimentos Metodológicos

O foco desta pesquisa foram os professores que trabalham em Instituições de Ensino Superior Privado, buscando conhecer como as condições impactam e se manifestam na subjetividade desses professores.³² Para isso, foram utilizados os dados oferecidos pelo Sindicato dos Professores da Rede Privada de Ensino de Campinas e Região (Sinpro Campinas e Região)³³ por serem estes dados representativos desta população a ser investigada.

Os critérios para selecionar os professores foram: professores pertencentes à base de dados do Sinpro Campinas (sindicalizados), uma vez que este cadastro encontra-se atualizado permanentemente com informações sobre os professores que são relevantes para esta pesquisa.

Estes dados são tanto pessoais (nome, idade, sexo, estado civil, endereço, telefone, correio eletrônico etc.) como informações profissionais (formação profissional, titulação, data da sindicalização, instituição (ões) em que leciona atualmente e instituições onde já trabalhou.

O Sinpro-Campinas, mediante solicitação da pesquisadora, disponibilizou a listagem dos professores sindicalizados do Ensino Superior Privado e, por meio destes dados, os professores foram contatados e convidados a participar da pesquisa.

Como segundo critério estabelecemos, com base na literatura que aponta a intensificação da privatização do Ensino Superior Privado na década de 1990 e sua crescente expansão em curso, um recorte no tempo de sindicalização dos

³² A proposta inicial foi a de realizar de 3 a 4 reuniões grupais com estes professores utilizando a metodologia de trabalho grupal sustentada no enfoque sociopsicodramático (formação teórica e metodológica da pesquisadora). Em função da alegação feita pelos próprios professores de que participariam da pesquisa desde que não fossem nos encontros presenciais por falta de tempo para esta modalidade de trabalho, a opção pela construção de um questionário para a coleta de dados pareceu ser a mais adequada à estas condições objetivas de impedimento à participação dos mesmos.

³³ O Sinpro –Campinas e Região representa todos os professores da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, e os professores do Sesi e Senai, tanto da cidade de Campinas quanto das cidades de Americana, Amparo, Araras, Santa Bárbara D’oeste, Mogi Mirim, Piracicaba e Limeira.

participantes da pesquisa, ou seja, fizeram parte do estudo os professores que se sindicalizaram no período de 1990 a 2005, ou seja, estamos falando em um período de 15 anos de sindicalização, tempo histórico relevante para retratar os impactos das condições de trabalho vividas pelos professores em suas Subjetividades. Estaremos pesquisando os professores da última década do século XX que se mantiveram em suas funções docentes nos 5 primeiros anos do século XXI.

Outros dois critérios para a seleção dos professores participantes foram o de possuírem as características de serem, segundo a catalogação no cadastro do Sinpro-Campinas, professores ativos³⁴, professores contratados por horas/aula, também denominados de horistas ou aulistas. Com base na literatura disponível, os contratos por horas/aula impõem mais precarização nas relações de trabalho (REIS e SGUISSARDI, 2009).

Também adotamos como critério o de os professores pertencerem às Instituições de Ensino Superior Privado que realizem um ensino presencial, ou seja, não foi foco deste estudo analisar as condições de trabalho dos professores que pertencem às Instituições de Ensino à Distância (EAD).

Das 38 Instituições representadas pelo Sinpro-Campinas, apenas uma instituição caracteriza-se por ser EAD, o que não se considera representativo para este estudo.

Considerando as 37 IES restantes, temos que em Campinas há 21 IES³⁵, em Piracicaba são 6, em Amparo 1, em Araras são 2, em Limeira são 4 e em Americana são 3 IES e estão denominadas³⁶ como Centros Universitários, Faculdades, Institutos de Ensino Superior, Escola Superior de Educação e Universidade.

A partir desta caracterização, observa-se que em Campinas há uma concentração majoritária de IES privadas e a opção pelo estudo centrado neste município apresenta-se bastante significativo.

³⁴ Professores ATIVOS são os que estão trabalhando mesmo que já sejam aposentados, afinal, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aposentadoria não rescinde contrato de trabalho.

³⁵ Destas 21 IES na cidade de Campinas, uma delas é a IE a qual pertence a pesquisadora e não será considerada para este estudo em função da impossibilidade oficial de realizar pesquisas que revelem dados sobre os professores, sobre a Instituição e sobre o Hospital Universitário, mesmo que a pesquisa tenha sido aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP.

³⁶ Segundo o site do MEC onde há o cadastro das escolas e sua razão social.

Sintetizando os critérios adotados para a realização desta pesquisa, tem-se o interesse em pesquisar os professores sindicalizados ao Sinpro-Campinas no período de 1990 a 2005, ativos em Fevereiro de 2012³⁷ (aposentados ou não), que pertençam as IES da cidade de Campinas caracterizadas pelo ensino presencial e que tenham sua jornada de trabalho como professores horistas.

Como as condições de trabalho afetam todos os docentes, não restringimos a participação dos/as professores/as ao tempo de serviço na educação superior, curso de graduação em que atuam, nível de formação, idade, gênero, período de trabalho (diurno ou noturno).

Como instrumento de pesquisa foi elaborado um questionário³⁸ contendo 25 perguntas fechadas (dados pessoais, formação acadêmica e experiência profissional) e 20 perguntas que versam sobre o tema Trabalho e Subjetividade (contendo 8 perguntas fechadas e 12 perguntas abertas³⁹).

Com vistas a realizar um teste piloto para o aperfeiçoamento do questionário proposto aos professores, o instrumento foi enviado para 10 professores do Ensino Superior Privado⁴⁰ por correio eletrônico, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁴¹ e acompanhado de uma breve apresentação dos objetivos do estudo a ser realizado com o prazo para a devolução do questionário via correio eletrônico. Foram obtidos 8 retornos e as sugestões foram incluídas no questionário.

O convite à participação na pesquisa foi enviado para 131 professores do Ensino Superior Privado que trabalham na cidade de Campinas, com base na lista de sindicalizados fornecida pela secretaria do Sindicato dos Professores (Sinpro Campinas e Região). Destes 131 convites, 18 retornaram, ou por endereçamento

³⁷ Fevereiro se inicia um novo ano letivo e aí é possível identificar quem são os/as professores/as que permanecem ativos/as nas IES.

³⁸ O questionário consta dos anexos.

³⁹ Estas perguntas são também denominadas fenomenológicas ou disparadoras das vivências dos participantes.

⁴⁰ Professores que não pertencem ao universo potencial da pesquisa.

⁴¹ O TCLE consta dos anexos.

errado ou através de retornos dos professores esclarecendo não mais estarem no ensino privado.⁴²

Com 113 convites válidos, foram identificados mais de 60 acessos ao questionário, que esteve hospedado por mais de 30 dias em um site denominado Encuestafacil.com⁴³, sendo que efetivamente 29 questionários foram finalizados (26%)⁴⁴.

Durante o prazo estabelecido⁴⁵ para que os professores respondessem à pesquisa, foram enviados três comunicados após um determinado período em que a pesquisadora percebia que os acessos paravam de ocorrer.

Dos 29 questionários finalizados, temos que 19 deles foram totalmente respondidos e 10 questionários foram parcialmente respondidos⁴⁶. A opção não será a de trabalhar com dois grupos de professores (os que responderam totalmente ao questionário e os que responderam parcialmente), pois o interesse deste estudo não é comparar dois grupos e sim o de compreender globalmente os resultados apresentados.

No entanto, todos/as professores/as responderam às perguntas objetivas, porém, algumas perguntas dissertativas foram deixadas em branco e outras perguntas foram parcialmente respondidas.

A análise qualitativa das respostas relativas às perguntas abertas que compõem o questionário foi realizada a partir da concepção do método fenomenológico de Amedeo Giorgi (1985) e que possui basicamente quatro passos para sua execução, claramente descritos por Moreira (2002, p. 123-124) como segue:

⁴² Mesmo assim se mantendo no quadro de sindicalizados do Sindicato e não efetivando seus desligamentos enquanto filiados.

⁴³ Encuestafacil.com é a ferramenta web de pesquisas online nº 1 na Europa e América Latina. Permite aos usuários elaborar por si mesmos, de uma forma rápida e simples, pesquisas internas e externas que auxiliem na tomada de decisões. Para responder ao questionário desta pesquisa, os professores acessaram o link: <http://www.encuestafacil.com/RespWeb/QN.aspx?EID=1214081>

⁴⁴ Difícil estimar as razões para estabelecer uma relação entre o número de acessos (elevado) e o número de questionários finalizados (com a facilidade da internet nos dias de hoje), porém, pode-se perguntar se o professor não está realmente sobrecarregado em sua vida, com várias atribuições e receber mais uma, ou seja, a de responder a uma pesquisa, pode não ter sido relevante no momento.

⁴⁵ Prazo entre 27 de Março de 2012 e 30 de Abril de 2012.

⁴⁶ Uma professora comentou que o prazo para o término da pesquisa coincidia com o último prazo para a entrega do Imposto de Renda determinado pela Receita Federal e que ela estava atrapalhada com estes compromissos, já que “os brasileiros deixam tudo para a última hora”.

Partindo das descrições por escrito, adotam-se quatro passos:

1. Leitura geral da descrição.
2. Tendo o sentido do todo, lê-se novamente e busca-se discriminar as “unidades de sentido”, dentro da perspectiva que lhe interessa (social, psicológica), sempre com o foco no fenômeno estudado.
3. Uma vez formuladas, o pesquisador procura expressar o que elas (as unidades de sentido) contêm, de uma forma mais direta, em especial as unidades de sentido mais reveladoras do fenômeno em estudo.
4. Sintetizar todas as unidades de sentido transformando em uma declaração consistente com relação à experiência do sujeito – (estrutura de experiência).

A opção pelo método fenomenológico se justifica por ser um método indicado no enfoque de fenômenos subjetivos baseados em experiências vividas pelas pessoas. Segundo Moreira (2002, p. 110),

o método fenomenológico destina-se a empreender pesquisas sobre fenômenos humanos, tais como vividos e experienciados. Esse empreendimento dá-se através de descrições de experiências dos sujeitos que experienciam os fenômenos em estudo.

Portanto, como esta pesquisa objetiva saber como os professores do Ensino Superior Privado de Campinas vivenciam sua condição profissional, nada melhor do que perguntar aos próprios professores sobre estas vivências e a opção pelo método fenomenológico nos parece indicada.⁴⁷

O sujeito percebe o mundo envolvido por significações e a fenomenologia procura captar estas significações que são expressas a partir de um dado momento da vida das pessoas (como uma foto que retrata um dado momento da vida do sujeito), da cultura em que vivem, dos valores da sociedade. Pode-se dizer que a pesquisa fenomenológica possui um caráter histórico – cultural, uma natureza

⁴⁷ A razão pela escolha do método fenomenológico e a não escolha pelo método dialético, já que toda a fundamentação sobre a subjetividade se aproxima de uma concepção histórico – crítica e marxista, se deve ao fato de que a pesquisadora não domina o método dialético de pesquisa para certificar-se se este método dá conta de captar a subjetividade dos sujeitos, o que já não ocorre com o método fenomenológico que se dedica fundamentalmente a captar o vivido pelos sujeitos e as justificativas para sua utilização estão detalhadamente expostas ao longo deste capítulo.

qualitativa e encontra na redução fenomenológica a forma de buscar o vivido pelos sujeitos.

Forghieri (1993) nos fala da redução fenomenológica como segue:

A redução fenomenológica consiste em retornar ao mundo da vida, tal qual aparece antes de qualquer alteração produzida por sistemas filosóficos, teorias científicas ou preconceitos do sujeito; retornar à experiência vivida e sobre ela fazer uma profunda reflexão que permita chegar à essência do conhecimento, ou ao modo como este se constitui no próprio existir humano. (FORGHIERI, 1993, p. 59)

O exercício de redução fenomenológica pode ser entendido como um momento, em que se deixa entre parênteses por um dado instante, todas as crenças, julgamentos, preconceitos, teorias e sentimentos sobre a vivência do sujeito, para refletir e descrever os significados em relação à essência do sujeito; caberá ao pesquisador procurar fazer a redução fenomenológica, tanto para investigar o vivido de outras pessoas como também sua própria vivência.

Dentro da perspectiva de redução fenomenológica, o objetivo deste estudo é o de descrever as vivências dos sujeitos da pesquisa no que se refere ao tema Impactos das Condições de Trabalho sobre a Subjetividade do Professor de Ensino Superior Privado de Campinas.

Para utilizar o método proposto por Giorgi (1985) que é o de uma análise fenomenológica dos relatos verbais (depoimentos dos professores), passamos pelos quatro passos preconizados pelo autor como explicitados anteriormente.

Amatuzzi (1996) denominou este tipo de pesquisa fenomenológica de tendência “empírica”, ou “científica” e que visa trabalhar com depoimentos (entrevistas, relatos de experiência etc).

Ao estudar os passos propostos por vários autores para a pesquisa fenomenológica, Amatuzzi (op.cit.) encontrou uma estrutura de análise comum a todos estes autores e que está composta por três momentos que se articulam dialeticamente:

- 1) sintonização do vivido;
- 2) encontro dos componentes significativos do vivido;
- 3) formulação articulada da estrutura do vivido.

O questionário contou com 46 perguntas (fechadas e abertas); as perguntas pertencentes à seção sobre Trabalho Docente e Subjetividade correspondem a numeração de 27 a 46.⁴⁸

A partir da leitura dos depoimentos e com base no sentido do todo, as **Unidades de Sentido** foram identificadas de acordo com a perspectiva de interesse do estudo em questão.

As Unidades de Sentido foram transcritas exatamente como os/as professores/as escreveram em seus depoimentos, ou seja, respeitamos a grafia e expressões originais. A numeração das Unidades de Sentido ocorre da seguinte maneira: Fixa-se uma primeira pergunta e a pesquisadora lê todas as respostas dos 29 participantes relacionadas a esta pergunta. Ao ler as respostas, todas as vezes que a pesquisadora encontrar na fala do/a professor/a um sentido diferente do que está sendo comunicado, fará uma barra para separar os sentidos (unidades de sentido) e numerará sequencialmente as unidades de sentido encontradas nesta primeira pergunta. Este é o mesmo procedimento para todas as perguntas dissertativas do questionário que se referirem a Trabalho e Subjetividade.

Essas Unidades de Sentido foram agrupadas em função de suas proximidades temáticas e, a partir deste agrupamento denominado de **Unidade de Significado**, foi realizada uma Compreensão Fenomenológica que expressasse as Unidades de Sentido ali reunidas.

A sequência adotada para apresentarmos ao leitor esta etapa do estudo será a seguinte:

a) Apresentação da Compreensão Fenomenológica da Unidade de Significado expressa de forma mais consistente e fiel aos sentidos identificados nas falas dos/as professores/as, não consistindo, neste momento, em uma análise fenomenológica dos resultados encontrados na pesquisa e que será realizada no capítulo subsequente.

b) Apresentação da Unidade de Significado seguida de seu título e contendo as Unidades de Sentido (numeradas sequencialmente à medida em que foram

⁴⁸ As perguntas de número 27, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44 e 46 foram fenomenológicas, perguntas abertas ou disparadoras. As perguntas de número 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43 e 45 foram perguntas fechadas conforme questionário em anexo.

identificadas nos depoimentos dos/as professores/as e posteriormente reagrupadas por núcleos temáticos)

Para cada Unidade de Significado há uma compreensão fenomenológica correspondente, que possibilita a leitura de uma declaração mais consistente das vivências dos participantes da pesquisa registradas nos depoimentos.

Após a explicitação dos procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa e da concepção fenomenológica adotada para a compreensão e posterior análise dos depoimentos dos/as professores/as, passamos à Compreensão Fenomenológica dos sentidos e significados expressos nestes depoimentos.

Capítulo IV: Compreensão Fenomenológica dos Depoimentos dos/as Professores/as

Com o objetivo de conhecer a relação entre trabalho docente e subjetividade, as respostas à primeira pergunta disparadora intitulada **Fale livremente sobre o/os significado/os que o seu trabalho como professor/a tem para você**, proporcionaram que fossem identificadas 43 Unidades de Sentido que foram reunidas por núcleos temáticos denominados por Unidades de Significado que recebem um título que as identificam.

As Unidades de Significado estão descritas como segue: 1. Significados do Ser Professor/a; 2. Sentimentos e sensações relativos ao ser professor/a; 3. Compromisso social do/a professor/a e 4. Condições de trabalho e desvalorização profissional.

1. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Significados do Ser Professor/a** reúne unidades de sentidos que expressam que ser professor/a é uma escolha importante, realização pessoal e profissional, um projeto de vida, motivo de orgulho e a realização de um trabalho nobre. Os depoimentos de dois professores registram o abandono de carreiras promissoras para se dedicarem à docência, por conceberem a relevância do trabalho como educadores.

Ser professor/a possibilita, ao mesmo tempo, ensinar e aprender mais, contribuindo para uma formação melhor dos alunos e para o desenvolvimento do ser humano.

Para ilustrar a compreensão fenomenológica, seguem abaixo as unidades de sentido identificadas nos depoimentos dos/as professores/as.

Unidade de Significado: Significados do Ser Professor/a

1. É uma oportunidade de aprender cada vez mais
2. É uma escolha de infância. Sempre quis ser professor.

3. Aliás, com o tempo, aprendi que, mais que professor, sempre quis ser EDUCADOR!!
4. Abandonei o “meio corporativo” da minha área (construção) há quase 8 anos para ganhar (salário), hoje, cerca de 1/3 do que recebia à época (sem considerar correção!!)
5. Realização pessoal e profissional
11. Inspirei-me nos meus MELHORES mestres.
13. (...) pois busco despertar o desejo pelo conhecimento e não só pelo título de engenheiro.
15. A relação com os alunos num processo de aprendizagem coletivo é muito bom!
24. Trabalho nobre, (...)
27. O trabalho como professora tomou conta da minha vida.
28. Deixei minha carreira jurídica para me dedicar exclusivamente à docência por acreditar completamente neste trabalho.
30. Uma oportunidade de aprender, ensinar (...)
33. Acho importantíssimo e tenho orgulho de ser professora.
40. Troquei uma carreira promissora na área de vendas de uma multinacional farmacêutica por perceber a possibilidade de poder promover mudanças e transformações sociais.
41. Desenvolver o ser humano é algo que me motiva ir para a sala de aula.
42. Tem o significado de contribuir para a formação de pessoas que estão em transformação que continuarão fazer parte da nossa sociedade.
43. PROJETO DE VIDA

2. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Sentimentos e sensações relativos ao ser professor/a** reúne unidades de sentido que expressam que é um trabalho prazeroso, gratificante, que traz alegria e amor pelo que realizam.

Também são expressos sentidos que apontam para um trabalho que traz desafios diários e é muito desgastante.

Para demonstrar a compreensão fenomenológica, seguem abaixo as unidades de sentido identificadas nos depoimentos dos/as professores/as.

Unidade de Significado: Sentimentos e sensações relativos ao ser professor

(a).

- 6. É um trabalho prazeroso, que me mantém em contato com muitas pessoas.
- 7. Normalmente saio contente da sala de aula.
- 12. Sei que é um desafio diário (...)
- 14. Apesar das condições, considero meu trabalho muito gratificante.
- 16. Muito gratificante, (...)
- 17. (...) mas também muito desgastante
- 18. Quando estou com os alunos, sinto entusiasmo, (...)
- 19. (...) desejo de formar e informar, (...)
- 20. (...) alegria.
- 34. Amo mesmo dar aulas (...)

3. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Compromisso social do/a professor/a** reúne unidades de sentido que expressam que o/a professor/a espera participar de forma mais ativa na formação deste país por meio da educação da nova geração e o maior significado é a possibilidade de formar pessoas para fazerem algo diferente do que está estabelecido na sociedade.

Há a responsabilidade pela formação dos alunos visando à busca de melhoras, diminuição das injustiças sociais, a possibilidade de poder promover mudanças e transformações sociais. Além da importância social do trabalho do/a professor/a, há a relação de ajuda aos alunos para levarem para a prática o que aprendem e que, com isto, o/a professor/a ajuda as pessoas a terem uma carreira, um bom trabalho, a terem mais e melhores oportunidades e como consequência uma vida melhor.

Se expressa também o significado de relação com a cultura, de comprometimento com o pensar, o agir e a interlocução com a comunidade na forma de ampliar conhecimento.

Abaixo se encontram as unidades de sentido identificadas nos depoimentos dos/as professores/as e que foram expressas na compreensão fenomenológica acima descrita.

Unidade de Significado: Compromisso social do/a professor/a.

08. Espero participar de forma mais ativa na formação deste país, por meio da educação da nova geração. Também não se pode esquecer que aquele que não for educado hoje será o bandido de amanhã.

09. O maior significado é a possibilidade de formar pessoas (...)

10. (...) para fazerem algo diferente do que está posto, na busca de melhoras e diminuição das injustiças sociais existentes. No fundo, tem um significado de luta.

25. (...) que exige dedicação e responsabilidade pela formação e conteúdo dos alunos.

26. Além da importância social.

29. Contribuir para uma formação melhor para os alunos envolvendo discussões sobre a política da tecnologia

31. (...) e participar de uma atividade que trabalha o coletivo.

32. Sobre tudo o de ajudá-los a levar para a prática aquilo que aprendem nas aulas e nas leituras.

35. (...) ver que posso e consigo transferir bem o conhecimento, (...)

36. (...) que com isto eu ajudo as pessoas a terem uma carreira, um bom trabalho, (...)

37. (...) a terem mais e melhores oportunidades e como consequência uma vida melhor.

38. O significado é interlocução com a comunidade na forma de ampliar conhecimento, transmissão e recepção de conhecimento.

39. Para mim é o significado de compartilhamento relacionado à postura cultural e de comprometimento com o pensar, agir e estar no mundo do outro, nesse caso o discente.

4. Compreensão Fenomenológica: A Unidade de Significado denominada

Condições de trabalho e desvalorização profissional constitui-se de unidades de sentido que expressam o que o/a professor/a sente, em relação às Instituições de ensino como o descaso, o desrespeito e a desvalorização profissional.

Abaixo encontram-se as unidades de sentido que foram identificadas nos depoimentos dos/as professores/as.

Unidade de Significado: **Condições de trabalho e desvalorização profissional.**

21. Em relação às instituições, sinto descaso, (...)

22. (...) desrespeito (...)

23. (...) e desvalorização profissional.

As respostas relativas à pergunta **Como você vivencia seu papel de professor/a? Comente livremente** proporcionaram que fossem identificadas 41 Unidades de Sentido expressas em 3 Unidades de Significado: 1. Sensações e sentimentos relacionados à vivência do papel de professor/a; 2. Vivências na relação ensino-aprendizagem e 3. Condições de Trabalho vivenciadas como professor/ a.

1. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Sensações e sentimentos relacionados à vivência do papel de professor/a** expressam que esta vivência é intensa, integral, difícil, de muito suor, de muito amor pela profissão, levada a sério, com responsabilidade, dedicação, com envolvimento profundo, extremamente gratificante, prazerosa ou quase sempre prazerosa.

Mas, como todo e qualquer trabalho, existem altos e baixos, assumem-se as dificuldades como algo inerente à profissão. Assim, há momentos de stresse e desgaste resultando em excessivo desgaste tanto para o professor quanto para o aluno.

Há o registro de que ultimamente o trabalho é vivenciado com muito cansaço, não considerado uma vivência plena, como um papel sem valor, com desmotivação e

necessitando de uma constante busca de re-motivação para não desistir da profissão antes do tempo.

Abaixo se encontram as unidades de sentido identificadas nos depoimentos dos/as professores/as e que foram expressas na compreensão fenomenológica acima descrita.

Unidade de Significado: Sensações e sentimentos relacionados à vivência do papel de professor (a).

1. intensamente, (...)
5. com muito prazer
6. Como parte da minha vida. E, como todas as partes da vida, com altos e baixos.
7. Levo a sério e espero a correspondente contrapartida da instituição e dos alunos.
8. Vivencio com responsabilidade, (...)
9. (...) assumindo as dificuldades como algo inerente à profissão, mas sempre que possível, colocando-as em questão.
12. Passar conhecimento, com responsabilidade e muito amor pela minha profissão.
13. Como gosto muito do que faço, (...)
14. (...) a vivência de trabalho é quase sempre prazerosa.
15. Mas, como todo e qualquer trabalho, tem momentos de stresse e desgaste.
19. Ultimamente com muito cansaço (...)
22. Não considero uma vivência plena, pois não pode ser discutida. A educação não pode ser discutida.
23. Vivencio de forma integral e apaixonada.
24. Não me vejo fazendo outra coisa.
25. Gosto muito. Trabalhei 13 anos em uma empresa privada e vir para a educação foi muito bom apesar da queda de 2/3 do salário.
26. Com dedicação, suor e constante busca de re-motivação, para não desistir antes do tempo.

- 27. Ultimamente como um papel sem valor.
- 29. Eu adoro preparar as aulas, adoro ensinar, mas me sinto muito desmotivada hoje (...)
- 34. Chego a ser apaixonado. Me envolvo profundamente.
- 36. é um trabalho difícil (...)
- 37. (...) e pouco reconhecido. Já escutei diversas vezes de alunos "A senhora só é professora ou também trabalha."
- 38. Gosto muito do que faço.
- 39. SERIEDADE, (...)
- 40. (...) DEDICAÇÃO, (...)

2. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Vivências na relação ensino-aprendizagem** expressam que a leitura, preparação de aulas e o ministrar aulas tomam a maior parte do tempo do professor; é uma vivência que traz entusiasmo pelo assunto e gosto pela matéria e pelos conhecimentos a serem transmitidos.

Há o registro de que o/ a professor/a vivencia o papel como provocador do pensamento crítico do outro e de um estudioso que busca valorar, na interação, o potencial criativo no outro.

O trabalho de professor contribui para renovação de conhecimento todos os dias e é um trabalho de formação.

Há também a manifestação de que a docência, tal qual estamos acostumados, não condiz mais com o perfil atual dos alunos, como se todos os esforços para fazer das aulas algo prazeroso, proveitoso, fossem em vão.

O/A professor/a percebe que os alunos não parecem mais ter interesse nas disciplinas e nas aulas. Várias coisas interessantes são tentadas, utilização de recursos múltiplos, tudo para atrair a atenção deles, mas sem sucesso.

Abaixo estão as Unidades de Sentido que ilustram a compreensão fenomenológica acima descrita.

Unidade de Significado: Vivências na relação ensino-aprendizagem.

2. (...) a leitura, preparação da aula e ministração tomam a maioria do meu tempo assim como as descobertas e aprendizagem dos alunos.

16. Sou um professor que gosta da matéria (...)

17. (...) e me entusiasmo com o assunto,

18. (...) mas creio que a docência, tal qual estamos acostumados, não condiz mais com o perfil atual dos alunos, resultando em excessivo desgaste para ambas as partes.

28. Como se todos os esforços para fazer das aulas algo prazeroso, proveitoso fosse em vão.

30. (...) pois percebo que os alunos não parecem mais ter interesse nas disciplinas, nas aulas.

31. (...) tento sempre várias coisas interessantes, uso recursos múltiplos, (...)

32. (...) entendo como é a Geração Y, meu perfil de alunos, faço tudo para atrair a atenção deles mas sem sucesso.

33. Vivencio o papel como provocador do pensamento crítico do outro e de um estudioso que busca valorar na interação o potencial criativo no outro.

35. O trabalho de professor contribui para renovação de conhecimento, todos os dias

41. (...) FORMAÇÃO

3. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Condições de Trabalho vivenciadas como professor/a** expressam que há o descaso que os/as professores/as sofrem pela mercantilização do ensino superior. O maior conflito é a sobrecarga de trabalho, desvalorização financeira, um sentimento de desvalorização e desrespeito por parte das instituições de ensino, que vêem o/a professor/a apenas como um funcionário que deve cumprir horas, um trabalho pouco reconhecido.

Nas instituições privadas a vivência plena é limitada apenas à sala de aulas, no mais, imperam as normas gerenciais.

Segundo o registro de uma professora, os alunos por vezes a desvalorizam à medida em que expressam: "A senhora só é professora ou também trabalha".

As Unidades de Sentido abaixo descritas ilustram a compreensão fenomenológica acima descrita.

Unidade de Significado: Condições de Trabalho vivenciadas como professor/a

- 3. É extremamente gratificante, apesar do descaso que sofremos dos Barões do Ensino Privado.
- 4. Até dezembro, por exemplo, eu lecionava, também, na Anhanguera - fui demitido ao entregar meu diploma de Doutorado!!
- 10. O maior conflito é a sobrecarga de trabalho (...)
- 11. (...) e sua desvalorização financeira.
- 20. (...) e um sentimento de desvalorização e desrespeito por parte das instituições de ensino, que nos vêem apenas como um funcionário que deve cumprir horas.
- 21. Nas instituições privadas creio que a vivência plena é limitada apenas à sala de aulas, sendo tudo o demais normas gerenciais.

As respostas relativas à pergunta **Você vivencia satisfação no trabalho que desenvolve como professor/a**, possibilitaram que fossem identificadas 29 Unidades de Sentido expressas em 3 Unidades de Significado a saber: 1. Satisfação no trabalho desenvolvido pelo/a professor/a; 2. Relação entre a satisfação e a formação dos/as alunos/as e 3. Relação entre a satisfação e as condições de trabalho nas IES Privadas.

1. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Satisfação no trabalho desenvolvido pelo/a professor/a** expressa que a relação ensino aprendizagem é gratificante à medida que é uma relação em que se ensina e se aprende; há uma grande

satisfação com a profissão bem como com os resultados obtidos e com as novas aprendizagens.

A satisfação também se expressa na possibilidade de formar pessoas, de contribuir para o desenvolvimento profissional, pessoal e propiciar a formação de um pensamento crítico e criativo. O trabalho coletivo de formação traz prazer, realização e completude.

Por outro lado, há também o registro de que o trabalho não mais traz satisfação, proporcionando o repensar da carreira.

As Unidades de Sentido que confirmam esta compreensão fenomenológica encontram-se a seguir.

Unidade de Significado: Satisfação no trabalho desenvolvido pelo/a professor/a

1. A relação ensino aprendizagem é gratificante pois ora você ensina ora você aprende
2. A Satisfação com a profissão (missão) de ser professor / EDUCADOR não tem preço.
4. muita satisfação
8. A satisfação vem com a observação dos resultados conseguidos, sobretudo depois das dificuldades encontradas no trajeto.
9. Os meus melhores mestres nunca esqueci e sempre inspirei-me neles para repassar os conhecimentos.
10. O momento de maior satisfação é quando temos novas aprendizagens, tanto eu como os alunos.
11. A possibilidade de formar pessoas, contribuir para o desenvolvimento profissional e pessoal, fazer diferença na vida de jovens e adultos que estão perdidos e desorientados traz um senso de realização e de completude
12. Satisfação enquanto trabalho que exige a dedicação, preparação para ser bem vivenciado e trocado com os alunos.
16. Sim, um trabalho coletivo de formação algo que dá prazer

19. Não mais. Estou inclusive de licença, repensando a carreira, e fazendo doutorado no exterior.
23. Satisfação em poder formar um pensamento crítico, criativo e poético, consciente e compatível com a realidade.
24. O prazer de ser com o prazer de estar docente.
28. Gosto do que faço.
29. FAÇO O QUE GOSTO.

2.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Relação entre a satisfação e a formação dos/das alunos/as** expressa que o/a professor/a gosta muito do contato com os alunos, pois percebe que deixa marcas e contribuições para a vida deles e vice-versa.

Segundo as falas dos/as professores/as, no tocante aos alunos/as, há aqueles/as que se perdem nesta trajetória acadêmica e não frutificam, porém, ainda há esperança, sobretudo quando os/as professores/as percebem que alunos/as de pouca expressão acabam se transformando e aprendem, percebem e divulgam a importância do aprender!

O/a professor/a percebe que pode fazer diferença na vida de jovens e adultos que estão perdidos e desorientados. No entanto, para ele/a, há uma parcela dos alunos/as que se comportam como se o que importasse fosse somente o diploma e as notas.

As Unidades de Sentido abaixo ilustram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Relação entre a satisfação e a formação dos/das alunos/as

5. sim, gosto muito do contato com os alunos e perceber que deixo marcas/contribuições para a vida deles e eles para a minha.
6. Gosto quando me deparo com indicações que ex-alunos me deixam em redes sociais, muitas vezes relacionadas a disciplinas que lecionei. Também gosto quando uso referências que algum aluno me passou.

7. Apesar de se perder muitas sementes em solo ruim, algumas acabam frutificando. Ainda há esperança.

18. (...) como se o que importasse fosse somente o diploma, as notas.

20. Minha idéia era ficar com saudade dos alunos, mas vendo a forma dos alunos participarem das aulas aqui no exterior eu vejo que o problema não é o estilo de ensinar, eu faço o mesmo aqui, (...)

25. Quando se percebe que alunos de pouca expressão acabam se transformando e aprendem, percebem e divulgam a importância do aprender!

3. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Relação entre a satisfação e as condições de trabalho nas IES Privadas** expressa que esta relação é revoltante, há uma desvalorização, descaso e falta de respeito por parte das Instituições de Ensino Superior Privado. Há uma comparação em que um/a professor/a menciona que se trabalhasse em uma fábrica de salsichas a relação com os coordenadores e supervisores seria a mesma.

A desvalorização também se expressa quando não há incentivo aos professores/as em fazer pós graduação e serem pesquisadores.

Por outro lado, há o registro de que um/a professor/a trabalha em ótimos lugares e é bem remunerada em seu trabalho; a convivência no ambiente universitário, pela troca de conhecimento, chega a compensar o desgaste e o stress do dia-dia.

A fala dos/as professores/as, no que se refere aos alunos, aponta para problemas e efeitos devastadores nas formas como estão sendo tratados por coordenadores, com subserviência em função de estarem pagando as instituições de ensino.

Há a manifestação de um/a professor/a que diz estar vendo, no exterior, que é possível ter um ensino como ele/a teve há 20 anos, ou seja, alunos respeitando professores e interessados.

As Unidades de Sentido que seguem abaixo demonstram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Relação entre a satisfação e as condições de trabalho nas IES Privadas.

3. Porém, o descaso e falta de respeito com que os Barões do Ensino Privado nos tratam é revoltante!!
13. Porém enquanto relação com as instituições totalmente insatisfeita.
14. Parece-me que se trabalhasse em uma fábrica de salsichas minha relação com os coordenadores e supervisores seria a mesma.
15. Trabalho em ótimos lugares, sou bem remunerada e gosto do que faço.
17. Nos últimos anos sinto uma desvalorização tanto por parte daqueles que estão na direção, como por parte dos alunos, (...)
21. (...) o problema é com nossos alunos e as formas como estão sendo tratados por coordenadores, com subserviência... afinal, estão pagando, certo? Isto está trazendo efeitos devastadores.
22. Estou vendo aqui no exterior⁴⁹ que é possível ter um ensino como eu tive há 20 anos, alunos respeitando professores, interessados.
26. A convivência no ambiente universitário, pela troca de conhecimento, chega a compensar o desgaste e o stress do dia-dia.
27. Gosto muito do que faço, mas percebo que a maioria das instituições não valoriza seu trabalho, muito menos o esforço em fazer pós graduação, adoraria pesquisar e não consigo nas IES que trabalho

As respostas relativas à pergunta **Como você identifica que este estresse se manifesta em você**, possibilitaram que fossem identificadas 42 Unidades de Sentido expressas em 3 Unidades de Significado a saber: 1. Relação entre o estresse e a concepção mercantilista do ensino privado; 2. Relação entre o estresse e o interesse dos alunos e 3. Manifestações de estresse no/a professor/a.

⁴⁹ Esta professora encontra-se licenciada de aulas aqui no Brasil; atualmente realiza doutorado do exterior. Continua com seu vínculo empregatício na IES de origem e obedece aos critérios levantados pela pesquisadora para participar da pesquisa.

1.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Relação entre o estresse e a concepção mercantilista do ensino privado** expressa que não é a profissão professor/a que é estressante e sim o trabalho no Ensino Privado, sobretudo quando prioriza o lucro em detrimento do conhecimento.

Segundo um/a professor/a, a qualidade está intimamente ligada às condições dadas para a obtenção dessa qualidade e a defasagem educacional que está evidente, recai sobre o professor/a a tensão para a melhora. Acrescenta a estas questões, o trabalho individualizado do/a professor/a, quando este trabalho deveria ser coletivo.

Indicam que as instituições exigem cada vez mais produção, especialmente em Pós-Graduação, “como se os/as professores/as estivessem em linha de produção, não importando a qualidade, mas sim a quantidade de artigos. Para eles, as instituições tornaram-se empresas, onde os/as professores/as são apenas números, sem identidade, sem valor.

Um professor menciona que, do ponto de vista marxista, a sala de aula, após a década de 1990 se transformou em uma área de conflitos, principalmente ideológico: o aluno tratado como consumidor, pois as instituições privadas veem o aluno como "cliente". Apontam que infelizmente o/a professor/a tem que dar muitas aulas em função de seu baixo salário e que a jornada excessiva de trabalho muitas vezes inviabiliza o estudo e a reflexão.

Atualmente, as horas de trabalho extra-classe são equivalentes à quantidade de horas dedicadas em sala de aula; o ensino privado superior possui salas de aulas que superam 70 alunos; as condições de trabalho e equipamentos estão aquém de uma melhor condição de trabalho ao professor/a.

Há coordenadores que mandam facilitar a vida dos alunos; demissões em massa a cada final de semestre sem motivos justos; burocracia acadêmica; todas estas condições resultam em estresse.

Também há o registro de que o trabalho só é estressante se acumulado com outras atividades profissionais e como tudo na vida pode ser estressante, inclusive o

trabalho, há um/a professor/a que diz lidar bem com as atividades profissionais e não se sente pressionada.

As Unidades de Sentido relacionadas abaixo expressam esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Relação entre o estresse e a concepção mercantilista do ensino privado.

1. no que diz respeito ao sistema privado priorizando o lucro em detrimento do conhecimento
2. O trabalho no Ensino Privado - não a profissão de professor / EDUCADOR.
5. Tudo na vida pode ser estressante, inclusive o trabalho, (...)
6. (...) mas normalmente lido bem com as atividades profissionais e não me sinto pressionada
9. Qualidade está intimamente ligada às condições dadas para a obtenção dessa qualidade. A defasagem educacional é evidente. Diante desses dois fatos, recai sobre o professor a tensão para a melhora.
10. Isso fica agravado dado o trabalho individualizado, diante de um contexto que deveria ser coletivo. Creio que, diante dessas lacunas, é que o estresse aparece.
13. Meu trabalho só é estressante se eu tiver que acumular com outras atividades profissionais.
15. As instituições exigem cada vez mais produção, especialmente em Pós-Graduação, como se estivéssemos em linha de produção.
16. A qualidade não importa, mas sim a quantidade de artigos.
17. Além disso, as instituições tornaram-se empresas, onde somos apenas números, sem identidade, sem valor.
22. Infelizmente com o salário de professor temos que dar muitas aulas o que muitas vezes inviabiliza o estudo e a reflexão.
23. Atualmente, as horas de trabalho extra-classe são equivalentes a quantidade de horas dedicadas em sala de aula.

24. O ensino privado superior possui salas de aulas que superam 70 alunos, as condições de trabalho, equipamentos estão aquém uma melhor condição de trabalho ao professor.

32. (...) coordenadores que mandam facilitar a vida dos alunos... não acho certo...
(...)

33. (...) demissões em massa a cada final de semestre sem motivos justos... tudo isto = stress!

34. O estresse está relacionado à burocracia acadêmica (burocracia) e a limitação da formação dos alunos ingressantes na universidade que vejo também como um desafio docente a ser enfrentado e superado.

35. A sala de aula após a década de 1990 se transformou em uma área de conflitos, principalmente ideológico (no sentido marxista do termo). O aluno tratado como consumidor, sem nenhuma possibilidade de exercer qualquer tipo de manifestação e/ou controle sobre o que realmente deveria ser fornecido a ele.

37. Sim, pois as instituições privadas vêem o aluno como "cliente" e o cliente tem sempre razão. No meu ponto de vista o aluno é produto, e temos que trabalhar nele para que saia para o mercado com qualidade.

2.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Relação entre o estresse e o interesse dos alunos** expressa que quando os estudantes têm interesse e se esforçam, vale a pena todo o trabalho, porém, infelizmente hoje, a maioria dos alunos não têm base para acompanhar as disciplinas, não querem se esforçar e têm interesse somente no diploma.

Apontam que quando há alunos que estão sedentos por conhecimento a aula flui maravilhosamente bem, mas há turma que acredita que é só pagar a instituição que seu título está garantido.

Ainda em relação aos alunos, segundo um/a professor/a, no passado os alunos eram mais educados mas, atualmente, além das aulas, o/a professor/a tem que administrar chiquetes de alunos que tiram notas baixas e a culpa pode recair sobre o/a docente.

O estresse do professor também se evidencia na constante preocupação com a qualidade da aula e a avaliação da instituição/aluno.

A seguir estão as Unidades de Sentido que confirmam esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Relação entre o estresse e o interesse dos alunos

7. Quando os estudantes têm interesse e se esforçam, vale a pena todo o trabalho.

8. Infelizmente hoje a maioria dos alunos não tem base para acompanhar as disciplinas, não quer se esforçar e tem interesse somente no diploma. É como ensinar música para surdos...

11. Quando temos alunos que estão sedentos por conhecimento a aula flui maravilhosamente bem.

12. Quando deparo-me com uma turma que acredita que é só pagar a instituição que seu título esta garantido....aí o trabalho se torna insuportável.

20. (...) constante preocupação com a qualidade da aula e a avaliação da instituição/aluno.

30. Não achava no passado, quando os alunos eram mais educados.

31. Hoje acho, pois alem das aulas temos que administrar chilikues de alunos que tiram notas baixas (e a culpa é nossa!!), (...)

3.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Manifestações de estresse no/a professor/a** expressa que o estresse se manifesta em alguns momentos, mas nem sempre; quando surge, manifesta-se tanto emocionalmente quanto fisicamente.

O estresse também é identificado pela diminuição da paciência, cansaço físico, ansiedade diante da necessidade de prender a atenção dos alunos (nem sempre com sucesso), irritabilidade, demora para dormir, tristeza, desmotivação, dores, frustração e falta de qualidade de vida.

Depois de várias horas de pé em sala de aula, é possível perceber que o cansaço físico contribui para o stress mental, tornando o raciocínio mais lento.

As Unidades de Sentido relacionadas abaixo expressam esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Manifestações de estresse no/a professor/a

- 3. (...) diminuição da paciência (...)
- 4. (...) e cansaço físico
- 14. Percebo que fico ansioso em prender a atenção dos alunos, o que acaba comprometendo o andamento das aulas e transparecendo aos alunos.
- 18. Irritabilidade, (...)
- 19. (...) demora para dormir, (...)
- 21. Há situações de estresse em alguns momentos. Mas não o considero sempre estressante. É muito menos estressante que a advocacia.
- 25. Se manifesta de forma emocional (...)
- 26. (...) e física.
- 27. Tristeza, (...)
- 28. (...) desmotivação, (...)
- 29. (...) dores.
- 36. Depois de várias horas de pé em sala de aula, é possível perceber que o cansaço físico contribui para o stress mental, tornando o raciocínio mais lento.
- 38. (...) cansaço, (...)
- 39. (...) irritação (...)
- 40. (...) e falta de qualidade de vida.
- 41. ANSIEDADE (...)
- 42. (...) E FRUSTAÇÃO

As respostas relativas à pergunta **Fale livremente como este adoecimento se manifestou**, possibilitaram que fossem identificadas 22 Unidades de Sentido expressas em 3 Unidades de Significado a saber: 1. Relação entre o adoecimento e as condições de trabalho do/a professor/a; 2. Manifestações psicológicas de adoecimento em função das condições de trabalho do/a professor/a e 3.

Manifestações físicas de adoecimento em função das condições de trabalho do/a professor/a.

1.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Relação entre o adoecimento e as condições de trabalho do/a professor/a**, alguns depoimentos indicam que não houve adoecimento por conta do trabalho, em um outro depoimento, o/a professor/a menciona não poder afirmar que adoeceu em função do trabalho e em outros, que as condições de trabalho tais como salas com mais de 120 alunos, salas mal ventiladas e sem circulação de ar; excesso de calor e/ou frio, favoreceram o adoecimento.

As Unidades de Sentido a seguir ilustram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Relação entre o adoecimento e as condições de trabalho do/a professor/a

1. Salas com mais de 120 alunos (UNIP), fiquei várias vezes, literalmente, sem voz!!
4. Estudante que não quer se esforçar usa de jogo baixo para ganhar nota "na raça".
5. Não posso afirmar que adoeci por conta do trabalho
8. Não
11. Nunca
17. Salas mal ventiladas e sem circulação de ar; excesso de calor e/ou frio.
22. Sim. Nada a declarar.

2.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Manifestações psicológicas de adoecimento em função das condições de trabalho do/a professor/a** expressa, segundo o depoimento de um/a professor/a, que embora o adoecimento ainda não tenha ocorrido, frequentemente se perde o humor e a alegria do dia.

Além disso, os adoecimentos se manifestam através de estresses, depressão, muita irritação, alterações na pressão arterial, pré-diabetes, enxaqueca e taquicardia devido a períodos em que o/a professor/a vivencia pressões intensas.

As Unidades de Sentido ilustram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Manifestações psicológicas de adoecimento em função das condições de trabalho do/a professor/a

- 3. Adoecer, ainda não, mas freqüentemente se perde o humor e a alegria do dia.
- 9. Devido ao estresse, alterações de pressão arterial, pré-diabetes, enxaqueca
- 12. Estresses
- 14. Depressão,
- 16. Sinceramente, acho que estava a caminho de adoecer, por isto pedi licença e parei um pouco!
- 18. Foi em um período que a pressão era muito grande e apesar de não ter nenhum sintoma de problema cardíaco tive taquicardia.
- 19. Não, mas já cheguei a ficar muito irritada,(...)

3.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Manifestações físicas de adoecimento em função das condições de trabalho do/a professor/a** expressa sintomas tais como desgaste das cordas vocais, rouquidão, perda total da voz, faringites, artrite reumatóide, muita dor de cabeça, insônia e comer em demasia.

As Unidades de Sentido relacionadas abaixo demonstram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado:⁵⁰ Manifestações físicas de adoecimento em função das condições de trabalho do/a professor/a

- 2. sim, já tive diversas faringites. Normalmente tenho no início do semestre.
- Não costumo tomar os cuidados indicados com a voz

⁵⁰ Cabe ressaltar que a separação entre as manifestações psicológicas e físicas do adoecimento dos/as professores/as é apenas didática e não reflete a concepção da pesquisadora que compreende o sujeito humano como um SER UNO e sem divisão entre mente e corpo.

- 7. No desgaste das cordas vocais, fiquei rouca.
- 10. Problemas nas cordas vocais.
- 13. Artrite Reumatóide
- 15. muita dor de cabeça.
- 20. não dormir de noite,
- 21. comer muito...

As respostas relativas à pergunta **Comente livremente sobre o medo de perder o emprego** possibilitaram que fossem identificadas 25 Unidades de Sentido expressas em 3 Unidades de Significado a saber: 1. Segurança na formação profissional do/a professor/a; 2. Sensações relativas ao desemprego e 3. A lógica mercantilizada das Instituições de Ensino Superior.

1.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Segurança na formação profissional do/a professor/a** expressa tanto a fala do/a professor/a que já perdeu o emprego e por isso está em duas universidades para garantir-se empregado, como a fala do/a professor/a apontando que perder o emprego pode acontecer com qualquer pessoa.

No geral os depoimentos apontam para uma segurança do/a professor/a em sua formação e experiência profissional para recolocar-se no mercado de trabalho por ser capacitado/a, nesse sentido o/a professor/a não se sente ameaçado e com medo de perder o seu emprego.

As Unidades de Sentido abaixo demonstram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Segurança na formação profissional do/a professor/a

- 1. já perdi por isso fico em duas universidades
- 2. pode acontecer com qualquer um
- 3. Além de ter formação e experiência para atuar em outras áreas, nas quais posso tranquilamente voltar a desenvolver atividades, (...)

4. (...) considero que tenho uma carreira consolidada e uma rede de contatos ampla o suficiente para não me preocupar com minha colocação profissional.
7. (...) mas hoje, consigo perceber que trabalho nunca falta. Portanto não me sinto com medo, tampouco ameaçado.
8. Acredito que um bom professor sempre terá as portas abertas em qualquer instituição de ensino.
12. Pode parecer arrogante, mas acredito no meu trabalho e o realizo em instituições sólidas.
14. Se perder, consigo outro.
22. Eu tenho uma vida econômico-financeira muito equilibrada

2. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado denominada **Sensações relativas ao desemprego** expressa que o risco de perder o emprego é permanente e que ocorre como em qualquer outra empresa.

Há o depoimento de um/a professor/a que sofre todo semestre, tanto com a possibilidade da demissão, quanto com redução da carga horária de trabalho.

Esta condição na qual o/a professor/a se vê envolvido/a traz insegurança e medo, uma vez que há professor/a que depende deste emprego para sobreviver e para ajudar a sustentar a família.

Por outro lado, há um depoimento em que o professor/a diz que de fato gostaria de estar na lista de corte da instituição em que trabalha.

As Unidades de Sentido a seguir ilustram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Sensações relativas ao desemprego.

5. É um risco permanente, como em qualquer empresa. Os motivos são os mais diversos, mas também semelhantes.
6. Já tive quando era mais jovem, pela dependência financeira do salário (único patrimônio que o trabalhador tem), (...)
9. Essa preocupação é a mesma que em qualquer outro emprego.
15. Dependo dele para sobreviver.

16. Sinceramente, em vários momentos até quis estar nas listas de corte!
23. Preciso trabalhar para ajudar a sustentar a minha família e sofro isso todo semestre. Tanto com a possibilidade de ser demitida ou ter minha carga horária reduzida (...)
24. vivemos inseguros com os caminhos da educação no Brasil.
25. (...) MEDO DE SER DISPENSADA.

3.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **A lógica mercantilizada das Instituições de Ensino Superior** expressa que a instituição de ensino superior privada é como em qualquer empresa, faz um trabalho corrosivo, com reestruturações constantes das instituições.

Atualmente as escolas privadas preferem professores especialistas que possuem custo menor; a educação é baseada em lucro e os professores doutores que tem um salário mais alto são, na maioria das vezes, os primeiros a serem cortados do corpo de funcionários; quanto maior a titulação maior o risco de desemprego.

As políticas de acessibilidade ao ensino superior incentivada pelo governo e o maior número de faculdades abrindo para dar acesso a esses alunos, apontam os caminhos da educação no Brasil que segue na lógica mercantilista da educação, com um mercado caótico, esquizofrênico e um rebaixamento da qualidade dos alunos.

As Unidades de Sentido a seguir expressam esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: A lógica mercantilizada das Instituições de Ensino Superior

10. De fato, gostaria de ser demitido. Mas, a instituição não quer gastar dinheiro com verbas rescisórias e não me demite. Faz um trabalho corrosivo, que irá certamente culminar em meu pedido de demissão.
11. Reestruturações constantes das instituições levam à insegurança.
13. Atualmente as escolas privadas preferem professores especialistas que possuem custo menor.

17. relacionado às políticas de acessibilidade ao ensino superior incentivada pelo governo e o maior número de faculdades abrindo para dar acesso a esses alunos, temos um mercado caótico, esquizofrênico a educação é baseada em lucro.
18. Os professores doutores como eu estão, que tem um salário mais alto são na maioria das vezes os primeiros a serem cortados do corpo de funcionários.
19. Verifico que quanto maior a titulação maior o risco de desemprego.
20. Sendo assim, o corpo docente perde qualidade em detrimento do número de faculdades abertas no país.
21. Já aconteceu e faz parte da lógica mercantilista da educação.

As respostas relativas à pergunta **Fale livremente sobre se você considera seu trabalho repetitivo** possibilitaram que fossem identificadas 23 Unidades de Sentido expressas em 2 Unidades de Significado a saber: 1. As repetições no trabalho docente e 2. As inovações no trabalho docente.

1.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **As repetições no trabalho docente** expressa que o trabalho às vezes é repetitivo em função da demanda da instituição, impossibilitando a criatividade do/a professor/a.

Há uma certa repetição por conta dos currículos fixos; os/as professores/as têm que seguir normas que não permitem flexibilidade; as aulas são as mesmas, as matérias são as mesmas.

A repetição também se expressa no tocante aos alunos, ou seja, a pior parte do trabalho repetitivo é encontrar, todo semestre, o mesmo perfil de estudante que não quer se esforçar e estudar; os alunos não leem os textos e saem da sala na hora dos filmes.

As Unidades de Sentido estão expressas abaixo e ilustram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: As repetições no trabalho docente.

1. Às vezes é repetitivo devido à demanda da instituição impossibilitando sua criatividade.
5. A pior parte do trabalho repetitivo é encontrar, todo semestre, o mesmo perfil de estudante vagabundo, que não quer se esforçar e estudar. Muda o nome e a cara, mas o problema é o mesmo.
6. Há uma certa repetição por conta dos currículos fixos, (...)
17. Tem-se que seguir normas que não permitem flexibilidade.
18. As aulas são as mesmas, as matérias são as mesmas...
21. Apesar do que eu faço em cada dia para fazer as atividades de forma diferente, mas há muitas situações que o trabalho tem característica de repetitiva.
22. Quando ministro a mesma matéria em períodos diferentes

2.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **As inovações no trabalho docente** expressa que a realidade e contexto de cada 'nova' turma fazem com que o trabalho não seja repetitivo, sempre diverso. São sempre pessoas e situações diferentes, cada turma tem características diferentes que provocam relações diferentes, cada aula é uma aula.

O/a professor/a busca mudar algo; a cada semestre procura melhorar as suas aulas com novos exemplos, exercícios teóricos, visitas técnicas, discussões atuais, textos, filmes, além de ter a possibilidade de estudar, ler e pesquisar sempre.

Lidar com a diversidade de pessoas e situações leva ao inesperado e muitas vezes, o trabalho com diferentes turmas, com matérias diferentes, faz com que cada dia seja um dia.

Cada semestre é uma turma nova, uma matéria nova, as adaptações são feitas para que os alunos vejam e sintam o mundo de forma plural, criando e inventando para não cair na malha fina da mecanização pedagógica.

As Unidades de Sentido a seguir demonstram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: As inovações no trabalho docente

2. Apesar de, a maior parte do tempo, lecionar a mesma disciplina; a realidade e contexto de cada 'nova' turma faz com que não seja repetitivo.
3. sempre diverso.
4. Os conteúdos precisam se repetir semestre a semestre ou turma a turma, mas são sempre pessoas e situações diferentes.
7. (...) mas cada turma tem características diferentes que provocam relações diferentes.
8. A cada semestre busco melhorar minhas aulas como novos exemplos, exercícios teóricos e visitas técnicas.
9. Não vejo como ser professor pode ser repetitivo. Cada aula é uma aula.
10. Tenho a possibilidade de estudar, ler e pesquisar sempre.
11. Sempre procuro mudar algo, e lidar com pessoas leva ao inesperado.
12. Trabalho com diferentes turmas, (...)
13. (...) com matérias diferentes, (...)
14. (...) cada dia é um dia...
15. Todo dia é uma inovação
16. Cada semestre é uma turma nova, uma matéria nova, adaptações são feitas
19. (...) o que eu faço para não ficar cansativo é usar exemplos atuais para discussão em aula – textos, filmes ... eu adoro, os alunos não lêem os textos saem da sala na hora dos filmes...
20. O professor \artista como estou qualificada necessita criar sempre muitas estratégias para que os alunos vejam e sintam o mundo de forma plural. Criando e inventando para não cair na malha fina da mecanização pedagógica.
23. DIVERSIDADE DE PESSOAS

As respostas relativas à pergunta **Comente livremente sobre como considera que o trabalho retira tempo para o lazer, para o convívio com a família e para com seus amigos** possibilitaram que fossem identificadas 23 Unidades de Sentido expressas em 2 Unidades de Significado a saber: 1. A diversidade das condições de

trabalho vividas pelos/as professores/as e 2. Impactos do trabalho docente na vida privada.

1. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **A diversidade das condições de trabalho vividas pelos/as professores/as** expressa que dependendo do semestre requer mais demanda em função do número de alunos por sala de aula, principalmente com as turmas de 120 alunos ou mais.

As instituições remuneram apenas as aulas e não avaliam o tempo dedicado à preparação e correção das atividades acadêmicas.

Há o registro de que o/a professor/a trabalha em duas cidades diferentes, durante o dia e à noite e que por conta da saúde resolveu este ano reduzir a carga horária.

As Unidades de Sentido abaixo ilustram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: A diversidade das condições de trabalho vividas pelos/as professores/as

1. Dependendo do semestre requer mais demanda principalmente pelo número de alunos por sala de aula
2. Creio que não preciso descrever o quanto tempo temos que dedicar à elaboração das aulas e, principalmente - com as turmas de 120 alunos ou mais - correção de provas e trabalhos.
6. Nenhuma instituição avalia ou quer saber quantas horas são necessárias para preparar aulas, exercícios, laboratórios, provas e atividades complementares. E quantas horas são necessárias para corrigir tudo isso. Deveriam ser remuneradas, como as aulas.
12. Trabalho em duas cidades diferentes, durante o dia e à noite e sobra pouco tempo para atividades extras.
13. Porém, por conta da saúde, este ano resolvi reduzir a carga horária e ter mais tempo para atividades extras.

2. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **Impactos do trabalho docente na vida privada** expressa que o/a professor/a dedica-se muito tempo à elaboração das aulas, exercícios, laboratórios, correção de provas, trabalhos, atividades complementares e que gostaria de não levar trabalho para casa mas quase sempre isto acontece e o/a professor/a considera esta conduta um equívoco.

A extensão da jornada de trabalho é inevitável e com ela o transbordamento para fora do ambiente profissional; sobra pouco tempo para atividades extras; o tempo que sobra é nos finais de semana e feriados, em função dos prazos para entregar os resultados acadêmicos e da manutenção mesma carga normal de aula para os professores/as.

A dedicação extra-sala de aula é a principal responsável pela privação do convívio e lazer.

Há o registro de que é preciso dedicar tempo a isso e o/a professor/a considera o convívio com seus familiares adequado e até superior ao que estaria desenvolvendo em outras profissões, possibilitando manter o convívio com seus familiares e amigos sem nenhum prejuízo.

Há depoimentos que apontam um tempo dedicado à docência pequeno, quer seja porque o/a professor/a possui carga horária de aulas pequena devido a sua titulação de doutor/a.

As Unidades de Sentido a seguir demonstram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Impactos do trabalho docente na vida privada.

3. gostaria de não levar trabalho para casa
4. Trabalhar é parte da vida e é preciso dedicar tempo a isso.
5. Considero o convívio com meus familiares adequado e até superior ao que teria desenvolvendo outras profissões
7. Quase sempre, é o grande equívoco que cometo.
8. Meu trabalho possibilita manter o convívio com meus familiares e amigos sem nenhum prejuízo.

9. O trabalho docente, em qualquer nível de ensino e em qualquer instituição, exige preparação e dedicação de horas de trabalho fora de sala de aula.
10. Fui professora de educação básica na rede pública durante anos e sempre tive esse problema.
11. A extensão da jornada é inevitável e com ela o transbordamento para fora do ambiente profissional.
14. A dedicação extra-sala de aula é a principal responsável pela privação do convívio e lazer.
15. Por vezes, sim. Porque em alguns momentos há muito o que se fazer fora da sala de aula.
16. Trabalho é trabalho - poderia estar fazendo outra coisa, né?
17. Como não tenho muitas aulas isso não acontece.
18. Afinal, temos que corrigir provas no feriado de Páscoa, outubro... e em geral temos prazos para entregar... e com a carga normal de aula, o tempo que sobra é nos finais de semana
19. O tempo dedicado à docência é pequeno devido a minha titulação de doutora, tenho poucas aulas .
20. Em parte sim.
21. Muitas vezes tenho corrigir: trabalhos, provas, monografias. Preparar aulas no meu final de semana ou feriado como hoje por exemplo, estou lendo e-mails da faculdade e vou ter que trabalhar tb.
22. temos muitas atividades extra classe: provas, exercícios, correções de trabalhos, atualizações de conteúdo, etc
23. TRABALHO NO PERÍODO NOTURNO.

As respostas relativas à pergunta **Comente livremente sobre como você interage profissionalmente dentro da Instituição em que você trabalha** possibilitaram que fossem identificadas 21 Unidades de Sentido expressas em 2 Unidades de Significado a saber: 1. Existência de interação profissional e 2. Inexistência de condições institucionais de trabalho para que ocorra a interação profissional.

1.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **Existência de interação profissional** expressa que há a interação entre os professores do mesmo curso e encontros na sala de professores onde trocam ideias e experiências.

Um dos sujeitos entende que é absolutamente necessário interagir com outros professores em relação aos conteúdos das disciplinas, formas de passar esse material, características das turmas, andamento e rendimento dos estudantes, critérios de avaliação, objetivos do curso, planejamento de atividades entre cursos etc.

Há o registro de que a interação profissional é superficial porque muitos professores consideram que a reprodução é o suficiente.

Experiências tanto positivas quanto negativas são trocadas entre os professores, quer sejam da graduação, quer sejam dos grupos de pesquisa. Cargos como o de coordenador do curso exigem a interação com os docentes todo o tempo. Reuniões e projetos são momentos de trocas entre os professores.

As Unidades de Sentido a seguir ilustram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Existência de interação profissional

1. (...) professores do mesmo curso
2. (...) em sala de professores, trocando ideias e experiências
3. É absolutamente necessário interagir com outros professores em relação aos conteúdos das disciplinas, formas de passar esse material, características das turmas, andamento e rendimento dos estudantes, critérios de avaliação e objetivos do curso.
4. Sim. Mas superficialmente. São muitos que consideram que a reprodução é o suficiente.
5. Sempre troco experiências positivas e negativas com os colegas de profissão, é um eterno aprendizado.
06. Fazemos trocas de experiência, planejamos atividades entre cursos, etc.
07. Em uma instituição existem grupos de pesquisa e trabalho.
11. Participo do NDE o que proporciona grande interação

- 12. Na sala de professores.
- 13. Conversas na hora do intervalo.
- 14. Nas confraternizações, quando as há.
- 16. os outros professores da instituição formam um corpo de conhecimento único e por isso a interação com todos é de extrema importância.
- 17. Na condição de coordenador do curso preciso interagir com os docentes todo o tempo.
- 19. REUNIÕES, (...)
- 20. (...) PROJETOS, (...)
- 21. (...) COORDENAÇÃO

2.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **Inexistência de condições institucionais de trabalho para que ocorra a interação profissional** expressa que a interação ocorre mais por empatia pessoal do que movida por questões profissionais.

Não há estímulo à troca de experiência, as instituições não promovem isto, querem que os/as professores/as trabalhem filantropicamente a ponto de ser considerado chato falar sobre aula e conteúdos nos intervalos; outras vezes a interação acontece através de conversas na hora do intervalo, nas confraternizações,

Para o/a professor/a que trabalha em duas instituições, em uma delas, por iniciativa própria e por sua personalidade, entre as janelas de aulas que possui, busca interagir com os demais professores.

As Unidades de Sentido abaixo demonstram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Inexistência de condições institucionais de trabalho para que ocorra a interação profissional.

- 8. Na outra, o horário é cumprido em sala de aula.
- 9. A interação é muito mais por empatia pessoal que movida por questões profissionais.
- 10. Não há estímulo à troca de experiência a ponto de ser considerado chato falar sobre aula e conteúdos nos intervalos, por exemplo.

15. Adoraria, mas as instituições não promovem isto. Em uma delas, por minha conta, como tenho janelas entre aulas, eu interajo sim, mas pela minha personalidade e por minha iniciativa

18. Essa normalmente é uma parte legal, tentamos melhorar a qualidade do ensino, mas se depender de custo somos boicotados, normalmente eles querem que você trabalhe filantropicamente.

As respostas relativas à pergunta **Comente livremente sobre como você interage pessoalmente com outros professores dentro da Instituição em que você trabalha** possibilitaram que fossem identificadas 18 Unidades de Sentido expressas em 2 Unidades de Significado a saber: 1. Interação pessoal relativa ao ambiente de trabalho e 2. Interação pessoal para além do ambiente de trabalho.

1.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **Interação pessoal relativa ao ambiente de trabalho** expressa que há a interação pessoal entre os professores do curso em maior ou menor grau; às vezes ocorre espontaneamente; na sala dos professores e que a criação de um ambiente positivo e motivado é necessária aos professores para que o desempenho seja bom e sem estresse.

Há o depoimento de um/a professor/a que trabalha em duas instituições e registra que há diferenças entre as duas, ou seja, em uma das instituições as relações podem ser produtivas e amigáveis, em outra, a instituição incita a competitividade em produzir cada vez mais e as relações tornam-se mais difíceis.

Há o registro de que um/a professor/a tem muitos amigos que são colegas de trabalho.

As unidades de Sentido a seguir demonstram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Interação pessoal relativa ao ambiente de trabalho.

1. alguns professores do curso
3. Espontaneamente
5. A convivência e a criação de um ambiente positivo e motivado são necessários aos professores, para que o desempenho seja bom e sem estresse.
7. Somente com os colegas mais próximos.
9. Em uma instituição as relações tornaram-se muito difíceis, por conta da competitividade em produzir cada vez mais
10. Na outra, as relações sempre foram muito produtivas e amigáveis.
11. Sim, por empatia pessoal ocorre interação. Faço amizades.
12. Trabalho nos mesmos lugares há anos e fiz amigos nesses lugares
14. Como falei, pelas janelas e pela minha personalidade -adoro gente, adoro conversar com pessoas de áreas diferentes, e tenho vários amigos que fiz em locais de trabalho
16. Sim, com os demais colegas de coordenação, além de outras atividades relacionadas.
17. Tento fazer artigos mesmo sem o apoio das IES
18. SALA DOS PROFESSORES

2.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **Interação pessoal para além do ambiente de trabalho** expressa que é possível ter amigos e estabelecer esta interação com os colegas para além do ambiente acadêmico. Isto ocorre quando os filhos dos/as professores/as brincam juntos; quando os/as professores/as frequentam suas casas mutuamente; falando ao telefone e fazendo programas fora do trabalho; em atividades de lazer.

Há sempre alguma identificação e empatia que acaba surgindo amizades mais consistentes.

Unidade de Significado: Interação pessoal para além do ambiente de trabalho.

- 2. São poucos, mas são colegas além do ambiente acadêmico.
- 4. Sim, tenho muitos amigos que são colegas de trabalho. Nossos filhos brincam juntos e fazemos programas fora do trabalho
- 6. Há sempre alguma identificação que, de colega de trabalho, acaba surgindo amizades mais consistentes.
- 8. Tenho vários amigos que conquistei no trabalho.
- 13. Com alguns poucos professores, freqüentando suas casas ou falando pelo telefone.
- 15. Com alguns professores sim e atividade de lazer.

As respostas relativas à pergunta **Justifique livremente se mudaria de profissão** possibilitaram que fossem identificadas 21 Unidades de Sentido expressas em 2 Unidades de Significado a saber: 1. Sentimentos e sensações relativos à escolha pela profissão de professor/a e 2. Possibilidades de mudanças profissionais

1.Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **Sentimentos e sensações relativas à escolha pela profissão de professor/a** expressa que o/a professor/a não mudaria de profissão porque gosta de ensinar e aprender; adora a sua profissão; ama o que faz; gosta de estudar; pode desfrutar de horários que beneficiam o convívio com o filho.

Há o/a professor/a que diante de um número menor de alunos, poderia interagir melhor com eles; que ainda é possível ensinar com qualidade para alunos interessados; é possível acreditar na potência da formação e da interação que o conhecimento tem para transformar o contexto social e a relação de mundo e de vida.

Há o registro de que o/a professor/a é realizado/a profissionalmente e que se encontrou na docência; que foi feita uma escolha consciente pela profissão e dois/duas professores/as, deixaram outras profissões para se dedicarem à docência.

Porém, registra-se que o/a professor/a gostaria de sentir maior respeito em relação ao seu trabalho; gostaria de ter mais tempo para pesquisar.

Uma vez experienciando a profissão no exterior, um/a professor/a não tem nenhuma vontade de voltar a dar aulas em instituições privadas no Brasil e afirma que há um verdadeiro supermercado de diplomas atualmente no país.

No tocante aos alunos, o fator desmotivador do ensino é a frustração pela baixa qualidade dos estudantes e pela falta de vontade em se esforçar para estudar.

Identifica-se um sentimento de fracasso e desânimo no ambiente acadêmico.

As Unidades de Sentido a seguir ilustram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Sentimentos e sensações relativas à escolha pela profissão de professor/a

1. gosto de ensinar e aprender
2. adoro minha profissão
3. Gosto de estudar e de ensinar, além disso, os horários são ideais para conviver com meu filho
5. O fator desmotivador do ensino é a frustração pela baixa qualidade dos estudantes e pela falta de vontade em se esforçar para estudar.
7. Amo o que faço!!
8. Sou realizada profissionalmente, me encontrei na docência. Espero não ter que mudar.
09. Gostaria de sentir maior respeito em relação a meu trabalho.
11. Ao contrário, deixei a advocacia para ser professora.
13. Sim e Não. Gostaria de continuar dando aulas desde que para um número menor de alunos, quando então poderia interagir melhor com eles.
14. Estou pensando em mudar de local onde exercer a profissão - meu plano é terminar o doutorado aqui no exterior e tentar dar aulas aqui mesmo.
15. Minha experiência aqui mostra que ainda é possível ensinar com qualidade para alunos interessados... não tenho nenhuma vontade de voltar a dar aulas em instituições privadas no Brasil, está um verdadeiro supermercado de diplomas.

16. Não. Pois acredito na potência da formação e da interação que o conhecimento tem para transformar o contexto social, a relação de mundo e de vida.
17. Como trabalho com a arte e educação os dois princípios: criador e formador propiciam um enlace contribuidor para que uma pessoa seja um ser humano melhor.
18. Há um sentimento de fracasso e desânimo no ambiente acadêmico.
19. No momento não mudaria. Eu fui executivo de empresa durante a minha carreira profissional e hoje sinto-me mais motivado do que antes.
20. Adoro ensinar, só gostaria de ter tempo para pesquisar
21. FOI UMA ESCOLHA CONSCIENTE

2. Compreensão Fenomenológica:

A Unidade de Significado **Possibilidades de mudanças profissionais** expressa que o/a professor/a mudaria de profissão por uma melhor relação remuneração/benefícios; maior segurança profissional e pela chegada da aposentadoria.

As Unidades de sentido a seguir ilustram esta compreensão fenomenológica.

Unidade de Significado: Possibilidades de mudanças profissionais.

4. Por melhor relação remuneração/benefícios, há várias opções viáveis.
6. Talvez depois de aposentado, fase que falta poucos anos.
10. Por atividades que fornecessem mais segurança profissional.
12. Se conseguir melhores condições salariais sim.

Uma vez encerrada a compreensão fenomenológica dos depoimentos dos/as professores/as e cumprido os passos requeridos para a aplicação do método fenomenológico, passo a seguir, à Análise Fenomenológica dos Resultados apresentados pela pesquisa a partir da literatura pesquisada.

Capítulo V: Análise Fenomenológica dos Resultados

A partir da compreensão fenomenológica global enquanto uma declaração mais consistente dos sentidos que emergiram dos depoimentos dos/AS professores/as, passo neste momento a refletir e articular, com base na literatura estudada, o que este estudo pode revelar até o momento.

5.1. Caracterização dos participantes da pesquisa

Em 29 professores/as que responderam à pesquisa, 15 são mulheres (52%)⁵¹ e 14 são homens (48%); a maioria é casada (66%); com idades entre 23 anos e 67 anos de idade.

A formação acadêmica está nas seguintes áreas: Pedagogia, Engenharia Civil, Psicologia, Comunicação Social (Rádio e TV), Engenharia Mecânica, Licenciatura em Matemática, Engenharia Civil, Ciências Econômicas, Direito, História, Matemática Aplicada e Computacional, Arquitetura e Urbanismo, Educação Física, Artes Cênicas, Administração e Ciências Contábeis, Estatística, Análise de Sistemas e Pedagogia e uma professora não respondeu sobre sua formação acadêmica.

Um total de 16 professores/as realizaram a graduação em instituições públicas (55%) e 13 professores/as (45%) graduaram-se em instituições privadas.

Os dados indicam que 72% dos professores/as possuem especializações concluídas entre 1975 e 2010 e são nas seguintes áreas: Educação em Saúde Pública, Sociologia, Economia Solidária e Tecnologia Social, Educação, Gestão de Projetos em Tecnologia da Informação, Pedagogia do Esporte Escolar, Psicoterapia Existencial, Marketing, Orientação Educacional, Saúde Mental, Docência do Ensino Superior, Administração de Empresas, Alfabetização, Direito Penal, Psicodrama, Técnicas Teatrais do Ator e Administração Financeira.

Os mestrados foram concluídos entre 1973 e 2003 e uma proporção menor de doutores (34,48%), que corresponde a 10 professores/as, registram terem concluído

⁵¹ A partir deste momento do trabalho, o/a leitor/a observará o registro de várias porcentagens que são dados oferecidos imediatamente após os /as professores/as responderem ao questionário no site Encuestafacil. Não há o objetivo de fazer uma análise quantitativa dos resultados encontrados até porque o centro da análise é seu aspecto qualitativo. A opção em manter as porcentagens se deve ao fato de oferecer ao/a leitor/a algumas dimensões reveladas pela coleta dos dados.

o doutorado entre 1995 e 2012.⁵² Os mestrados foram em Saúde Pública, Ciências da Religião, Engenharia da Computação, Educação, Arte e Tecnologia, Motricidade Humana, Estatística, Automação, Engenharia Civil, Psicologia Ciência e Profissão, Comunicação Social, Engenharia Mecânica, Recursos Hídricos, Economia Social e do Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Administração, Educação Física, Economia Política, Ciências Contábeis e Atuariais e Saúde da Criança e do Adolescente.

Os doutorados foram em Saúde Pública, Automação, Engenharia Civil, Engenharia/Energia, Recursos Hídricos, Filosofia da Educação, Psicologia, Educação Física, Engenharia de Produção, Demografia e foram concluídos entre 1995 e 2012.

No que se refere ao tempo em que os/as professores/as estão na docência do Ensino Superior, temos que 48% se encontram na faixa que vai entre 5 a 10 anos de docência (14 professores); 28% se encontram no intervalo entre 10 a 15 anos de experiência (8 professores); 10% entre 15 e 20 anos (3 professores); 10% entre 20 e 25 anos de docência (3 professores) e 3% com experiência entre 25 e 30 anos (1 professor).

Metade dos participantes é jovem no que se refere ao tempo em que exercem a docência no ensino superior privado (praticamente uma década de experiência como professores/as).

Nesta pesquisa já podemos identificar que cerca de 72% dos/as professores/as estão nas Instituições através de indicações e convites (41% por indicação e 31% por convite) e apenas 28% ingressaram via processos seletivos.⁵³ Aqui temos a íntima relação entre a forma de contratação e as condições de precariedade⁵⁴ a que os professores podem se submeter para continuarem na "lista de convidados". Importante constatar esta prática de contratação que pode ter reflexos significativos em contratos precários e sem proteção trabalhista para estes

⁵² Os doutorados incompletos também se referem tanto aos cursos que ainda serão concluídos nos próximos anos (por exemplo em 2014 e 2016) e não somente às interrupções dos cursos de doutorado por outros motivos.

⁵³ O processo seletivo é mais democrático para garantir um ingresso pela "porta da frente" da Instituição dando legitimidade ao processo de contratação, uma vez que é amplamente divulgado em edital e segue as tramitações institucionais legais que tendem a evitar "apadrinhamentos" e manipulações de acordo com os interesses das IES.

⁵⁴ Sobre precariedade do trabalho desenvolveremos mais adiante.

professores, uma vez que as indicações e convites podem ser revistos e retirados a qualquer momento por parte da Instituição de Ensino e mediante as condições em que os contratos são firmados.

Os contratos de trabalho são em sua maioria indeterminados (79%) e quando determinados, são renovados semestralmente e/ou ao término de cada ano letivo. Temos aqui uma importante questão a ponderar. A legislação determina que o ingresso de professores nas Instituições de Ensino, para ser democrática, necessita passar por um processo seletivo devidamente convocado em edital, com prazos para inscrição, apresentação de um plano de ensino para uma banca examinadora etc.

No que se refere ao número de Instituições em que os/as professores/as trabalham, pode-se identificar que 15 destes professores/as trabalham em apenas uma Instituição (52%); 11 professores/as trabalham em duas Instituições (38%) e 3 professores/as trabalham em três Instituições (10%).

Em termos de jornada de trabalho⁵⁵ temos que a maioria dos/as professores/as trabalha entre 10 e 15 horas/aula semanais (28%); 24% trabalham entre 16 e 20 horas/aula semanais; 21% entre 21 e 30 horas/aula semanais; 7% trabalham entre 31 e 40 horas/aula semanais e 21% trabalham mais de 40 horas/aula semanais.

Estes dados estão associados a uma flutuação de carga horária de trabalho a cada semestre (83%).

Quanto ao tempo médio semanal dedicado às atividades docentes em sala⁵⁶ de aula, os dados obtidos apontam que 45% dispensam até 20 horas em sala de aula; 28% até 10 horas; 14% com até 30 e 40 horas em sala de aula.

Em relação aos dados relativos ao tempo médio semanal dos/as professores/as destinado a atividades fora de sala de aula temos que 52% dedicam até 20 horas; 34% até 10 horas e 14% até 30 horas. São certamente professores/as que trabalham bastante e da intensificação do trabalho docente trataremos mais adiante.

⁵⁵ Entende-se por jornada de trabalho semanal toda e qualquer atividade que o/a professor/a se dedica à instituição de ensino tendo como referência a unidade horas/aula. Por exemplo: o/a professor/a pode dar 10 horas/aula mas ficar na Instituição 20 horas/aula para desenvolver seu trabalho.

⁵⁶ Entende-se a expressão em sala de aula como sendo a atividade de ministrar aulas, estar com alunos em sala de aula.

Se destacarmos as atividades que são desenvolvidas e que estão relacionadas à área acadêmica, temos que 66% são destinadas à orientação de alunos; seguida de atividades de coordenação (17%); participação em comissões (10%), conselhos (10%), liderança de disciplina⁵⁷, separação e indicação de textos para leitura, burocracia, correções de trabalhos, orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e estágio (10%). Cerca de 21% dos (as) professores/as não desenvolvem outras atividades além das aulas que ministram, conforme será discutido a seguir.

5.2. Análise Fenomenológica dos Resultados e suas Articulações Teóricas.

Iniciarei a análise fenomenológica dos resultados elencando as Unidades de Significado que estão diretamente ligadas ao tema da pesquisa que traz como eixo central a relação entre Condições de Trabalho e Subjetividade.

Sendo assim, destaco inicialmente para análise a **Unidade de Significado: A lógica mercantilizada das Instituições de Ensino Superior.**

A Contextualização da Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil e sua Conjuntura atual já foram desenvolvidas no capítulo I deste estudo, porém, considero necessário mencionar mais alguns dos estudos realizados sobre este tema.

A opção neoliberal adotada pelo Brasil traz seus impactos para os trabalhadores em geral e também para os professores (trabalhadores assalariados). A lógica adotada para a educação foi a da mercantilização (iniciada em 1964 com a ditadura militar), que passa a estar aberta aos investimentos de capitais privados.

Bernardo (2012)⁵⁸ nos diz que com a expansão do neoliberalismo que altera rápida e profundamente as relações no mundo do trabalho, há a imposição de uma lógica que vai para além das fábricas (além do mundo empresarial), atingindo outros setores da sociedade tais como a saúde e a educação.

⁵⁷ Não é possível compreender o que significa liderança de disciplina. Adotamos a expressão como mencionada pelo/a professor/a.

⁵⁸ Artigo da psicóloga, professora e pesquisadora do programa de Pós-Graduação da PUC-Campinas, Dr^a Márcia Hespanhol Bernardo, intitulado A presença da lógica capitalista no mundo acadêmico, publicado em www.apropucc.org.br e acessado em 04 de Maio de 2012.

Infelizmente, a universidade não fica fora dessa nova configuração. Nesse sentido, Slaughter e Leslie (1997) desenvolveram a noção de "capitalismo acadêmico" depois de analisar os "comportamentos de mercado ou do tipo de mercado" observados em universidades americanas e australianas. De acordo com eles, na década de 1990, era possível identificar uma crescente introdução de atividades diretamente relacionadas ao mercado capitalista, como a parceria com indústrias para desenvolver produtos de interesse destas. (BERNARDO, 2012, p. 1)

Bernardo (op.cit.) destaca vários estudos e trabalhos acadêmicos em diversos países, que revelam as preocupações com as consequências desta lógica capitalista na educação, são eles: Anderson (2008), Blanch –Ribas e Cantera (prelo), Sisto-Campos (2005), Ibarra-Colado (2002, 2003), trabalhos relativos aos países latino-americanos da Redestrado, tais como Somaré e cols. (2008). São estudos sobre as universidades australianas, sobre a situação europeia, sobre a precariedade dos docentes chilenos, sobre as universidades mexicanas e também sobre o contexto argentino, respectivamente.

Segundo a autora, os estudos mencionados acima dão conta de evidenciar aspectos importantes que caracterizam a organização do trabalho nas universidades atualmente, com destaque para a produtividade exagerada e as relações de competitividade, em que produtos acadêmicos são comercializados para os consumidores e clientes que são os alunos (mas podem ser também as empresas, órgãos governamentais etc).

Nesta concepção mercantil, não só o ensino é afetado, mas também a pesquisa e a extensão (enquanto dimensões indissociáveis e articuladas); a identidade e representação social das universidades se altera para ser a de uma prestadora de serviços e uma organização de mercado (até com ações na bolsa de valores, muitas delas envolvidas em gigantescas transações).⁵⁹

As diretrizes que edificam e sustentam o Toyotismo implantado nas fábricas também se instalam e mostram sua fisionomia na educação, com destaque para contratos precários de trabalho dos professores (trabalhadores assalariados da

⁵⁹ Grupo Estácio de Ensino Superior faz mais duas aquisições: FARGS em Porto Alegre e Uniuol em João Pessoa. Esta notícia informa a compra das Faculdades Rio-Grandenses de Porto Alegre por R\$ 9,32 milhões e da Faculdade Uniuol na Paraíba por R\$ 1,73 milhão. Disponível em <http://www.revistafatorbrasil.com.br>. Acesso em 02 de Agosto de 2012.

educação que sofrem com a desregulamentação trabalhista); avaliações dos professores que são efetuadas de forma unilateral (somente são ouvidos os alunos, que passam a ter uma influência enorme na permanência ou demissão de professores à medida que o docente pode ou não agradar a sua clientela/alunado); a relação entre a quantidade e a qualidade das produções acadêmicas⁶⁰ e o clima de competitividade que se instala nas instituições de ensino.

No que se refere ao Brasil, pode-se constatar essa mesma lógica já é reproduzida aqui, especialmente na área da pesquisa. De acordo com Bosi (2008,2009), não é fácil encontrar o ponto de partida dessa dinâmica histórica no nosso país, mas o autor aponta que a transformação da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em fundação pública, ocorrida em 1992, teve um importante papel nessa mudança, na medida em que se inspirou "no etos competitivo presente na experiência norte-americana" (Bosi, 2009, p. 29). Nesse contexto, a pós-graduação e, conseqüentemente, a pesquisa, tornaram-se o principal foco de avaliação do trabalho docente na universidade brasileira, especialmente, no número de publicações, número de orientações e horas- aula e prazos de conclusão de mestrados e doutorados (BERNARDO, p. 2, 2012)

A Unidade de Significado **A Lógica mercantilista das Instituições de Ensino Superior** está articulada à fundamentação teórica desenvolvida no capítulo I⁶¹ e retomada brevemente acima, à medida que esta Unidade de Significado expressa, a partir das falas dos/as professores/as, de que a instituição de ensino superior privada é como qualquer empresa faz um trabalho corrosivo, com reestruturações constantes das instituições e baseada em lucro

Segundo os/as professores/as, as políticas de acessibilidade ao ensino superior incentivada pelo governo e o maior número de faculdades abrindo para dar acesso a esses alunos, apontam os caminhos da educação no Brasil que segue na lógica mercantilista da educação.

Prosseguindo com as articulações teóricas para a análise fenomenológica em foco, selecionarei 4 Unidades de Significado: **Condições de trabalho e desvalorização Profissional; Condições de trabalho vivenciadas como**

⁶⁰ Todas as Instituições de Ensino Superior (Públicas e Privadas) que possuem pós graduação estão submetidas as regras da CAPES.

⁶¹ A Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil e sua Conjuntura Atual.

professor/a; Relação entre a satisfação e as Condições de trabalho nas IES Privadas e A diversidade das condições de trabalho vividas pelos/as professores/as para serem analisadas conjuntamente, uma vez que dizem respeito às Condições de Trabalho dos/as professores/as enquanto denominador comum para as reflexões a seguir.

Adotaremos a mesma sistemática para a análise dos resultados, ou seja, faremos uma breve apresentação de mais alguns estudos relativos ao tema em análise para depois articularmos aos resultados encontrados.

A precarização do trabalho docente em instituições privadas de ensino superior é tratada por Carvalho (2010) e aponta as relações existentes entre esta precariedade e as transformações que ocorreram no mundo do trabalho a partir de 1990 (com raízes em décadas anteriores).

Na pesquisa realizada por Carvalho⁶² (2010), discute-se que nas IES Privadas há a exploração do/a professor/a como em qualquer espaço assentado na relação capital e trabalho, segundo a autora,

Percebemos que nas IPES a exploração da força de trabalho é idêntica aos outros espaços de produção capitalista; em diversas ocasiões presenciamos situações que expressam esta realidade: a rigidez no cumprimento de horários, a sobrecarga de trabalho, a realização de atividades docentes não remuneradas – como as orientações acadêmicas. Além da instabilidade nos empregos como 'desabafam' os colegas de trabalho: "nosso emprego é de seis meses, tem prazo de validade e nunca sabemos se será renovado ou não" (CARVALHO, 2010, p. 6).

O estudo da autora ainda revela que a precariedade das condições de trabalho destes docentes (e porque não dizer de vários outros docentes submetidos à mesma lógica capitalista), se expressa nos contratos de trabalho que são, em sua maioria, contratos por hora/aula (professores horistas); falta de incentivo e remuneração para os professores realizarem pesquisas; sobrecarga de trabalho; elevadas exigências no preenchimento de documentos; relatórios; controle de frequências e notas de alunos; riscos constantes de demissões; flexibilização das condições de trabalho (com consentimentos por parte dos professores para garantir seus empregos); vários

⁶² Foram entrevistadas 7 docentes assistentes sociais que atuavam em Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) na Zona da Mata Mineira, no período de novembro de 2008 a janeiro de 2009.

vínculos de trabalho (assim garantem suas remunerações e supostamente se protegem do desemprego); rotatividade de profissionais nas IES etc.

Bernardo (2012) aponta que o modelo produtivista imposto aos professores de Ensino Superior Privado, incentiva a quantidade de publicações muitas vezes em detrimento da qualidade das mesmas (textos superficiais, de autoria múltipla, pouco inovadores etc).

Para Bernardo (2012) estas condições de trabalho impostas aos/as professores/as propiciam o sentimento de não pertencimento e a não identificação com o outro, que é um trabalhador/a e professor/a também; golpeiam a identidade do/a professor/a e enfraquecem seu poder de resistência; estimulam seu individualismo e sua competitividade; impõem aos/as docentes que trabalhem mais, intensificando o seu trabalho muitas vezes em condições precárias.

A intensificação do trabalho conduz ao adoecimento em suas mais variadas formas de manifestação, tanto físicas quanto psicológicas, como veremos mais adiante.

Retomando as 4 Unidades de Significado: **Condições de trabalho e desvalorização Profissional; Condições de trabalho vivenciadas como professor/a; Relação entre a satisfação e as condições de trabalho nas IES Privadas e A diversidade das condições de trabalho vividas pelos/as professores/as**, podemos afirmar que elas estão articuladas à literatura pesquisada à medida em que no geral, expressam que o/a professor/a, em relação às Instituições de Ensino Privado, sente descaso, desrespeito e desvalorização profissional. A desvalorização também se expressa quando não há incentivo aos professores/as em fazer pós graduação e serem pesquisadores.

As demandas de trabalho se alteram dependendo do semestre (por exemplo o aumento do número de alunos em sala e conseqüentemente mais trabalho extra-classe). Segundo registros de professores/as, as instituições remuneram apenas as aulas e não avaliam o tempo dedicado à preparação e correção das atividades acadêmicas.⁶³

⁶³ Há nas Convenções Coletivas de Trabalho das IES Privadas de vários estados do Brasil, o que se denomina por hora-atividade que é justamente o pagamento de horas extra-classe destinadas à preparação de aulas, correções de trabalhos e provas etc. Ocorre que nem sempre a remuneração da

A intensificação do trabalho também aparece no depoimento de um/a professor/a que trabalha em duas cidades diferentes, durante o dia e à noite.

Entretanto temos que no tocante à satisfação no trabalho que desenvolvem como professores/as, há 84% dos/as participantes que responderam estar satisfeitos com o seu trabalho. Este dado se deve às Unidades de Significado relativas a **Satisfação no trabalho desenvolvido pelo/a professor/a e Relação entre a satisfação e a formação dos/das alunos/as** que expressam que os/as professores/as sentem-se satisfeitos pelo trabalho de formação pessoal e profissional que realizam junto aos/as alunos/as e também porque gostam e acreditam no trabalho que realizam.

Passarei agora a analisar em conjunto, as Unidades de Significado que trazem como denominador comum o tema do estresse⁶⁴ e para isso selecionarei as seguintes Unidades de Significado para realizar as reflexões: **Relação entre o estresse e a concepção mercantilista do ensino privado e Manifestações de estresse no/a professor/a.**

A pesquisa aponta que 88% dos/as professores/as consideram seu trabalho estressante. Sobre o tema tecerei algumas considerações gerais que a literatura já tem desenvolvido para articular teoricamente o que o estudo em questão confirma no tocante ao tema do estresse em professores/as.

No que se refere ao tema do estresse⁶⁵, há a definição de Lipp (1984, p. 6) que o define como *“uma reação psicológica com componentes emocionais, físicos, mentais e químicos a determinados estímulos que irritam, amedrontam, excitam e/ou confundem a pessoa.”*⁶⁶

hora- atividade condiz com o volume de trabalho que realmente precisa ser pago aos/as professores/as.

⁶⁴ Estão elencados autores que versam sobre o estresse e não necessariamente convergem sobre o tema.

⁶⁵ O termo estresse tem origem na física para definir o desgaste de materiais submetidos a excesso de peso, calor ou radiação. Em 1936 o fisiologista austriaco Hans Selye designa estresse como uma síndrome geral de adaptação constituída por três fases (reação de alarme, fase de adaptação e fase de exaustão). Há tendências nas diversas teorias sobre estresse.

⁶⁶ Definição embasada na concepção cognitivo-comportamental que sustenta modelos de prevenção, diagnóstico e intervenção.

Em síntese, o conjunto de teorias sobre estresse, embora sua multiplicidade, privilegia o emprego de métodos quantitativos e os pressupostos teóricos do referencial cognitivo-comportamental, cabendo ao trabalho o atributo de fator desencadeante do processo, com o maior ou menor grau de relevância (JACQUES, p. 5, 2006).

Destacamos a síndrome de burnout⁶⁷ (síndrome do esgotamento profissional), reconhecida entre os profissionais da área de serviços, cuidadores e entre trabalhadores de organizações que estão vivendo as transformações no processo de trabalho com a reestruturação produtiva implantada em seus locais de trabalho.

Segundo Codo (1999, p. 29), “o cotidiano do trabalho é todo ele marcado pela polarização, sempre tensa, entre trabalho e afeto” e o trabalho do professor se desenvolve neste clima entre afeto e razão. Se este conflito está bem equacionado o trabalho do professor poderá ser fonte de prazer, porém, se mal resolvido, a exaustão emocional se instala e o professor poderá encontrar um mecanismo para se defender desta condição afastando-se cada vez mais de seu envolvimento pessoal no trabalho e entra em burnout.

A sociabilidade do professor é uma ferramenta fundamental de seu trabalho e quando as relações sociais falham, o burnout chegará.

O controle sobre seu trabalho e sobre o meio ambiente é importantíssimo para o professor e a perda deste controle gera desamparo.

Eis as três origens do burnout: o conflito entre afeto e razão, as relações sociais de trabalho, a exigência de controle sobre o meio ambiente. Três forças bipolares que fazem a diferença entre o prazer no trabalho e o sofrimento (CODO, p. 29, 1999).

Ao retomarmos as duas Unidades de Significado destacadas para a análise relativas à **Relação entre o estresse e a concepção mercantilista do ensino privado e Manifestações de estresse no/a professor/a**, podemos identificar que as mesmas expressam o que a literatura já tem desenvolvido sobre o tema.

⁶⁷ Síndrome de burnout – foi definida por Marlach e Jackson (1981) como uma reação à tensão emocional crônica e que envolve três componentes: a exaustão emocional, a despersonalização e a diminuição do envolvimento emocional no trabalho.

Através das falas dos/as professores/as verifica-se que o estresse tem feito parte da vida dos que trabalham no Ensino Privado, sobretudo quando se prioriza o lucro em detrimento do conhecimento e está de acordo com a literatura brevemente exposta acima.

Aos/as professores/as recaem a responsabilidade pelas melhorias exigidas pelas Instituições de Ensino Privado, postura que incentiva o trabalho individualizado do/a professor/a quando este trabalho deveria ser coletivo.

Novamente detecta-se que as instituições exigem cada vez mais produção (tanto para os/as professores/as da graduação quanto para os/as professores/as da pós-graduação), como se os/as professores/as estivessem em linha de produção, não importando a qualidade, mas sim a quantidade de artigos.

Segundo os depoimentos, as instituições tornaram-se empresas, onde os/as professores/as são apenas números, sem identidade, sem valor.

O estresse é identificado pelos/as professores/as tanto em suas manifestações emocionais quanto físicas (diminuição da paciência, cansaço físico, ansiedade, irritabilidade, demora para dormir, tristeza, desmotivação, dores, frustração e falta de qualidade de vida).

Aproveito este momento da discussão sobre o estresse para comentar a Unidade de Significado **Relação entre o estresse e o interesse dos alunos** que emerge das falas dos/as participantes e que não considero oportuno desprezar.

Esta Unidade de Significado expressa as falas dos/as professores no sentido de que quando os estudantes têm interesse e se esforçam, vale a pena todo o trabalho, as aulas fluem bem. Porém, atualmente, não é isso que ocorre com a maioria dos alunos, que estão despreparados para acompanhar as disciplinas, não se esforçam e possuem interesse somente no diploma e que basta pagar a instituição que seu título está garantido.

Para confirmar esta postura atual dos estudantes, trago ao leitor uma pesquisa recente⁶⁸ sobre os universitários, que revela que estes estudantes estão com o foco mais em suas conquistas pessoais do que na vida em sociedade.

⁶⁸ Disponível em <http://www.sinprocampinas.org.br/?q=node/9906>. Acesso em 30 de Julho de 2012.

Foram entrevistados 17 mil jovens de cinco continentes, 34 países, com idades entre 16 e 30 anos, pertencentes às instituições de ensino superior católicas; a pesquisa está sob responsabilidade da socióloga Rosa Aparicio Gómez, professora do Instituto Universitário Ortega y Gasset, da Espanha.

Os países mais desenvolvidos são os que menos têm interesse pelo social. Os africanos expressam mais essa preocupação, já os europeus menos. [Os estudantes da] América do Sul estão em um meio termo. Devemos aprofundar a análise, mas essa é uma das primeiras impressões (GÓMEZ, 2012)

Os dados socioeconômicos reunidos pelo trabalho apontam que as mulheres são maioria nas universidades católicas do mundo, com 64% dos entrevistados, nos países africanos a presença feminina não chega a 47%.

Na avaliação de classes sociais, os estudantes de classe média representam 73%, sendo que 42% são de classe média alta. Os universitários de classe alta são 16% e de classe baixa somam 11%.

Dentre as principais razões apontadas pelos pesquisados para ingressar na universidade, 91% escolheram a necessidade de conquistar um trabalho, seguido pelo gosto pelo estudo (43%), vontade de obter uma melhor posição social (25%). Somente 18% dos jovens falam sobre a necessidade de ser útil à sociedade.

Quando questionados sobre quais os cinco aspectos mais importantes em suas vidas, o mais citado, com 94%, foi a família. Também foram apontados estudos (44%), amigos (43%), parceiro (33%) e futuro (27%). Os cinco menos escolhidos foram: religião (21%), trabalho (19%), lazer (6%), país (5%) e política (1%)
Outra questão que aponta certo grau de individualismo, na avaliação da pesquisadora, trata sobre os projetos que os universitários gostariam de conquistar nos próximos 15 anos. Ter um bom trabalho (62%), formar uma família (45%), fazer pós-graduação (41%) e ganhar dinheiro (30%) são os mais escolhidos. Os menos citados são: trabalhar para uma sociedade mais justa (8%), envolver-se em projeto social (5%), participar de grupo religioso (3%) e atuar em grupo político (2%) (GÓMEZ, 2012)

O estudo mostra, ainda, que o perfil dos universitários brasileiros está mais próximo ao dos estudantes de países emergentes do que ao dos latino-americanos. Para a pesquisadora, isso pode estar relacionado ao momento econômico vivido pelo

país. "É uma época de certa bonança. As pessoas estão vivendo outras coisas, estão avançando pessoalmente", avalia. Ela aponta que o Brasil está mais próximo de países do Sul da Ásia, como a Índia.

Os estudantes atribuíram notas às instituições em geral sendo que as instituições educacionais receberam a maior nota (de zero a seis), ficando com 4.1; as piores notas foram para a polícia, governos e políticos.

Os jovens passam mais tempo na internet do que com os amigos (cerca de duas a quatro horas por dia no computador)

O uso da internet também foi focado na pesquisa. As redes sociais estão presentes na vida de 94% dos entrevistados. O ambiente virtual que simula a vida real, conhecido como Second Life, não é muito utilizado na maior parte do mundo, mas na Ásia o percentual de jovens que constroem personagens virtuais chega a 50%. "É um dado que precisamos interpretar. Inicialmente, dá impressão que significa uma insatisfação com a vida", analisa Rosa (GÓMEZ, 2012)

O propósito em analisar a **Relação entre o estresse e o interesse dos alunos** reside na intenção de contextualizar que esta relação não é um fato isolado pertencente apenas aos participantes desta pesquisa, mas aponta para uma conjuntura mais geral no que diz respeito à atual concepção de vida dos jovens universitários e certamente se constitui um desafio a ser enfrentado e que está posto para a sociedade em geral.

Para realizar a análise sobre o tema do adoecimento dos/as professores/as, destacarei as Unidades de Sentido relativas à **Relação entre o adoecimento e as condições de trabalho do/a professor/a; Manifestações psicológicas de adoecimento em função das condições de trabalho do/a professor/a e Manifestações físicas de adoecimento em função das condições de trabalho do/a professor/a**. A opção em discuti-las em conjunto se deve ao fato de terem em comum o tema do adoecimento.

Os resultados indicam que 52% dos/as professores/as adoeceram em função das condições de trabalho vivenciadas por eles/as e 48% responderam não ter adoecido em função das condições de trabalho. Há um depoimento em que o/a professor/a não pode afirmar ter adoecido em função do trabalho.

Podemos supor que esta proximidade nas porcentagens indique que nem sempre o adoecimento é identificado como tendo uma relação com o trabalho que desenvolvem, de toda forma, temos que um pouco mais da metade dos/as professores/as pesquisados declara já ter adoecido em função do trabalho.

Importante registrar que há depoimentos em que os/as participantes afirmam categoricamente não ter adoecido em função das condições de trabalho vividas por eles.

Seguindo o caminho de análise até então adotado ao realizar as articulações teóricas com os resultados encontrados na pesquisa, passo a fazer algumas considerações gerais sobre a relação entre trabalho e saúde/doença (tanto física quanto mental) que a literatura nos apresenta a partir de estudos realizados sobre o tema.

Sobre a vinculação entre trabalho e saúde mental, com a realização da VIIIª Conferência Nacional de Saúde e Iª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador⁶⁹, o modelo médico, até então central no entendimento do processo de adoecimento mental, cede lugar às abordagens multidisciplinares e ações integradas de atenção à saúde.

A Psicologia contribui com estas alterações que uma nova concepção de saúde/doença lança sobre a dimensão do trabalho, reafirmando a sua relevância na constituição do sujeito e de suas relações sociais.⁷⁰

No âmbito da saúde do trabalhador há a utilização de diferentes abordagens, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico.

Para Seligmann-Silva (1995), as teorias sobre estresse, a psicodinâmica do trabalho e o modelo do desgaste mental, compõem os três grandes conjuntos de modelos teóricos em saúde mental e trabalho. Tittoni (1997) identifica dois eixos teórico-metodológicos diferentes de investigação: 1 . Diagnóstico “psi” e sua vinculação às situações de trabalho (influência da epidemiologia) e 2. Ênfase nas vivências laborais cotidianas dos trabalhadores e suas situações de adoecimento (influência da psicanálise e das ciências sociais).

⁶⁹ Consolidadas na Constituição Brasileira de 1988 e na Lei Orgânica da Saúde de 1990.

⁷⁰ O Capítulo II deste estudo que trata do tema Subjetividade traz considerações importantes sobre o trabalho ser central na constituição dos sujeitos e das relações sociais que estabelece.

Sobre esta inconsistência teórica temos que

No entanto, o que se verifica, frequentemente, é uma imprecisão teórica e metodológica visto o desconhecimento do tema, o que produz tentativas ingênuas de combinar conceitos e técnicas com fundamentos epistemológicos diferentes. Constata-se, não uma tentativa de articular pressupostos diversos mas, simplesmente, emprestar conceitos e técnicas sem uma reflexão sobre as diferentes concepções de homem, homem/sociedade, ciência e pesquisa que lhes fundamentam (JACQUES, p. 3, 2006).

Jacques (2006) identifica quatro grandes abordagens sobre saúde/doença mental que estão agrupadas em função de critérios teóricos, metodológicos e da vinculação entre trabalho e o processo de saúde/doença mental, são elas: as teorias sobre estresse, a psicodinâmica do trabalho⁷¹, as abordagens de base epidemiológica e/ou diagnóstica⁷² e os estudos e pesquisa em subjetividade e trabalho⁷³.

Esses estudos ajudam a compreender como as transformações no mundo do trabalho repercutem na saúde do trabalhador e em nosso estudo, na saúde do/a trabalhador/a professor/a.

As subcontratações, a estagiarização e a terceirização⁷⁴ precarizam os contratos de trabalho, rebaixam os salários, atacam a segurança do emprego, reduzem a proteção da representação sindical e atingem a saúde dos trabalhadores que passam a apresentar doenças ocupacionais e muitas vezes acidentes de trabalho.

Não estamos falando apenas do trabalhador da fábrica, pois estas práticas também se aplicam à educação privada e, portanto, atingem os/as professores/as em seu fazer cotidiano.

⁷¹ O francês Dejours (1987) é o expoente nesta abordagem.

⁷² Destacam-se estudos de Codo e colaboradores (2002) e busca identificar quadros psicopatológicos associados a determinadas categorias profissionais (síndrome do trabalho vazio entre bancários, paranoia entre digitadores, histeria entre trabalhadores de creches e burnout em educadores).

⁷³ Estudos de Nardi, Tittoni & Bernardes (1997) e Seligmann – Silva (1994) que enfatizam o sujeito trabalhador definido a partir de suas experiências e vivências adquiridas no mundo do trabalho; o eixo principal é o trabalho.

⁷⁴ Ler artigo de Adolfo Ignacio Calderón (2011) intitulado A Terceirização do Trabalho Docente: Um Olhar na Educação Básica Privada. O que o autor desenvolve em suas reflexões se estende para o Ensino Superior privado também.

Lima aponta que em suas pesquisas, os problemas atuais nos contextos de trabalho em geral são assim destacados:

intensificação do ritmo de trabalho, atingindo, com frequência, níveis intoleráveis; exigências abusivas de qualidade, em especial, pelo fato de nem sempre serem dadas as condições mínimas necessárias para atendê-las; conjugação dessas exigências com metas visando à quantidade, o que coloca o assalariado diante de um dilema, já que, ao atender uma exigência, estará deixando de atender à outra; imposição de um sistema de multitarefas, camuflado pela ideia aparentemente positiva de polivalência; extensão abusiva da jornada de trabalho, algumas vezes, acompanhada de horas extras impostas e não pagas. Tudo isso, sendo agravado pelo fato de que tais mudanças vêm geralmente acompanhadas de uma redução importante do poder dos sindicatos, acarretando, evidentemente, um enfraquecimento do seu papel na proteção da saúde por meio de melhorias nas condições de trabalho (LIMA, p. 163, 2011)

As empresas modernas ganham em produtividade e qualidade à custa do desgaste psíquico e físico dos trabalhadores; a opção é pela saúde de quem? Pela saúde da empresa em detrimento da saúde dos trabalhadores.

Os estudos realizados que apontam os impactos das medidas implementadas pelas empresas modernas, dão conta de que:

Em primeiro lugar, a intensificação do trabalho, decorrente dessas mudanças, tem apresentado como consequência o aumento das conhecidas Lesões por Esforços Repetitivos (LER), que vêm liderando, há vários anos, as estatísticas sobre doenças ocupacionais. Em seguida vêm os transtornos mentais, como fadiga nervosa, a síndrome do pânico, os quadros depressivos. A tudo isso pode-se acrescentar o aumento dos acidentes de trabalho, sobretudo, entre trabalhadores terceirizados, além dos quadros de alcoolismo, de ansiedade e do importante índice de suicídio que vêm atingindo certas categorias profissionais (LIMA, p. 166, 2011)

Sobre o tema do suicídio, Barreto e Heloani (2011) relatam a história de um professor universitário que oprimido e massacrado pelas exigências acadêmicas⁷⁵ a que muitos professores (as) estão submetidos, suicidou-se deixando escrito em seu blog alguns dias antes:

⁷⁵ Produção de artigos para publicação, capítulos de livros, orientações, aulas, disciplinas variadas, participações em congressos etc.

(...) na academia, o lema é publicar ou perecer: e assim pilhas de palavras, gráficos e equações são produzidas apenas para aumentar a quantidade das coisas que irão, rapidamente, para o lixo da história, inflando por algum tempo o ego e a reputação local de alguns (BARRETO e HELOANI, 2011, p. 181)

Ao retomarmos as Unidades de Significado denominadas **Relação entre o adoecimento e as condições de trabalho do/a professor/a; Manifestações psicológicas de adoecimento em função das condições de trabalho do/a professor/a e Manifestações físicas de adoecimento em função das condições de trabalho do/a professor/a**, temos que o que foi expresso nos depoimentos dos/as professores está de acordo com os estudos acima apresentados.

As falas dos/as professores/as confirmam a relação existente entre as condições de trabalho e o adoecimento (físico e psicológico).

Para recordar o leitor, há declarações sobre o adoecer tais como perda do humor e a alegria do dia; estresses, depressão, muita irritação, alterações na pressão arterial, pré-diabetes, enxaqueca e taquicardia devido a períodos em que o/a professor/a vivencia pressões intensas.

Temos também a presença de sintomas tais como desgaste das cordas vocais, rouquidão, perda total da voz, faringites, artrite reumatóide, muita dor de cabeça, insônia e comer em demasia.

Prosseguindo com análise dos resultados temos que 52% dos/as professores/as têm medo de perder o emprego e 48% dos/as professores/as não têm esse medo.

As Unidades de Significado **Sensações relativas ao desemprego e Segurança na formação profissional do/a professor/a** podem ilustrar esta proximidade de porcentagens que se deve ao registro de um pouco mais da metade dos/as participantes no que se refere à segurança que o/a professor/a possui em sua formação e experiência profissional para recolocar-se no mercado de trabalho por ser capacitado/a. Nesse sentido o/a professor/a não se sente ameaçado e com medo de perder o seu emprego.

Por outro lado, quase metade dos/as professores/as expressa que o risco de perder o emprego é permanente. Esta ameaça do desemprego traz insegurança e

medo, uma vez que há professores/as que dependem deste emprego para sobreviver e para ajudar a sustentar a família.

Para desenvolver mais adequadamente o tema do medo do desemprego, passo à algumas considerações mais gerais sobre o que há na literatura sobre esta questão e depois articularei com os resultados encontrados nesta pesquisa.

A ampliação do desemprego e da precarização do trabalho está ocorrendo em vários países⁷⁶, sobretudo nos que adotaram o receituário neoliberal com suas medidas de austeridade que sangram os trabalhadores e aviltam cada vez mais seus direitos mais elementares de uma vida digna; os trabalhadores pagam uma conta muito alta e suas vidas ficam cada vez mais subtraídas.

Segundo Vizzaccaro-Amaral (2011), as altas taxas do desemprego nos países centrais do capitalismo contemporâneo configura-se na

hýbris do desemprego em plena crise estrutural do capital, sobretudo porque suas repercussões e desmembramentos são, em certa medida, imprevisíveis ou passíveis de interpretações diversas (VIZZACCARO-AMARAL, 2011, p. 71)

Desemprego e trabalho precarizado (formal ou informal) atinge homens e mulheres, impactam a saúde física e mental dos trabalhadores, provocam mortes, suicídios e, segundo Alves (2010), desconstróem o "ser genérico do homem".

Pensando na trilogia envolvida no fenômeno do desemprego e do trabalho precário,

A *hýbris* do trabalho precário e do desemprego, por sua vez, manifesta-se das mais variadas formas para os trabalhadores, para as organizações produtivas e para o Estado. Por exemplo, se para os trabalhadores ela se manifesta pelo adoecimento, para as organizações produtivas isso ocorre pelo absenteísmo e pelo "presenteísmo" e, para o Estado, por meio de concessão de benefícios previdenciários e acidentários. Se para os trabalhadores ela se lança como incapacitação temporária ou permanente para o trabalho, para as organizações ela se expressa pela rotatividade e, para o Estado, pelas pensões, aposentadorias e seguros sociais. Se para os trabalhadores a *hýbris* do trabalho precário e do desemprego se pronuncia por meio de mortes e suicídios, para as organizações produtivas ela se revela na oscilação do mercado de recursos

⁷⁶ Várias são as entrevistas com intelectuais (sociólogos, economistas etc), artigos em jornais e revistas, noticiários na TV que debatem constantemente a crise por que passam vários países do mundo.

humanos e, para o Estado, na instabilidade da "superpopulação relativa" (VIZZACCARO-AMARAL, p. 78, 2011)

A subjetividade e a saúde do trabalhador (desempregado e empregado) são afetadas pelo desemprego⁷⁷. No caso do trabalhador empregado, o medo da perda do emprego o submete às condições de trabalho mais espúrias e indignas, acompanhadas de sentimentos de angústia e de impotência, como se fosse inexorável, para manter-se empregado, viver o seu cotidiano ameaçado (tanto pelas organizações quanto por seus pares), pelo risco de dormir empregado e acordar desempregado. O medo enfraquece a resistência política do homem-que-trabalha.

Vale a pena destacar que em um dos depoimentos, o/a professor/a sente seu trabalho sendo corroído diuturnamente até que ele/a mesmo/a realize as desistências parciais (licenças, faltas etc) até chegar a desistência total (abandono) de seu emprego.

O desemprego atinge mentes e corações, a saúde física e a saúde mental (por extensão as questões de saúde pública e coletiva), a identidade, a subjetividade e afeta a sociabilidade do homem; o desemprego não é apenas uma estatística a ser contabilizada (os índices dizem muito sobre o desemprego), mas compreende-lo à luz das questões sociais é fundamental.

As doenças psicossomáticas ocupacionais, os suicídios em locais de trabalho e o assédio moral aparecem como novas manifestações do estranhamento (na concepção marxiana do termo) no capitalismo do século XXI. Tanto porque empregado, o trabalhador convive com a ameaça do "eterno retorno" do desemprego, que espreita a todo instante, pronto a renascer das cinzas, quanto porque desempregado, vê-se obrigado a "decifrar enigmas" ao custo de sua vida.

Nesse sentido, e como já o fora apontado por Marx, como condição e fenômeno inerente ao capitalismo, o desemprego não é a antítese do emprego, mas, sim, a síntese do trabalho estranhado. É, portanto, a tragédia anunciada que, hoje, vê-se estranha a si mesma. (VIZZACCARO-AMARAL, p. 79, 2011)

⁷⁷ Sobre o tema do desemprego há um excelente filme de Costa Gravas chamado O Corte, em que um trabalhador desempregado por um tempo prolongado assassina os seus concorrentes que pleiteiam a mesma vaga de emprego que ele em uma empresa. Também há o filme Segunda-feira ao Sol de Fernando León de Aranoa, em que ex-operários de uma estaleiro naval vivem o drama pessoal do desemprego em uma cidade litorânea da Espanha.

Ao retomarmos as Unidades de Significado **Sensações relativas ao desemprego e Segurança na formação profissional do/a professor/a**, podemos identificar que elas se articulam com os estudos acima expostos à medida que expressam que o /a professor/a que sente medo do desemprego sente-se, do ponto de vista subjetivo, mais fragilizado e vulnerável para enfrentar e resistir às condições de trabalho desfavoráveis a que está submetido/a, podendo vir a adoecer, tanto física quanto psicologicamente.

Entretanto, 48% dos/as participantes deste estudo acreditam em sua competência profissional para enfrentarem uma situação de desemprego; podemos supor que esta auto estima elevada favoreça a que estes/as professores/as não se submetam às condições desfavoráveis ao desenvolvimento de seu trabalho.

Quando indagados/as sobre se consideram seu trabalho repetitivo, temos que 68% não o consideram repetitivo, porém, 32% das respostas apontam para uma repetição no trabalho.

As Unidades de Significado **As repetições no trabalho docente e As inovações no trabalho docente** expressam que em geral os/as professores/as buscam inovar no seu trabalho seja focando nos conteúdos, seja focando em novas relações interpessoais com os alunos, seja na forma como criar outras possibilidades pedagógicas.

É possível supor que as repetições no trabalho podem ocorrer quando as condições de trabalho oferecidas pelas instituições de ensino proporcionam pouco espaço à criatividade dos/as professores/as. As exigências no cumprimento de normas internas das IES que devem ser seguidas sem flexibilidade também podem favorecer o rebaixamento da criatividade dos/as professores no desenvolvimento de seu trabalho.

A pesquisa evidencia que 72% dos/as participantes consideram que o seu trabalho retira tempo para o lazer, para o convívio com a família e para com seus amigos e 28% disseram que o trabalho não subtrai tempo de lazer e de convívio com amigos e família.

A Unidade de Significado **Impactos do trabalho docente na vida privada**

temos que estes/as professores/as estão dizendo em alto e bom som que suas vidas privadas estão invadidas pelo trabalho.

Estes professores estão com suas vidas reduzidas à força de trabalho, característica essencial das empresas reestruturadas e que deliberadamente objetiva impedir o desenvolvimento do sujeito que trabalha.

A “redução” da pessoa humana à força de trabalho como mercadoria por meio da redução do tempo de vida pelo “mundo sistêmico” possui uma função orgânica no metabolismo social do capital: fragilizar a capacidade de resistência à voracidade do capital. Por isso, Karl Marx, em 1867, no pequeno opúsculo intitulado Salário, Preço e Lucro, salientou, como bandeira estratégica da luta dos trabalhadores assalariados a redução da jornada de trabalho. Para Marx, “o tempo é o campo de desenvolvimento humano”. Deste modo, a redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria, ou a redução da pessoa humana à mera força de trabalho, é uma operação que reduz ou corrói o campo de desenvolvimento humano – genérico (ALVES, p. 48, 2011)

Esta vida reduzida do/a professor/a não ocorre de forma isolada, ou seja, não são somente os/as professores/as que vivem esta condição de intensificação do trabalho; muitos trabalhadores estão vivendo esta condição de intensas jornadas de trabalho.

Neste sentido, considero importante mencionar a campanha existente no Brasil pela redução da jornada de trabalho⁷⁸ sem redução de salário, em defesa da valorização, dignidade no trabalho e geração de empregos.

Em relação à interação profissional, os resultados apontam que 80% destes/as professores/as interagem profissionalmente com seus pares nas Instituições em que trabalham e 20% dizem não interagir profissionalmente.

As Unidades de Significado **Existência de interação profissional e Inexistência de condições institucionais de trabalho para que ocorra a**

⁷⁸ Campanha Nacional Unificada pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário que propõe a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais em redução de salários e benefícios. De acordo com um estudo elaborado pelo DIEESE, isso geraria, numa primeira etapa, mais de 2,2 milhões de empregos.

interação profissional, expressam que as condições de trabalho para trocas profissionais dentro das instituições em que os professores pesquisados trabalham existem, porém, para os professores aulistas (contratados por hora/aula), estas condições são mais adversas (inclusive porque muitas vezes estes professores trabalham em mais de uma instituição) e os intervalos e janelas de aulas são as oportunidades (embora inoportunas) para as trocas profissionais.

Já os professores que estão em outros espaços acadêmicos (núcleos de carreira docente, núcleos de extensão e pesquisa, coordenações em geral etc) e contratados por jornada de trabalho integral (40 horas), dispõem de espaços de trocas estabelecidos e melhor configurados até para dar respostas às exigências institucionais a que estão submetidos.

Quanto à interação pessoal, os resultados indicam que 88% dos/as professores/as interagem pessoalmente com outros professores dentro da Instituição em que trabalham e 12% responderam que não há esta interação pessoal e estes índices são expressos a partir das Unidades de Significado **Interação pessoal relativa ao ambiente de trabalho e Interação pessoal para além do ambiente de trabalho**.

Embora a competição não tenha sido fortemente enfocada nas falas dos/as professores/as, considero importante destacar o tema da competitividade existente entre professores para produzir mais academicamente e as relações interpessoais tornarem-se difíceis em função desta competição.

Muito já temos falado sobre a intensificação do trabalho docente nesta pesquisa e a literatura corrobora que esta intensificação é uma forte marca das alterações sofridas no mundo do trabalho e as novas formas de gestão do trabalho.

Onde há competição e disputas, há espaço para o individualismo e para a o esgarçamento do sentimento de pertencimento de classe, a solidariedade se esvai, a coletividade se esvazia em força e resistência para transformar as condições de trabalho impostas.

Nesse contexto há pouco ou quase nenhum espaço para relações interpessoais, sobretudo se a expectativa for a de que a instituição proporcione as condições de trabalho para trocas desta natureza (muitas vezes não interessa às IES

que o coletivo de professores/as se reúna, conversem entre si, troquem ideias sobre o seu fazer cotidiano). As relações interpessoais, quando ocorrem, ficam por conta de iniciativas pessoais dos/as professores/as, em momentos de alguma brecha entre as aulas (janelas e intervalos).

Embora os resultados apresentados até este momento tenham apontado para as complexas relações existentes entre as condições de trabalho dos/as professores/as do ensino superior privado e os impactos destas condições sobre a subjetividade dos mesmos, temos que 68% dos/as professores/as não mudariam de profissão e 32% responderam que sim, alterariam suas escolhas para outras atividades profissionais.

As Unidades de Significado **Sentimentos e sensações relativas à escolha pela profissão de professor/a e Possibilidades de mudanças profissionais** expressam que o/a professor/a não mudaria de profissão porque gosta de ensinar e acredita na potência da formação para transformar o contexto social em que vivemos. Porém, registra-se que há o sentimento de fracasso e desânimo no ambiente acadêmico; no tocante aos alunos, o fator desmotivador do ensino é a frustração pela baixa qualidade dos estudantes. O/A professor/a mudaria de profissão por uma melhor relação remuneração/benefícios e maior segurança profissional.

Considero importante mencionar, no que se refere à remuneração dos professores, um estudo que compara os salários dos professores universitários de 28 países⁷⁹ (dentre eles o Brasil), revela que o salário do professor no Canadá equivale a dois salários de um professor brasileiro⁸⁰ que não consegue viver com conforto.

No Brasil, os maiores salários estão nas universidades públicas, onde a capacitação dos professores é melhor (48% possuem doutorado)⁸¹ sendo que nas instituições privadas (8% possuem doutorado); 75% dos alunos estão nas instituições privadas e é onde os professores (81%) possuem mais de um emprego.

⁷⁹ Publicado na Folha de São Paulo em 29 de Abril de 2012.

⁸⁰ O professor no topo da carreira no Canadá ganha US\$9.485; em segundo lugar está a África do Sul com um salário de US\$9.330; o Brasil está em décimo sétimo lugar pagando um salário para um professor em topo e carreira de US\$4.550, vindo após Israel e Nigéria (12º e 13º lugares respectivamente).

⁸¹ Publicado na Folha de São Paulo em 29 de Abril de 2012.

Segundo o sociólogo Simon Schwartzman, autor da parte brasileira do estudo⁸², *“nas privadas a ordem é o ensino ser barato. Significa pagar pouco a docentes e investir pouco na infraestrutura.”*

No tocante à mudança de profissão Lapo & Bueno (2003) apresentam um estudo, que embora tenha sido realizado com professores/as da rede de ensino do Estado de São Paulo, evidencia aproximações importantes se pensarmos nos professores (as) do ensino privado.

Segundo as autoras,

As análises apontam que os baixos salários, as precárias situações vividas nas instituições, a insatisfação no trabalho e o desprestígio profissional estão entre os fatores que mais contribuem para que os professores deixem a profissão docente. Mostram também que esse processo acontece lentamente, por meio de uma série de mecanismos pessoais e institucionais de que os docentes fazem uso, até que ocorra o abandono definitivo (LAPO & BUENO, p. 2, 2003)

Enquanto processo, até que o abandono definitivo se materialize, os professores vivenciam frustração, sensação de fracasso (são tantos os esforços e a sensação de ser malsucedido em sua profissão), perdas em geral (de cargo, do trabalho, do convívio com as pessoas, dos sonhos e dos ideais relativos ao ser professor).

Novamente a questão financeira aparece com força; à medida que o/a professor/a não encontra outra atividade profissional rentável, não há o abandono definitivo da profissão por mais que esteja insatisfeito com a mesma.

Nesta direção, o/a professor/a se utiliza de abandonos temporários, que indica um desejo mais ou menos explícito de abandonar a profissão e se manifesta através de faltas; licenças curtas e sem vencimentos etc.

Os motivos para esses abandonos temporários são vários, e um deles é a não satisfação da necessidade de realização profissional. Quando o magistério não promove as condições necessárias para alcançá-la, os professores, decididos a procurarem outras formas de

⁸² A compilação está no livro *Paying the Professoriate* (Pagando os Professores) publicado pela Editora Routledge. O trabalho foi coordenado pelo Centro Internacional de Ensino Superior da Boston College (EUA) e pela Universidade Nacional de Pesquisa de Moscou (Rússia).

satisfazer tal necessidade, afastam-se temporariamente com o objetivo de encontrar outras atividades, ou ter mais tempo para se dedicar a elas, de modo a compensar ou propiciar essa realização. Um outro emprego, ou cursar uma pós-graduação, pelo fato de melhor corresponder às necessidades e expectativas, torna-se prioridade (LAPO & BUENO, p. 12, 2003)

Retomando que 68% dos/as professores/as não mudariam de profissão, considero relevante destacar, para serem analisadas conjuntamente, as Unidades de Significado **Sentimentos e sensações relativos ao ser professor/a e Compromisso Social do/a professor/a.**

Estas Unidades de Significado se referem à pergunta inicial do questionário que solicita que escrevam livremente sobre o significado do papel de professor/a.

Os significados expressos apontam que o papel de professor/a é prazeroso, gratificante, traz alegria e amor pelo trabalho que realizam, por outro lado, também consideram o trabalho desgastante e com desafios diários a serem enfrentados.

O significado deste papel se expressa com mais força quando os/as professores/as participam da vida e da formação de futuras gerações; que através da educação se estabelece um compromisso com o pensar e o agir de uma cultura sempre ampliando conhecimentos.

Quando indagados sobre como vivenciam o seu papel como professor/a, podemos mencionar as Unidades de Significado **Sensações e sentimentos relacionados à vivência do papel de professor/a e Vivências na relação ensino-aprendizagem** que expressam, para recordar o leitor, que esta vivência é intensa, integral, difícil, de muito suor, de muito amor pela profissão, levada a sério, com responsabilidade, dedicação, com envolvimento profundo, extremamente gratificante, prazerosa ou quase sempre prazerosa.

O trabalho de professor contribui para renovação de conhecimento todos os dias e é um trabalho de formação. Sendo assim, é possível supor que todas estas manifestações que elevam o significado do papel do/a professor e expressam como este/a professor/a vivencia seu papel profissional podem ter contribuído para que quase 70% dos participantes não queiram mudar de profissão.

Compreendendo que a análise fenomenológica realizada percorreu todas as Unidades de Significado contidas nesta pesquisa e promoveu as articulações teóricas suficientes para dar fundamentação a este tratamento dos resultados expressos no estudo em questão, é possível concluir que há uma relação entre as condições de trabalho e os impactos destas na subjetividade do/a professor/a que trabalha em Instituições de Ensino Superior Privado na cidade de Campinas.

Conclui-se também que a subjetividade dos/as professores/as sofre os impactos do estresse que lidera com 88%, seguido do tempo que o trabalho retira de lazer e de convívio com a família e com os amigos com 76%; surgem as manifestações de adoecimento em mais da metade dos/as pesquisados/as com 52% e o medo de perder o emprego acomete 52% dos/as professores/as.

A partir destas conclusões que a pesquisa proporcionou, passo a seguir, a tecer a considerações finais deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece óbvio dizer, mas destaco que as reflexões que aqui foram expostas, estão assentadas na convicção da importância que a educação tem no projeto de desenvolvimento do nosso país.

Hoje em dia, ao perguntarmos se a Educação é importante para o Brasil, facilmente encontraremos muitas pessoas que reafirmam a relevância da Educação de um povo e para o desenvolvimento de um país.

Ao entrar em contato com algumas reflexões desenvolvidas por Saviani (2011) sobre a relação existente entre educação e o projeto de desenvolvimento do Brasil, passo a transmitir ao/a leitor/a o que este educador defende enquanto o lugar que a educação deva ocupar no novo projeto de desenvolvimento para o país.

Segundo Saviani (2011), há muito tempo os recursos para a educação são reduzidos:

Com efeito, examinando a história da educação no Brasil constatamos como desde a vinda dos primeiros jesuítas, em 1549, cumprindo mandato de D. João III, passando pelo subsídio literário da época pombalina chegando ao período do império e à fase republicana, os recursos destinados à educação foram sempre escassos. E até mesmo quando se aprovou a legislação definindo percentuais mínimos a serem investidos no ensino, além desses percentuais serem investidos como máximos e não como mínimos, a própria legislação era reiteradamente descumprida. (SAVIANI, 2011, p. 27).

O autor (op.cit.) aponta que a relação entre a educação e o desenvolvimento do país pode ser analisada considerando-se três concepções distintas, quais sejam: **educação pelo desenvolvimento** (educação considerada à margem do desenvolvimento econômico, porém, dependente do que o desenvolvimento econômico pode oferecer), **educação para o desenvolvimento** (educação a serviço do desenvolvimento econômico)⁸³ e **educação como desenvolvimento**, onde a educação possui lugar central e estratégico no desenvolvimento econômico.

⁸³ Neste trabalho não nos deteremos nestas duas primeiras concepções; a terceira concepção é a que necessita ser evidenciada para compor o quadro de referência sobre o qual as discussões dos dados encontradas neste estudo estarão assentadas.

As duas primeiras acepções manifestaram-se historicamente ao passo que a terceira se constitui na proposta que estou apresentando em consonância com as exigências da atual fase de desenvolvimento das forças produtivas. (SAVIANI, 2011, p. 29).

Na concepção de educação como desenvolvimento econômico, educação e economia não são dicotômicas; investir em educação não retira recursos do desenvolvimento econômico.

Saviani (2011) nos diz que uma vez assumindo a educação como eixo central e estratégico de desenvolvimento do país, ela terá um investimento substancial dos recursos disponíveis.

Os recursos para a educação não retirarão os investimentos da habitação, saúde, previdência, segurança etc, mas a opção pela primazia da educação como eixo estratégico fará acontecer o enfrentamento para atacar os problemas dos quais padecem a sociedade.

Com efeito, se ampliarmos o número de escolas tornando-as capazes de absorver toda a população em idade escolar nos vários níveis e modalidades de ensino, a indústria da construção civil, com todos os seus sucedâneos, como as indústrias da produção de móveis, de aparelhos sanitários etc., serão dinamizadas. Se povoarmos essas escolas com todos os profissionais de que elas necessitam, em especial com professores em tempo integral e bem remunerados, estaremos atacando o problema do desemprego diretamente, pois serão criados milhões de empregos. Estaremos atacando o problema da segurança, pois estaremos retirando das ruas e do assédio do tráfico todas as crianças e jovens. Mas, principalmente, estaremos atacando todos os demais problemas, pois promoveremos o desenvolvimento econômico. (SAVIANI, 2011, p. 35).

Sendo assim, podemos deduzir que com a geração de empregos e salários bem pagos há o aumento de consumo por parte dos cidadãos e assim a economia também gira; haverá mais impostos arrecadados que serão revertidos para a infraestrutura (transporte, saneamento etc).

Dentre estes empregos criados e bem remunerados temos os professores/as, (tanto da rede pública quanto da rede privada e de todos os níveis de ensino); uma parcela deles/as que vivendo melhores condições de trabalho atrairão as novas

gerações para esta profissão com a responsabilidade social de formar cidadãos críticos, conscientes e criativos.

E claro, será resolvido também o problema da educação: transformada a docência numa profissão atraente socialmente em razão da sensível melhoria salarial e das condições de trabalho, para ela serão atraídos muitos jovens dispostos a investir seus recursos, tempo e energias numa alta qualificação obtida em graduações de longa duração e em cursos de pós-graduação. Com um quadro de professores altamente qualificados formaremos os tão decantados cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes para ocupar os postos do fervilhante mercado de trabalho de um país que estará recuperando, a pleno vapor, sua capacidade produtiva. Estaria criado, por esse caminho, o tão círculo desejado do desenvolvimento. (SAVIANI, 2011, p. 35).

Ora, elevar a educação a este lugar central e estratégico ao desenvolvimento econômico; afirmar o papel e a responsabilidade que os/as professores/as possuem em formar cidadãos críticos e conscientes, é apresentar a educação ocupando um outro lugar em nosso país que em nada tem a ver com o contexto educacional atual em que esta pesquisa foi realizada e que se encerra.

Nesta perspectiva da educação como desenvolvimento econômico que Saviani propõe temos pela frente a esperança de uma trajetória em direção à emancipação humana.

Mészáros (2005) também traz a educação como fundamental no processo de emancipação humana e para isso a educação deverá estar no centro do processo de produção e reprodução social.⁸⁴

Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias “aspirações emancipadoras”. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação formal forem bem sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo. (MÉSZÁROS, p. 58-59, 2005)

⁸⁴ Reprodução social como garantia da continuidade da existência humana.

Uma vez apresentadas, mesmo que brevemente, as ideias mais gerais sobre a educação como estratégica ao desenvolvimento econômico do país e sabendo que este não é o atual status reservado à educação no Brasil e que há um caminho a ser percorrido para atingir este objetivo, concluo esta pesquisa em uma conjuntura internacional em que a situação no mundo está marcada por uma profunda crise do modo de produção capitalista, cada vez mais agravada com o fracasso de seu modelo neoliberal (estrutural do capitalismo).

Há recessão e desemprego como resultado das medidas de austeridade impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, com injeções financeiras para salvar bancos, cortes nos serviços públicos, aumentos de impostos etc.

A conjuntura nacional aponta que o Brasil não está no ‘olho do furacão’ desta crise mundial, porém, mesmo considerando que um ciclo virtuoso de crescimento da economia brasileira tenha ocorrido, principalmente a partir de 2004 com os três mandatos democrático-populares do governo federal, o país ainda precisa avançar em reformas política, tributária, agrária, urbana, na área da comunicação, da saúde e da educação pública precisa ser considerada uma prioridade e a educação privada necessita ser regulamentada.

Na educação privada, a conjuntura segue com a sua desregulamentação, financeirização e desnacionalização da educação superior. Embora tenha sido um grande avanço a aprovação do Sistema Nacional da Educação⁸⁵ que articula os sistemas municipal, estadual e federal e normatiza a educação nacional pública e privada, o lobby dos privatistas contra a gestão democrática durante a realização da conferência nacional de educação demonstra que eles são contrários à gestão democrática e à liberdade de organização para os estudantes, professores e auxiliares.

⁸⁵ Após a aprovação do investimento de 10% do produto Interno Bruto (PIB) em educação, houve um recurso apresentado na Câmara dos Deputados na tentativa de adiar a tramitação do projeto de lei que cria o novo Plano Nacional de Educação. Este requerimento, que ameaçava a educação brasileira sob pena de permanecer sem planejamento e sem política para o setor educacional foi derrubado em 04 de setembro de 2012, seguindo diretamente para o Senado Federal para sua aprovação. O documento, que pedia a retirada das assinaturas dos 80 deputados federais do Recurso 162/2012, reuniu 6.578 signatários.

O que de novo esta pesquisa revela? Será que já não se sabe sobre tudo isso? Que os/as professores/as trabalham muito, adoecem e muitos até desistem da profissão? Claro que sim, há muitas produções acadêmicas que versam sobre as condições de trabalho dos/as professores/as e o seu sofrimento físico, emocional e abandono da profissão.

Ocorre que para estes/as professores/as sindicalizados que trabalham em IES Privadas na cidade de Campinas, onde há várias IES Privadas⁸⁶ e sem a regulação necessária que garanta qualidade de ensino e as necessárias condições de trabalho aos/as professores/as. Assim, este é um estudo inédito e bastante revelador, sendo necessário compreendê-lo para transformar esta situação atual em que vivem estes/as professores/as.

Na introdução desta pesquisa está declarada que a intenção é que estas vivências dos/as professores/as não fiquem nos ouvidos de poucos amigos, nas cantinas e nos corredores das IES, é preciso ganhar cientificidade, vir a público, elevar estes/as professores/as ao protagonismo que a atual conjuntura educacional em nosso país exige.

Considerando que praticamente metade dos/as participantes deste estudo trabalham entre 5 e 10 anos (pouco tempo e profissão); considerando que 88% se dizem estressados/as; 76% com suas vidas privadas invadidas pelo trabalho; 52% apresentando algum tipo de adoecimento e 52% com medo de perder o emprego, pode-se afirmar que os impactos na subjetividade deste/as professores/as são galopantes e em um tempo de exercício profissional relativamente curto (uma década), se comparado ao tempo que os/as professores podem exercer a profissão até sua aposentadoria oficial.⁸⁷

Até o momento, seguimos afirmando que o capitalismo global e a precarização do trabalho que ele impõe, atinge as mentes e os corações dos trabalhadores assalariados; atinge a objetividade e subjetividade (mente e corpo) da classe trabalhadora.

⁸⁶ Segundo o site do Ministério da Educação há 16 Instituições de Ensino Superior na cidade de Campinas, sendo que 15 são Instituições Privadas de Ensino. Disponível em <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em 11 de Setembro de 2012.

⁸⁷ Aposentadoria na rede privada de ensino não rescinde contrato de trabalho e os (as) professores (as) podem continuar lecionando.

Para Alves, que se referencia na psicanálise para o entendimento da subjetividade humana,

Os consentimentos espúrios que compõem a hegemonia social toyotista têm na emulação pelo medo um dos afetos regressivos da alma humana, um dos seus elementos cruciais. Aliás, o sociometabolismo da barbárie é uma “fábrica do medo” que, enquanto afeto regressivo que atua na instância do pré-consciente e do inconsciente, torna-se a “moeda de troca” dos consentimentos espúrios das individualidades de classe. A função estrutural da barbárie social é a produção simbólica do medo como afeto regressivo da alma humana.

(...) Na verdade, a subjetividade humana imersa no metabolismo social do capital é uma “subjetividade em desefetivação”, estressada pelas teias da manipulação social. (ALVES, p. 130, 2011)

Subjetividade em desefetivação é uma subjetividade precarizada e que epidemiologicamente evidencia-se pelo estresse, já considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a doença do século XXI.

Diante destas constatações, o que fazer?

Certamente as saídas não são individuais; para o sofrimento individual as saídas devem ser coletivas. Ao se adotar o referencial da luta de classes, enquanto estivermos nos marcos do capitalismo a relação corrosiva entre capital e trabalho se manterá ancorada na exploração do trabalho humano; o capitalismo, mesmo com suas crises, buscará se reinventar continuamente para se manter perene.

Toda a compreensão sobre a subjetividade desenvolvida neste estudo aponta que *"a subjetividade é socialmente produzida, operando numa formação social determinada, sob o crivo de uma determinado tempo histórico e no âmbito de um campo cultural"* (SILVEIRA, p.2, 2005). Refletir sobre a subjetividade implica em refletir sobre a sociabilidade que o capitalismo impõe.

O que pode ser uma nova sociabilidade da classe trabalhadora, quando, em decorrência da forma atual do capital e da revolução tecnológica, ela perdeu todos os referenciais de identidade de classe (portanto, de sua subjetividade) e seus referenciais de espaço e tempo. Ou, para usar uma expressão de Harvey, está mergulhada, como nós todos, na compreensão espaço-temporal produzida pelas novas tecnologias. Que nova subjetividade coletiva pode ser criada numa sociedade que se assenta sobre o desemprego estrutural, mas

continua valorizando moralmente o trabalho e por isso desmoraliza, humilha, degrada o desempregado, e que julga todo trabalhador um desempregado potencial e, como tal, descartável? Como poderá ser inventada uma nova subjetividade emancipadora e emancipatória, depois desse terrível refluxo simbolizado pela queda do Muro de Berlim que simbolizou não só o desocultamento final do totalitarismo, mas sobretudo a construção do verdadeiro muro, invisível e intangível, o da divisão social do trabalho entre uns poucos poderosos que dominam o planeta e a massa dos deserdados da terra, a massa planetária dos descartáveis, do lixo? (CHAUÍ, p. 19, 1997)

Seguimos com a concepção de que o trabalho é a atividade transformadora da realidade, do próprio homem e da sociedade da qual participa, sendo considerado o elemento fundante das relações sociais.

Nas relações sociais as possibilidades de mudanças coletivas tendem a se realizar no momento em que o grau de desenvolvimento das forças produtivas geram condições objetivas e subjetivas para a transformação de uma determinada forma de produzir a existência e que determinará os condicionantes de uma moral, de uma cultura e, conseqüentemente, de novas individualidades. É importante registrar ainda que tal fenômeno se processa de forma direta, imediata, mas por longos processos de construção de valores, idéias, consciências (FÉLIX, p. 8, s/d)

Segundo Félix (op. cit.), no atual momento histórico pode-se identificar que o fetiche da individualidade convence os sujeitos que a saída para os rumos de suas vidas é também uma responsabilidade individual.

Boa parte das reportagens televisivas de meios de comunicação veiculam insistentemente a idéia de que o desemprego não é um fenômeno da própria crise estrutural do capital, mas da falta de formação individual. (...) E aí podemos nos questionar: mas como fazer para que os pobres tenham qualificação, ou seja, aprendam inglês, computação, tenham uma boa formação básica e superior? Muitas vezes, a sugestão é procurar as ONG'S pois lá se encontram uma infinidade de cursos profissionalizantes que podem ajudar o candidato ao emprego a se qualificar (FÉLIX, p. 10, s/d)

Ao se considerar que 68% dos/as pesquisados/as não mudariam de profissão, pode-se afirmar que há um coletivo que quer manter sua identidade de professor/a. Do ponto de vista mais geral, como atingir este coletivo que está estressado, com sua vida pessoal invadida pelo trabalho, que adoece e que tem medo de perder o

emprego? Como proporcionar espaços de trocas entre estes sujeitos? O que mobiliza estes/as professores/as?

Tenho convicção que algumas das respostas a estas perguntas passam pela luta em defesa da livre organização destes/as trabalhadores/as em seus locais de trabalho.

Atualmente os/as professores/as já não se mobilizam como na década de 1980 que, em um cenário de retomada democrática pós ditadura militar aglutinava contingentes de trabalhadores/as em torno de grandes greves e manifestações públicas.

Com o advento do neoliberalismo na década de 1990 que trouxe consequências nefastas à organização dos trabalhadores/as em seus processos de trabalho (reestruturação produtiva e novas técnicas gerenciais), também identifica-se um refluxo no movimento dos trabalhadores/as em geral, pois a ameaça constante do desemprego esvazia os espaço de reivindicações coletivas (econômicas e sociais).

A existência de associações docentes, legítimas, democraticamente representativas e combativas dentro das IES é um passo importante na organização e mobilização destes trabalhadores.

Quer seja um período de ofensiva ou defensiva dos trabalhadores, as diretorias das entidades sindicais precisam priorizar a relação com a base sindical, realizando efetivamente o chamado trabalho de base, que implica na sindicalização e na organização efetiva por local de trabalho.

Uma diretoria de entidade, por mais combativa que seja, pouco poderá conquistar sem a participação efetiva da categoria. O vínculo estreito entre a diretoria da entidade e os trabalhadores em geral constitui-se num mecanismo fundamental da atividade sindical, visando a intensa mobilização dos trabalhadores. A organização por local de trabalho, além de ser um estímulo fundamental para a mobilização, contribui para a formação de novos quadros sindicais, na medida que desenvolve a prática e aprofunda a compreensão da realidade, através da leitura e de outras atividades de formação (PETTA, p.1, 2009)

A existência de sindicatos classistas⁸⁸ e comprometidos com a defesa intransigente da classe trabalhadora como um todo, também é fundamental para dar o enfrentamento necessário às políticas patronais que seguem seu caminho sem trégua; a luta é no campo econômico, político e ideológico e uma concepção classista disputa todas estas dimensões junto aos/as trabalhadores/as.

A concepção marxista considera que os sindicatos são fundamentais para o desenvolvimento da luta econômica, porém essa luta desenvolvida sem uma conexão com a luta política, acaba sendo muito limitada. Para Marx, a luta econômica deve estar articulada com a luta política e com a luta ideológica, visando a conquista do poder político pelo proletariado. Neste sentido, as greves são muito importantes, mas não são os únicos instrumentos de luta. A unidade dos trabalhadores é essencial para se ter sucesso na luta de classes. O partido político é essencial para que o proletariado conquiste o poder político (PETTA, p.1, 2010)

Acredita-se serem possíveis ações contra hegemônicas que mobilizam resistências para enfrentar ideias oficiais e dominantes, porém, para esses embates é necessário que os/as professores/as assumam seu papel de agentes políticos de transformação (Torres Santomé, 2003).

Para mobilizar professores/as enquanto trabalhadores/as da educação, é preciso ter espaço para que estas subjetividades se comuniquem, se relacionem, se constituam intersubjetividades, reafirmem suas identidades e atuem coletivamente.

Os educadores sempre tiveram a obrigação de ser a vanguarda, é deles que emana o nosso futuro. Agora estão tendo a obrigação de ser também uma outra vanguarda, devem ir à frente, devem nos ensinar a inventar um trabalho novo, tão novo que recupera o que temos de mais ancestral: a vida vivida pela atividade.

Como será o novo trabalho? Como combateremos o Burnout? É cedo ainda para saber.

O que sabemos até agora é que o trabalhador alienado sofre por repetir mecanicamente o gesto esvaziado de si e do outro, sofre por um trabalho que deveria desaparecer; o reencontro consigo mesmo o obriga a luta contra o trabalho. O educador em uma sociedade alienada sofre porque é impedido de realizar a si mesmo em um trabalho grávido de todas as suas possibilidades, precisa que a

⁸⁸ Na luta de classes, a concepção classista faz a opção pela classe trabalhadora e sua unidade internacional com o objetivo de organizar a luta anti-capitalista.

sociedade permita que seu trabalho exista. O reencontro consigo mesmo depende da existência plena de um trabalho pleno.

O grito do trabalhador alienado é contra o esmagamento de si, o grito do educador é pela possibilidade de realização de si mesmo. Enquanto as respostas não vêm, enquanto o professor não nos ensina a viver nessa nova realidade, que cada qual tome os seus cuidados.

Que o cidadão saiba e repita que está diante de artífice do nosso futuro, que merece respeito. Que o Estado saiba que este é um trabalhador especial, que deve ser tratado de forma especial. Que os sindicatos saibam que existem mais dramas entre o professor e os alunos do que imaginam as lutas salariais. (CODO e VASQUES-MENEZES, p. 31, 2000)

Vimos até o momento defendendo, e esta pesquisa confirma, que há mais, muito mais dramas vivenciados entre os/as professores/as que extrapolam a relação professor-aluno; são dramas historicamente construídos e que a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho e distribuição de renda, eleve a educação a ocupar o lugar protagônico nas transformações que nosso país necessita implementar para se desenvolver no plano cultural, social, político e ético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, 2006.

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade: O espírito do Toyotismo na Era do Capitalismo Manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMATUZZI, M. M. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, vol 13 (1): 5-10

TIRADENTES, A. **A Reestruturação Conservadora do “Mercado”**. Revista CONTEÚDO, Brasília, D.F., p.29, n.5, dia, Março de 2010.

BARRETO, M. M. S. e HELOANI, J. R.M. Da Violência Moral no Trabalho à Rota das Doenças e Morte por Suicídio. (In) ALVES, G. , VIZZACCARO-AMARAL, A.L. e MOTA, D.P. (Orgs.) **Trabalho e Saúde: A Precarização do Trabalho e a Saúde do Trabalhador no Século XXI**. São Paulo, LTR, 2011.

BERNARDO, M. H. **A presença da lógica capitalista no mundo acadêmico**. Disponível em: <http://www.apropucc.org.br>. Acesso em 04 de Maio de 2012.

BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Sinopse Estatística do Censo do Ensino Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 11 de Outubro de 2011.

_____. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em 23 de Outubro de 2011.

CALDERÓN, A. I. A Terceirização do Trabalho Docente: Um olhar na Educação Básica Privada. (In) Revista de Educação, Campinas, p. 15-18, n.12, Dezembro de 2011.

CARVALHO, J. P. N., CARVALHO, M. C. B. de. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. 7ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

CARVALHO, C. da C. Trabalho docente nas Instituições Privadas e Ensino Superior – Expressão da Precarização do Trabalho Assalariado. Disponível em: <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/carvalho.pdf>. Acesso em 03 de Julho de 2011.

CHAUÍ, M. Subjetividades Contemporâneas: Comentários. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, ano I, n. 1, 1997.

CODO, W. Educação: carinho e trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CODO, W. e VASQUES-MENEZES, I. **Burnout: Sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação**. Publicado em Cadernos CUT – Saúde do Trabalhador. São Paulo, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final**. Brasília. DF: MEC, 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf>. Acesso em 19 de Outubro de 2011.

FÉLIX, C. E. (s/d) A Construção da Individualidade/Subjetividade nos Sujeitos Sociais. Disponível em <http://www.seara.uneb.br/sumario/professores/claudioeduardo.pdf>. Acesso em Março de 2011.

FORGHIERI, Y. C. (1993) Psicologia fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisa. São Paulo: Pioneira.

FREIRE, P.A. 2010. Assédio Moral, Reestruturação Produtiva e Síndrome de Burnout em Docentes. Disponível em www.psicologia.com.pt. Acesso em 15 de Setembro de 2011.

FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FURTADO, O; REY, F. L.G. (orgs.). **Por uma Epistemologia da Subjetividade: um debate entre a Teoria Sócio-Histórica e a Teoria das Representações Sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GIORGI, A. (ed.). **Phenomenology and Psychological Research**. Pittsburgh: Duquesne University Press, pp. vii a x, 1985.

GOERGEN, P. **Educação Superior na Perspectiva do Sistema e do Plano Nacional de Educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 895-917, jul.-set.

2010. Disponível em: <[http:// www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)> Acesso em 19 de Setembro de 2011.

GONÇALVES, M. G. M. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (orgs.) **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

HELOANI, J. R. Assédio Moral – Um Ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. Disponível em: www.rae.com.br/electronica/index. V.3 n. 1 jan-jun/2004.

HELOANI, J. R. e CAPITÃO, C. G. Saúde Mental e Psicologia do Trabalho. São Paulo em Perspectiva, 17(2): 102-108, 2003.

JACQUES. M. da G. C. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?>. Acesso em 07 de Julho de 2011.

LANE, S. T. M. Avanços da psicologia social na América latina. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

LANE, S. T. M. A dialética da subjetividade versus objetividade. In: FURTADO, O.; REY, F. L.G. (orgs.). **Por uma epistemologia da subjetividade: Um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LAPO, F. R. & BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. Cadernos de Pesquisa. nº 118 São Paulo Março de 2003.

LIMA, M. E. A. Trabalho e Saúde Mental no Contexto Contemporâneo de Trabalho: Possibilidades e Limites de Ação. (In) ALVES, G. , VIZZACCARO-AMARAL, A.L. e MOTA, D.P. (Orgs.) **Trabalho e Saúde: A Precarização do Trabalho e a Saúde do Trabalhador no Século XXI**. São Paulo, LTR, 2011.

LIMA, V. A. 2000. **Condições de Trabalho e Saúde dos Professores Sindicalizados de Ensino Fundamental e Médio da Rede Privada de Campinas**. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva - Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP, Campinas.

LINHART, D. **Entrevista com Danièle Linhart**. Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.9 n.1, p. 149-160, mar./jun.2011.

LIPP, M. E. Stress e suas implicações. **Estudos de Psicologia**, v. 1, n. 3 e 4, p. 5-19, 1984.

MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 26. ed. livro 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educ. Soc., Dez 2004, vol.25, nº 89, p.1127-1144.

OLIVEIRA, D. A. et.al. **Transformações na Organização do Processo de Trabalho Docente e o Sofrimento do Professor**. S/D

OLIVEIRA, D. A. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OYAMA, E. R. O negócio da educação superior: da educação-mercadoria ao capital financeiro. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/mesas-coordenadas/gt6/o-negocio-da-educacao-superior.pdf>. Acesso em 13 de Outubro de 2011.

PEIXOTO, M. G. **Uma Conferência vitoriosa**. Revista CONTEÚDO, Brasília, D. F., p. 8. n. 6, dia de Maio de 2010.

PETTA, A. C. Organização por Local de Trabalho: necessidade urgente. Disponível em <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em 11 de Setembro de 2012.

PETTA, A. C. O que é sindicalismo classista? Disponível em <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em 11 de Setembro de 2012.

POCHMANN, M. e BORGES, A. **“Era FHC”: A regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

RESENDE, R. E. **O Ensino superior Privado no Contexto da Sociedade Capitalista Brasileira: Uma reflexão sobre a Situação dos Docentes no Início do Século XXI**. Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.19, n.2, p. 25- 38, maio./ago.2010.

REY, F.L.G. A subjetividade e seu significado atual na construção do pensamento psicológico. In: REY, F.L.G. **Sujeito e Subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

REY, F. G. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SATO, L.; BERNARDO, M. H. **Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 10(4): 869-878, 2005.

SAVIANI, D. **A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades**. Poiesis Pedagógica, v. 8, n. 2, pp. 4 – 17, ago/dez. 2010.

SAVIANI, D. **A Importância da Educação no Projeto de Desenvolvimento do País**. Revista CONTEÚDO, Brasília, D. F., p. 26-37. n. 13, Dezembro de 2011.

SGUISSARDI, V. Pós-graduação (em Educação) no Brasil: conformismo, neo profissionalismo, heteronomia e competitividade. (In) MANCEBO.D.; SILVA.JR.J.R.; OLIVEIRA, J.F. (Orgs.) **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

_____. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. (In) MANCEBO, D. e FÁVERO, A.L. M. (Orgs.) **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SGUISSARDI, V. e SILVA. JR. J.R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo, Xamã: 2009.

SILVEIRA, M.L. S. de. Algumas notas sobre a temática da Subjetividade no âmbito do Marxismo. Revista Outubro do Instituto de Estudos Socialistas, caderno especial nº 24, São Paulo, p. 1-14, Outubro de 2005. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em Março de 2011.

TORRES SANTOMÉ, J. **A Educação em Tempos de Neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIZZACCARO-amaral, A. L. Da Polissemia Conceptual à Crise do Desemprego: Novas Formas de Estranhamento no Capitalismo do Século XXI. (In) ALVES, G. , VIZZACCARO-AMARAL, A.L. e MOTA, D.P. (Orgs.) **Trabalho e Saúde: A Precarização do Trabalho e a Saúde do Trabalhador no Século XXI**. São Paulo, LTR, 2011.

ANEXOS



CEP, 28/01/11
(Grupo III)

PARECER CEP: Nº 1138/2010 (Este nº deve ser citado nas correspondências referente a este projeto).
CAAE: 5899.0.000.146-10

I - IDENTIFICAÇÃO:

PROJETO: “A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA”.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Liliana Aparecida de Lima

INSTITUIÇÃO: Sindicato dos Professores da Rede Privada de Ensino de Campinas e Região

APRESENTAÇÃO AO CEP: 10/11/2010

APRESENTAR RELATÓRIO EM: 28/01/12 (O formulário encontra-se no *site* acima).

II - OBJETIVOS

Estudar as condições de trabalho dos professores das Instituições de Educação Superior Privada da cidade de Campinas analisando a relação entre estas condições de trabalho e a subjetividade destes professores, bem como suas necessidades cotidianas, considerando o exercício do seu papel como educador. A partir desta análise, o estudo pretende ainda apontar possíveis saídas para o processo mercantilização da Educação Superior Privada.

III - SUMÁRIO

A pesquisa será realizada a partir de uma série de oficinas/vivências psicodramáticas e entrevistas semi-estruturadas com um grupo de cinquenta professores sindicalizados junto ao Sinpro - Campinas. Os encontros serão filmados. Além disso, será recuperado o panorama institucional da Educação Superior Privada no Brasil, visando documentar a maneira como se constitui do ponto de vista institucional, o ambiente de trabalho dos sujeitos da pesquisa.

IV - COMENTÁRIOS DOS RELATORES

Após respostas às pendências, o projeto encontra-se adequadamente redigido e de acordo com a Resolução CNS/MS 196/96 e suas complementares, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

V - PARECER DO CEP

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, após acatar os pareceres dos membros-relatores previamente designados para o presente caso e atendendo todos os dispositivos das Resoluções 196/96 e complementares, resolve aprovar sem restrições o Protocolo de Pesquisa, bem como ter aprovado o Termo do Consentimento Livre e Esclarecido, assim como todos os anexos incluídos na Pesquisa supracitada.



O conteúdo e as conclusões aqui apresentados são de responsabilidade exclusiva do CEP/FCM/UNICAMP e não representam a opinião da Universidade Estadual de Campinas nem a comprometem.

VI - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).

Pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.1.z), exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade do regime oferecido a um dos grupos de pesquisa (Item V.3.).

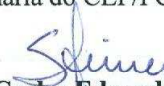
O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4.). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, Item III.2.e)

Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNS-MS 196/96.

VII- DATA DA REUNIÃO

Homologado na XI Reunião Ordinária do CEP/FCM, em 23 de novembro de 2010.


Prof. Dr. Carlos Eduardo Steiner
PRESIDENTE do COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
FCM/UNICAMP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Colega,

Vimos convidado-lo/a participar do projeto de pesquisa: **“OS IMPACTOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO SOBRE A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO DE CAMPINAS E REGIÃO”** que estamos desenvolvendo como forma de estudo para a tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Faculdade de Educação/Unicamp.

Para tanto, pedimos sua contribuição em responder ao questionário anexo. A confidencialidade das informações geradas e a privacidade dos participantes da pesquisa estão garantidas pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS 196/96 a qual estamos submetidos.

Esclarecemos que a participação é *voluntária* e que seu consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo, sem prejuízos à continuidade da pesquisa.

Para que sua autorização se efetue, pedimos que assine declarando ter sido informado (a) e que concorda em participar, como voluntário (a), deste projeto de pesquisa.

Nome _____

Campinas, ____ de _____ de _____.

Assinatura

Prezado (a) Professor (a),

Este questionário faz parte da pesquisa de doutorado desenvolvida junto a Faculdade de Educação da UNICAMP e que versa sobre As Condições de Trabalho dos Professores do Ensino Superior Privado e os Impactos destas condições na Subjetividade dos Professores.

Neste sentido, conto com a sua colaboração voluntária para a realização deste estudo, devidamente aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, assegurando-lhe o anonimato e garantindo-lhe que as informações aqui registradas serão utilizadas apenas para os objetivos do estudo em questão.

Junto ao questionário, envio o termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que seja assinado e devolvido junto com o questionário até o dia.....

I – DADOS PESSOAIS

1. Nome (opcional): _____
2. Idade:
3. Sexo:
(1) M
(2) F
4. Estado Civil:
(1) solteiro(a)
(2) casado(a)
(3) viúvo(a)
(4) divorciado(a)/separado(a)

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA

1. Curso de graduação em: _____ Ano de conclusão: _____
2. Instituição de Formação:
(1) Pública
(2) Privada

3. Especialização em: _____

(1) Completo Ano de conclusão: _____

(2) Incompleto

4. Mestrado em: _____

(1) Completo Ano de conclusão: _____

(2) Incompleto

5. Doutorado em: _____

(1) Completo Ano de conclusão: _____

(2) Incompleto

III – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Há quanto tempo está na docência do Ensino Superior Privado?

(1) de 05 anos - 10 anos

(2) de 10 anos - 15 anos

(3) de 15 anos - 20 anos

(4) de 20 anos – 25 anos

(5) de 25 anos – 30 anos

(6) de 30 anos – 35 anos

(7) mais de 35 anos

2. Você trabalha em quantas Instituições de Ensino Superior Privado?

(1) 1 Instituição

(2) 2 Instituições

(3) 3 Instituições

(4) mais de 3 Instituições

Obs: Se trabalha em mais de uma Instituição de Ensino Superior Privado favor responder ao questionário considerando a Instituição em que a jornada é maior em número de horas trabalhadas.

3. Em média, sua jornada de trabalho semanal em horas é:

- (1) entre 10horas/aula e 15horas/aula
- (2) entre 16horas/aula e 20horas/aula
- (3) entre 21horas/aula e 30horas/aula
- (4) entre 31horas/aula e 40horas/aula
- (5) mais de 40horas/aula

4. Há uma flutuação da sua carga horária de trabalho semestre para semestre?

- (1) Sim
- (2) Não

5. O seu ingresso na Instituição de Ensino Superior Privado foi por:

- (1) Processo Seletivo Externo
- (2) Indicação
- (3) Convite
- (4) Outros Quais? _____

6. Seu contrato é por tempo:

- (1) determinado
- (2) indeterminado

7. Se determinado, a renovação de seu contrato é:

- (1) semestral
- (2) anual

8. Em média, quantas horas semanais você se dedica às atividades docentes em sala de aula?

- (1) até 10 horas
- (2) até 20 horas
- (3) até 30 horas
- (4) até 40 horas

9. Em média, quantas horas semanais você se dedica às atividades docentes fora da sala de aula?

(1) até 10 horas

(2) até 20 horas

(3) até 30 horas

10. Assinale as atividades que você desenvolve e que estão relacionadas à área acadêmica:

(1) coordenação

(2) comissão

(3) conselho

(4) orientação de alunos

(5) outras

(6) não desenvolvo outras atividades além das aulas que ministro.

IV – TRABALHO DOCENTE E SUBJETIVIDADE

1. Fale livremente sobre o(s) significado(s) que o seu trabalho como professor (a) tem para você.

2. Como você vivencia seu papel de professor (a)? Comente livremente.

3. Você experiencia satisfação no trabalho que desenvolve como professor (a)?

(1) Sim

(2) Não

Fale livremente sobre esta sensação.

4. Você considera o seu trabalho estressante?

(1) Sim

(2) Não

5. Você já adoeceu em função das condições de trabalho vividas por você?

(1) Sim

(2) Não

Fale livremente sobre como este adoecimento se manifestou.

6. Você tem medo de perder seu emprego?

(1) Sim

(2) Não

Comente livremente sobre isso.

7. Você considera seu trabalho repetitivo?

(1) Sim

(2) Não

Fale livremente sobre isso.

8. Você considera que seu trabalho retira o seu tempo para o lazer, para o convívio com a família e para com seus amigos?

(1) Sim

(2) Não

Se sim, comente livremente sobre como isto acontece.

9. Você interage profissionalmente com outros professores dentro da instituição em que você trabalha?

(1) Sim

(2) Não

Comente livremente sobre como isto acontece.

10. Você interage pessoalmente com outros professores dentro da instituição em que você trabalha? Fale livremente sobre esta vivência.

(1) Sim

(2) Não

Comente livremente sobre como isto acontece.

11. Você mudaria de profissão?

(1) Sim

(2) Não

Justifique livremente a sua resposta.